



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)**

Eneias Barbosa Guedes

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DE PESCADORES NAS
LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA SOURE - PA**

BELÉM - PARÁ

2009

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)**

Eneias Barbosa Guedes

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DE PESCADORES NAS
LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA SOURE – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, submetida à avaliação, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em geografia, sob orientação do Prof. Dr. João Márcio Palheta.

BELÉM - PARÁ

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Guedes, Eneias Barbosa

Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA / Eneias Barbosa Guedes; orientador, João Márcio Palheta da Silva. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.

1. Recursos pesqueiros - Soure (PA). 2. Pesca - Soure (PA). 3. Colônia de pescadores -Soure (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 338.3727098115

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)**

Eneias Barbosa Guedes

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DE PESCADORES NAS
LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA SOURE – PA**

Defesa: Belém, PA, 20 de Abril de 2009.

Conceito:_____

BANCA EXAMINADORA

Professor: Dr. João Márcio Palheta

Orientador, IFCH/UFPA

Professora: Dra. Márcia Pimentel

Co-orientadora, IFCH/UFPA

Professor: Dr. Sergio Cardoso de Moraes

Examinador Interno

NUMA/PPGEDAM

Professora: Dra. Lisandra Pereira Lamoso

Examinadora Externa, UFGD

Aos meus filhos ***Gustavo Lurian Guedes*** e ***Ana Letícia Guedes***
por tudo que representam na minha vida.

A minha mãe ***Ana Maria Guedes*** (*in memoriam*) que partiu há
oito anos, mas continua intercedendo todos os momentos pela minha
vida.

AGRADECIMENTOS

FAMÍLIA GUEDES:

Pessoas que durante toda essa jornada foram meus amigos, que me deram apoio, incentivo principalmente nos momentos mais difíceis.

E em especial as minhas irmãs Ana Célia e Odaléa Guedes que sempre estimularam minha vida acadêmica, indispensáveis em todos os momentos.

A LUCENIL ROCHA:

Por ter dividido comigo, já há algum tempo, os momentos de trabalho, estudos e experiências de vida. E pelo
Companheirismo indispensável;

AOS PROFESSORES JOÃO MÁRCIO PALHETA E MÁRCIA PIMENTEL;

Orientadores deste trabalho, que souberam com paciência respeitar meu ritmo de trabalho, contribuindo com sua atenção, observação e sugestões indispensáveis a esta pesquisa.

AOS PROFESSORES:

JANETE COIMBRA E GILBERTO ROCHA

pela contribuição e incentivo durante os debates acadêmicos.

AOS MEUS AMIGOS DA GRADUAÇÃO:

GILBER CORDOVIL, ELTHON GARCEZ E LIGIA RAMOS, pelos momentos de discussão, construção e aprendizado.

AOS AMIGOS:

EDINALDO LOBATO E MARIVALDO BARROS pelas

discussões enriquecedoras que tivemos nos últimos anos.

O homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.

(Karl Marx).

RESUMO

O estudo apresenta o debate sobre a problemática da pesca nas localidades Céu e Cajuúna no município de Soure, na micro-região do Ararí na mesorregião do Marajó- Estado do Pará. A pesca é desenvolvida no contexto rural do âmbito territorial amazônico, sendo o resultado da interação dos componentes: Sazonalidades ambientais, recursos naturais e capacidade pesqueira da região. É pertinente salientar a dimensão territorial da pesca para entendimento dos territórios e territorialidades dos pescadores. Os pescadores das localidades Céu e Cajuúna têm na atividade pesqueira a centralidade da produção de seus espaços de vivência e reprodução, sendo as vilas rurais dos pescadores expressão do poder local daquelas coletividades. Questiona-se neste trabalho como é entendido, na ciência geográfica, a apropriação, o domínio e o uso do espaço pelos pescadores. Para tanto, buscou-se compreender, por meio de pesquisas, as ações dos diferentes atores sociais envolvidos na problemática abordada, entendendo o sentido da territorialidade dos pescadores locais, suas formas de relação com a natureza e de organização do trabalho para melhor visibilidade dos territórios dos pescadores. Esses territórios são definidos e apropriados no meio aquático, tendo sua configuração imprecisa e por ser vasta sua “posse” é muito fluida, devido a dinâmica sazonal da água e do pescado. Para os pescadores, a pesca é mais que uma atividade, visto que envolve uma complexidade de relações e fenômenos, entre homem e natureza, influenciando nas formas de organizações sociais desses grupos. As técnicas de produção dos pescadores fazem parte de seu complexo cultural de domínio e apropriação da natureza. Essas técnicas são os elementos definidores do gênero de vida nos processos de territorialização e construção da identidade do pescador.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Coletividades de pescadores, Pesca e Recursos pesqueiros.

ABSTRACT

The study presents the discussion on the issue of fishing in areas of Céu and Cajuúna in the city of Soure. These areas are located in micro-region of the Ararí mesoregion of Marajó- Pará. The fishery is developed in the rural context of the Amazonian territorial scope. Fishing is the result of the interaction of components: Seasonality environmental, natural resources and fishing capacity of the region. It is worth highlighting the territorial dimension of fishing for fishermen to understand their concepts of territories and territoriality. The fishermen of the areas of Cajuúna and Céu have the centrality of their living space and reproduction in fishing activity, and the rural villages of fishermen are expressions of the power of local collectivities. In this work, is questioned how the Geographical Science understand the ownership, domain, and use of space by fishermen. For this, we tried to understand, through research, the actions of different social actors involved in the problems addressed. At this point, we tried to understand the meaning of the territoriality of local fishermen, their relationship with nature, and their work organization in order to obtain a better visibility of the territories of fishermen. These territories are defined and appropriated to the aquatic environment and its configuration is inaccurate. "Possession" of these territories is vast and very fluid, due to seasonal dynamic of water and fish. For fishermen, fishing is more than one activity, because it involves a complexity of relationships and phenomena, between man and nature, which has influence on the forms of social organizations of these groups. The techniques of production of the fishermen are part of their cultural complex of ownership and appropriation of nature. These techniques define elements of life in the processes of territorialization and construction of the identity of the fisherman.

Key-words: Territory, Territoriality, Collectivities of fishermen, Fishing and fisheries resources.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS

QUADRO

Quadro 1: Atores sociais, causas e consequências dos conflitos de territorialidade existentes no interior da pesca nas localidades de Céu e Cajuúna - Marajó/PA	133
---	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de pescadores sourenses e não sourenses distribuídos por faixa etária residentes nas vilas Céu e Cajuúna.....	93
Gráfico 2: Os diferentes instrumentos de pesca usados pelos pescadores locais em seus territórios.....	101
Gráfico 3: Percentual de pescadores que receberam financiamento do Estado.....	115
Gráfico 4: Pescadores que recebem e não recebem salário defeso no período de reprodução do pescado.....	117
Gráfico 5: Locais de comercialização dos produtos da pesca capturados pelos pescadores cajuunenses e ceuenses.	122

TABELAS

Tabela 1: Frota pesqueira e tipos de embarcações cadastradas no Estado do Pará.....	52
Tabela 2: Condições e tempo de trabalho de pescadores das localidades céu e Cajuúna.....	116

FIGURAS

Figura 1: Objetos geográficos típicos da cidade presentes nas vilas rurais de pescadores	71
Figura 2: Habitação típica dos moradores das vilas de Céu e Cajuúna.....	96
Figura 3: Poço usado pelos moradores de Cajuúna para retirar água.....	97
Figura 4: Canoa à vela.....	104
Figura 5: Canoa à remo.....	104
Figura 6: Barco Motorizado.....	104
Figura 7: Pescaria de zangaria praticada no período em que o peixe está na “beira”.....	106
Figura 08: Pescaria de Rabiola praticada no período que o peixe está na “beira”.....	108
Figura 09: Pescaria na pedra praticada no período em que o peixe esta “fora”.....	112
Figura 10: Sede da instituição política que representa o interesse dos pescadores locais.....	118
Figura 11 e 12 Pescadores de diferentes idades consertando seus instrumentos de pesca.....	120

MAPAS

Mapa 1: Áreas de pesca no Estado do Pará.....	46
Mapa 2: Localização do município no arquipélago.....	48
Mapa 3: Localização da área de estudo.....	92
Mapa 4: Território de pescadores cajuunenses e ceuenses.....	126

LISTA DE SIGLAS

CEPNOR	– Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte.
CRA	– Crédito de Reforma Agrária.
FNO	– Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.
FTREX	– Famílias Tradicionais de Reserva Extrativista.
GPS	– Global Position System.
Grepe	– Grupo Executivo da Pesca.
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBDF	– Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária.
Monape	– Movimento Nacional de Pescadores.
MPEG	– Museu Paraense Emilio Goeldi.
NAEA	– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
RMB	– Região Metropolitana de Belém.
Resex	– Reserva Extrativista.
SEAP	– Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Pará.
SECOM	– Sindicato dos empregados no Comércio.
SESMA	– Secretaria Especial do Meio Ambiente.
SUDHEVEA	– Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
Sudepe	– Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.
UFPA	– Universidade Federal do Pará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO, PESCA E RECURSOS PESQUEIROS NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA INTEPRETAÇÃO GEOGRÁFICA.....	24
1.1 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA PESCA.....	26
1.2 EM BUSCA DO TERRITÓRIO.....	28
1.3 TERRITÓRIOS DA PESCA? TERRITÓRIOS PESQUEIROS? OU TERRITÓRIO DE PESCADORES?.....	33
1.4 A PESCA NO ESTADO DO PARÁ	39
1.5 RECURSOS PESQUEIROS, PATRIMÔNIO NATURAL DA AMAZÔNIA PARAENSE.....	54
CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS, PODER LOCAL E TERRITORIALIDADE DE PESCADORES.....	60
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADE PESQUEIRA NO PARÁ	62
2.1.1 Políticas de Estado para Ordenamento da Pesca: Um Resgate Histórico-Geográfico....	62
2.2 VILAS DE PESCADORES: TERRITÓRIOS DE EXPRESSÃO DO PODER LOCAL..	70
2.3 O SENTIDO DA TERRITORIALIDADE DE PESCADORES DAS LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA	85
CAPÍTULO 3: TERRITÓRIOS DE PESCADORES E TRADIÇÃO PESQUEIRA NO CONTEXTO MARAJOARA: O EXEMPLO DAS LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA ...	89
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	90
3.2 TERRITÓRIO E TRADIÇÃO PESQUEIRA NAS VILAS DE PESCADORES CÉU E CAJUÚA	99
3.3 REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO.	113
3.4 TERRITÓRIO DE PESCADORES: RECORTE ESPACIAL DOS CONFLITOS DE TERRITORIALIDADES	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	141
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

Os ambientes, as características climáticas e a dinâmica sazonal do regime hídrico, que dão formas às diferentes paisagens na Amazônia, determinam a distribuição e a ecologia dos recursos naturais pesqueiros e, conseqüentemente, o comportamento do pescador e de sua atividade. A pesca é influenciada pela cultura local e pelos fatos históricos da macroeconomia regional, nacional e internacional, que determinaram mudanças na forma e na intensidade de exploração dos recursos pesqueiros amazônicos. Contudo, a disponibilidade, a acessibilidade e a vulnerabilidade dos recursos aquáticos da Amazônia, que representam a base de produção de um setor econômico que mobiliza mais de US\$ 200 Milhões/Ano é resultado da interação entre os componentes: sazonalidade ambiental, recurso natural e capacidade pesqueira (FABRÉ; BARTHEM, 2004).

A partir dessa complexidade dos recursos naturais pesqueiros amazônicos, entendemos que as vilas rurais de pescadores Céu e Cajuúna, localizadas no Município de Soure, têm na atividade da pesca a centralidade de sua reprodução social, econômica, cultural e ambiental. A história dos povos dessas localidades mostra a importância da atividade pesqueira no processo de ocupação e desenvolvimento desse território. Em decorrência dos fatores de ordens natural e histórica, que contribuíram e tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade local, encontra-se nessas vilas uma dinâmica econômica, centrada na atividade da pesca.

Relatos de moradores destas vilas destacam a pesca como responsável pelo crescimento, povoamento e desenvolvimento econômico-social de Soure. A atividade pesqueira era realizada por indígenas e caboclos para suprir as suas necessidades de subsistência, mas no decorrer dos anos, houve crescimento da população residente neste espaço geográfico, o que aumentou forçosamente a pressão sobre os recursos e conseqüentemente mudanças ocorreram nos processos de capturar o pescado.

O surgimento dos povoados e o crescimento demográfico aumentaram, consideravelmente, as demandas pela procura do pescado, transformando o pescador de subsistência sourense em pescador profissional¹. Paralela a essa transformação, a atividade de

¹ Durante muito tempo os pescadores artesanais da mesorregião do Marajó pescavam e o produto do seu trabalho não tinha um caráter comercial, a pesca era garantia de sobrevivência para as famílias daqueles espaços. Porém, a expansão das relações capitalistas para Amazônia acabou transformando o pescador de subsistência em pescador profissional, o qual passou a desenvolver suas atividades demandadas e ditadas pelas regras de mercados e não apenas pelas necessidades e garantia de subsistência do núcleo familiar ou das coletividades locais.

pesca ganha caráter econômico dentro do município, o qual é transformado em um dos maiores produtores de pescado do Estado do Pará (IBAMA, 2002). Essas mudanças trazem ao pescador necessidades de técnicas que buscam aumentar a produtividade, a fim de atender as demandas do mercado que reclamava por maior produção para o comércio local, regional e externo.

Nesse contexto, muitos pescadores abandonam pouco a pouco as armadilhas tradicionais, aderindo a outras com maior capacidade para capturar um maior número de peixes em menor espaço de tempo. Como exemplo, pode-se citar a pesca desenvolvida com arpão, a qual, atualmente, não está presente nas práticas de muitas coletividades; em contrapartida, a pescaria com redes de nylon e plástico tornou-se cada vez mais presente nas formas de relação com a natureza dos pescadores. Nesse processo, a pesca, que era uma atividade de subsistência e consumo local, passa a ser uma atividade econômica, que além de garantir a renda para as populações e a arrecadação de divisas para o município de Soure, também tem contribuído com os prejuízos para o ecossistema.

Esse trabalho é fruto de uma antiga indagação feita por nós, mas também debatida por alguns líderes, autoridades e instituições de pesquisas que tratam sobre a temática da atividade pesqueira e suas mazelas e os benefícios para as populações das localidades de Céu e Cajuúna. Tais comunidades dependem, direta e indiretamente, da pesca, desenvolvida na ilha do Marajó - Estado do Pará mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses na região amazônica,

Não se trata apenas de teorizar o debate sobre a pesca, mas sim priorizar a praticidade dessa atividade no contexto local. Em Soure, muitas das coletividades humanas são consideradas populações tradicionais, que vivem da prática da pescaria, na qual estão presentes saberes herdados das culturas mais diversas, vindo dos mais diferentes povos que aqui já viviam e outros que chegaram e estabeleceram suas relações com a natureza, desenvolvendo todo um saber na convivência com os ecossistemas aquáticos através da atividade pesqueira. Essas populações tradicionais de pescadores vivem, em geral, mais afastadas dos núcleos das cidades, o que tem facilitado o interesse do não investimento, por parte do poder público, em projetos que promovam melhores condições de vida para as coletividades que habitam essas localidades.

Verifica-se que enquanto as sociedades modernas com melhores condições de vida lutam por melhorias tecnológicas, as consideradas tradicionais, como muitas existentes no município de Soure (a exemplo das localidades Céu e Cajuúna), ainda resistem em conquistar o direito de viver lutando por melhorias infra-estruturais, que possibilitem o melhor

escoamento de sua produção e condições sanitárias favoráveis como, por exemplo, água potável. A pesca desenvolvida nesses locais é uma das alternativas que poderão atenuar alguns desses problemas existentes em Soure.

No contexto atual, a pesca vem sendo amplamente debatida nas diversas esferas da sociedade, particularmente, nas instituições de ensino e pesquisa e também nas localidades das zonas consideradas rurais no âmbito territorial amazônico.

Portanto, analisando a realidade local, constatamos que ao longo do processo histórico essas sociedades estabeleceram intensas relações com a natureza por meio do trabalho das pescarias, construindo seus espaços de vivência e reprodução das relações de produção. Em face disso, a pesca está sendo discutida a partir de especificidades das diferentes ciências,. Dentre tais ciências, a Geografia, fundamentada em vários conceitos, busca entender os fenômenos que ocorrem na produção do espaço geográfico, estudando diferentes realidades. Neste trabalho discutimos uma dessas realidades, que se refere aos territórios e à territorialidade dos pescadores das localidades Céu e Cajuúna no município de Soure no contexto Marajoara.

Nesse sentido, considera-se fundamental para as análises geográficas compreender a produção e organização espacial das coletividades de pescadores e as ações dos diferentes atores sociais, os quais, durante a realização do trabalho, agem apropriando-se de territórios na região marajoara por intermédio das pescarias. Uma vez que esse processo nos permite vislumbrar como os recursos naturais pesqueiros nos territórios apropriados podem ser uma oportunidade e alternativa para as coletividades de pescadores locais, viabilizando a entrada de suportes econômicos nessas sociedades, através da exploração pesqueira, respeitando a questão cultural e as formas organizacionais das populações tradicionais.

Assim, esse trabalho justifica-se pela necessidade de compreensão dos territórios dos pescadores. Tais territórios foram construídos por meio da interação homem natureza e sobre a óptica da atividade da pesca no município de Soure no processo de ocupação das localidades Céu e Cajuúna. Além disso, justifica-se também pela necessidade de desenvolver uma discussão teórica sobre a temática, bem como fazer um levantamento sobre a potencialidade dos territórios de pescadores das vilas estudadas no município, propondo a necessidade de resgatar e revigorar a atividade pesqueira no leste marajoara. Soma-se a isso, o valor científico (o olhar geográfico) e social da pesquisa desenvolvida sobre a temática da pesca, bem como pela necessidade de produzir algo sistematizado nessa mesorregião do Estado do Pará de rico patrimônio histórico, mas de tão pouca produção acadêmica.

A ciência geográfica nas últimas décadas tem avançado muito na produção do conhecimento. É perceptível também que os diversos trabalhos produzidos pelos mais variados autores não têm tido por parte dos gestores a atenção devida no sentido de torna-se base para ações políticas, apesar das riquezas de análises e propostas que possam contribuir na criação de políticas públicas demonstrando possibilidades de desenvolvimento sócio-espacial das sociedades estudadas. Portanto, outra justificativa é apresentar a relevância social das propostas deste trabalho, discutindo as necessidades de ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, este trabalho vem somar as pesquisas produzidas no ambiente amazônico.

Nas últimas décadas, a produção pesqueira no município de Soure vem atravessando uma crise em função da maior pressão sobre os recursos pesqueiros na região, com a intensificação da pesca na forma industrial. Assim como maior ocupação e degradação da zona costeira e das bacias hidrográficas, afetando o equilíbrio das populações aquáticas² e das populações que vivem da exploração de recursos comprometidos por essa degradação.

Com isso, a expansão desordenada da pesca, sem o controle do poder público, contribuindo para o agravamento da questão que ganha proporções em escala nacional. Tal processo vem provocando, nas últimas décadas, uma crise de sustentabilidade econômica e ambiental caracterizada pela acentuada queda da produção total, decorrente do sobre dimensionamento dos meios de produção e maior exploração dos recursos naturais.

Segundo o IBGE (2000), a Amazônia vem apresentando, nas últimas quatro décadas, elevadas taxas de crescimento populacional, o que gera degradação ambiental pela ocupação desordenada do território, reduzindo potencialmente a capacidade de suporte dos diferentes ecossistemas, através da ampliação das demandas internas por alimentos e redes técnicas. Não obstante, o setor pesqueiro regional/local segue no meio de embates entre a visão “produtivista” e a “conservacionista” de órgãos do Governo Federal e Estadual em função da ausência de políticas pública em regime sustentável para o setor.

Constata-se, ainda, a falta de uma base informacional adequada que possa ser utilizada pelo setor pesqueiro como subsídio para a resolução dos problemas em tempo real, pois, normalmente, os estudos sobre a pesca são divulgados para os setores pesqueiros vários anos após a finalização do processo analítico. Dessa forma, o setor tem se acostumado a absorver

² Para melhor entendimento sobre populações aquáticas consultar FEBRÉ, N. N ALONSO, J. C. 1998. Recursos icticos no Alto Amazonas; sua importância para as populações ribeirinhas. Bol. Museu Paraense Emilio Goeldi; série Zool. 14 (1): 19-55p.

eventuais distúrbios e não espera uma resposta satisfatória do poder público, que deveria ter uma ação reguladora do trabalho com a pesca.

Nesse sentido, como força das expressões das populações locais, nos últimos anos tem emergido novas portarias criadas a partir das pressões exercidas pelas populações locais, as quais reivindicam a apropriação e uso dos recursos existentes nos “seus territórios”, provocando conflitos de interesses. Esses conflitos refletem na lei do Código de Pesca e são dispositivos que normatizam as tradicionais formas de manejo comunitárias (MCGRATH, 1996).

Assim entendido, este trabalho procurou responder alguns questionamentos pertinentes sobre a realidade da atividade pesqueira, a saber: Como se compreende na ciência geográfica o conceito de território produzido pelos pescadores a partir das atividades pesqueiras e qual sua importância para ordenamento da pesca? Como as políticas públicas ordenam as atividades pesqueiras através das instituições da pesca do Pará de forma a garantir a gestão desses recursos? Quais os instrumentos legais estabelecidos pelo poder público e as estratégias do Estado para garantir mecanismos de gestão que possam contemplar os diferentes agentes sociais usuários dos recursos pesqueiros no Pará? Qual a importância dos territórios de pescadores para as coletividades ceuenses e cajuunenses?

A partir do exposto, nosso objetivo nesse trabalho foi desenvolver uma análise das formas de apropriação e uso dos territórios por pescadores apropriados os conflitos deles decorrentes e as ações dos diferentes atores sociais que agem no espaço sobre a óptica da pesca, enfatizando as ações do Estado, enquanto gestor do território, bem como as possibilidades de sustentabilidade social e econômica das populações das localidades Céu e Cajuúna no município de Soure na Mesorregião do Marajó no Estado do Pará.

Além disso, destacamos a importância da escala do território dos pescadores para o entendimento da pesca e dos recursos pesqueiros na Amazônia paraense e dos saberes regionais e locais, como elementos imprescindíveis para compreensão da geografia dessas coletividades e para ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros no Estado do Pará. Entendemos também, as vilas rurais dos pescadores como expressão do poder local e espaço de vivência coletiva de onde emanam seus desejos de reprodução, dando significado à territorialidade dos pescadores das localidades estudadas.

Este trabalho buscou analisar, também: os territórios de pescadores e a tradição das pescarias nas localidades Céu e Cajuúna, sob o saber regional e local no atual contexto em que estão inseridas as vilas de pescadores; os territórios onde ocorrem conflitos de territorialidade (com suas causas e conseqüências), mapeando alguns desses territórios. Esse

mapeamento objetiva gerar uma pequena base de informações que poderá subsidiar e direcionar possíveis políticas de desenvolvimento da pesca no município de Soure.

As pesquisas têm demonstrado que a expansão do capital para a região amazônica, a partir da segunda metade do século XX, vem acentuando a diversidade e complexidade das formas de organização espaciais (LOUREIRO, 1985), paralelamente, ao desenvolvimento e diferenciação das formas de apropriação e uso dos territórios pelos diferentes atores sociais, mantendo rígidos níveis de pobreza e exploração do trabalho.

Igualmente, as pesquisas revelam que as políticas públicas, na tentativa de ordenamento e gestão dos recursos naturais pesqueiros, identificam sua potencialidade e diversidade, além de considerar a racionalidade do processo de apropriação que os recursos estão submetidos, bem como as condições de acesso e controle por parte da sociedade, mas não têm sido eficazes no sentido de garantir o desenvolvimento com sustentabilidade para o setor.

A partir desses fatos, elaboramos a hipótese básica deste trabalho: as políticas públicas para a pesca não vêm garantindo um ordenamento dos territórios de pescadores no Estado do Pará, pois só levam em consideração os recursos - pescado - desconsiderando os fatores sociais na territorialização dos diferentes grupos sociais envolvidos nesse processo.

Podemos perceber as poucas ações do Estado na criação de políticas de ordenamento e gestão da pesca, pela falta de fiscalização e mapeamento dos territórios de pescadores, (pelo Estado chamado de zonas pesqueiras) que pudesse produzir um estudo mais apurado sobre a temática provocando a intensificação dos conflitos de territorialidade (MCGRATH, 1996), decorrente da superposição dos territórios dos mais variados grupos que tem na pesca a centralidade do seu trabalho.

Verifica-se, ainda, a falta de instrumentos legais estabelecidos pelo Estado para garantir mecanismos e estratégias de gestão junto aos usuários desses recursos, dificultando o ordenamento dos territórios de pescadores e as áreas de influência das colônias de pescadores, pois a cartografia sobre a pesca muitas vezes inexistente, ou quando há é deficiente, impossibilitando zonear racionalmente os territórios em questão.

Além disso, pode-se inferir que os territórios de pescadores ou zonas pesqueiras (como define o Estado) são reconhecidos e marcados pelos diferentes pescadores existentes nos territórios paraenses, os quais reivindicam direitos de uso exclusivo como garantia ou possibilidade de manutenção de sua territorialidade, materializando-se, portanto, na construção da identidade do pescador com suas lendas e contos, dotando esses povos das

águas com uma cultura rica e peculiar, construída ao longo da formação sócio-espacial da mesorregião do Marajó.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram desenvolvidos junto à comunidade acadêmica e as sociedades locais de pescadores cajuunenses e ceuenses por meio de uma série de ações integradas, tais como pesquisas bibliográficas, documentais e campo relativo à questão da pesca.

Nas pesquisas de revisão bibliográfica foram investigados os trabalhos já publicados e disponíveis a respeito da compreensão teórico-conceitual da categoria de análise geográfica território, entendido como recorte espacial de manifestação do poder Raffestin (1993), Souza (1995) e Haesbaert (2004). Após essa etapa de construção do suporte teórico, procuramos desenvolver análises dos trabalhos relativos à pesca, aos recursos pesqueiros e as políticas de desenvolvimento e ordenamento do setor pesqueiro. Tais trabalhos foram fundamentais para subsidiar a elaboração da pesquisa, fundamentando a compreensão/explicação do problema, objeto da nossa pesquisa. A viabilização dessa etapa da pesquisa foi de suma importância para conhecer e analisar os trabalhos já publicados nesta perspectiva e suas contribuições sobre a temática em debate.

Nessa perspectiva, foi realizado levantamento bibliográfico e pesquisa documental em órgãos públicos. Para tanto, realizamos uma série de visitas em instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), Grupo Executivo de Pesca (GREPE) e Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

Todavia, encontramos uma série de dificuldades em alguns desses órgãos públicos, devido à falta de dados específicos relativos à pesca no Estado do Pará, bem como dificuldades em agendar entrevistas, com os coordenadores e secretários dessas instituições, para coletar dados relativos à problemática da pesca regional e local o que possibilitaria uma melhor interpretação sobre a realidade pesqueira. Além dessa situação problema por nos encontrada, outra dificuldade diz respeito aos dados específicos sobre a pesca local, tanto do município de Soure quanto das vilas de Cajuúna e Céu. Essa esfinge impossibilitou o enriquecimento deste trabalho com dados tabulados quantitativos seguidos de análises. Com isso, os poucos gráficos e tabelas apresentados nesta pesquisa são referentes às informações coletadas por meio de questionários e entrevistas, durante as visitas de campo realizadas junto aos pescadores e moradores das vilas. Mas ressaltamos que não foi possível obtermos informações relativas à pesca nas instituições locais.

Ainda nesta pesquisa, a metodologia de levantamentos de dados encaminhou-se pelos debates qualitativos para compreensão da realidade dos espaços de vivência e reprodução das coletividades de pescadores. Esse levantamento de dados foi produzido através de entrevistas com pescadores, moradores das vilas rurais, Cajuúna e Céu, por nós entendidas como expressão do poder local. É necessário esclarecemos que junto às falas dos sujeitos colocadas no corpo deste trabalho, bem como nas observações e análises das mesmas, os nomes das pessoas aparecem junto às citações, pois os pescadores das localidades estudadas que concederam as entrevistas permitiram o uso dos seus nomes próprios sem nenhuma restrição ou objeções, portanto, não houve razão para preservar a identidade dos sujeitos.

Quanto ao referencial metodológico para o desdobramento das análises referentes à pesca, optamos pela pesquisa qualitativa, pois entendemos ser mais propícia à busca de separação daquelas posturas quantificadoras dos fenômenos espaciais e que tenta aplicar aos estudos das ciências humanas os princípios positivistas e métodos das ciências naturais e exatas. Ao contrário, o modelo de interpretação qualitativo privilegia os significados dos processos e práticas da realidade, bem como o dinamismo e a riqueza dos significados sociais e não meramente a quantificação.

Assim sendo, o “chão” das análises desta pesquisa exigiu a coleta e sistematização de informações das instituições envolvidas com a problemática da pesca na região e aquelas que se encontram junto às coletividades de pescadores das vilas rurais Céu e Cajuúna.

O trabalho de campo desenvolveu-se através de levantamento e registros de dados por meio de entrevistas e questionários aplicados diretamente com pescadores das localidades estudadas, operacionalizadas durante cinco visitas realizadas durante os meses de maio, julho, agosto, novembro e dezembro de 2008, nas vilas rurais de pescadores estudadas. Foram realizadas 18 entrevistas e aplicados 100 questionários, dos quais 50 foram intitulados de “questionário sócio - econômico” e 50 de “questionário da atividade pesqueira” (em anexo). Todos esses questionários foram aplicados nas referidas vilas. As entrevistas foram importantes para a elaboração e a produção de gráficos e tabelas com dados estatísticos, seguidos de análise. O objetivo a partir do uso de dados estatísticos é visualizar quantitativamente a realidade da pesca nas vilas de pescadores, além disso, essas informações podem ser utilizadas como instrumentos que poderão auxiliar as eventuais políticas públicas para o ordenamento da pesca local.

Realizaram-se, também, levantamento fotográfico e análise das fotos, verificando, a partir da visualização das paisagens, as dinâmicas espaciais dos diferentes territórios dos pescadores. Ainda neste trabalho, foram elaborados quatro mapas: o primeiro, identificando

os cinco principais pólos pesqueiros do Estado do Pará; o segundo, localizando o território municipal de Soure no arquipélago marajoara; e os dois últimos, (mapa da localização das vilas e mapa dos territórios dos pescadores) foram produzidos a partir de dados coletados com utilização de Global Position System (GPS), identificando e marcando os pontos onde são realizadas as pescarias. Desta maneira, buscamos espacializar os processos referentes à realidade local para melhor compreensão das dinâmicas das pescas. Contudo, não foi possível coletar todos os pontos dos territórios dos pescadores, pois em algumas das nossas visitas à campo não tínhamos o GPS para identificar e marcar os pontos, assim sendo, nem todos os territórios de pescadores estão presentes no nosso mapa.

Este trabalho dissertativo está estruturado em três capítulos:

No primeiro, faz-se uma reflexão sobre o conceito de território, procurando compreender como a geografia define esse recorte espacial nas análises dos processos sociais. Essa reflexão conceitual foi fundamental para o entendimento das práticas espaciais das coletividades de pescadores no processo de apropriação, domínio, controle e uso de frações do espaço definido por nós como territórios de pescadores.

Ainda neste primeiro capítulo, desenvolvemos uma análise dos aspectos mais gerais da pesca no Estado do Pará, dando ênfase ao potencial pesqueiro da região, a riqueza da ictiofauna existente tanto em águas interiores quanto costeiras, elas possibilitam uma elevada produção de pescado e dependência de parcelas das populações regionais e locais em relação a esse recurso, que se constitui, para alguns grupos, como fonte geradora de acumulação de riquezas e, para outros, principal fonte de proteína animal (SHRIMPTON e GIUGLIANO, 1979 apud BARTHEM e FEBRE, 2004).

Destacamos, também, as formas de captura do pescado por meio da pesca artesanal e industrial, assim como as características específicas dessas modalidades de pesca em relação aos locais da pescaria, aos objetivos, ao grau de tecnologia e ao volume de capital investido. Por fim, buscou-se finalizar este capítulo compreendendo os recursos pesqueiros como patrimônio natural da Amazônia paraense. Entendendo o pescado como um recurso renovável e público, comum herança da natureza, indispensável à sobrevivência ou reprodução de muitos humanos na Amazônia paraense.

No capítulo segundo, analisou-se as políticas públicas para o ordenamento da pesca, constatando certa negligência do Estado como gestor do território e provedor das necessidades das coletividades, limitando suas ações na fiscalização das práticas pesqueiras ilegais e lesivas ao meio ambiente.

Verificou-se que sempre houve grande centralização das decisões no que concerne à política para a criação de uma legislação pesqueira que pudesse dar conta das dimensões desse setor. Isso ocorre porque a pesca sempre esteve ligada a outras instâncias de poder que a subordina e impõe regras deliberadas, muitas vezes, sem conhecimento da realidade pesqueira em sua totalidade, por isso a pouca autonomia do setor que não tem uma instituição nacional com sub-sedes regionais, descentralizando o poder para melhor responder pelas necessidades de ordenamento da pesca dificulta o ordenamento e a gestão. A título de exemplificação podemos salientar a origem das colônias de pescadores no Brasil como primeira tentativa de ordenar a atividade pesqueira no território nacional que foi iniciativa da Marinha de Guerra do Brasil, estando atrelada inicialmente ao ministério da Marinha, bem como, as políticas de organização da atividade pesqueira dos pescadores artesanais estiveram atreladas ao Ministério da Agricultura, tornando-se o ordenamento e gestão da pesca de competência do IBAMA somente a partir da década de oitenta. Todavia esta instituição não tem uma política exclusiva direcionada à atividade da pesca, o que no nosso entendimento dificulta o ordenamento, desenvolvimento e gestão desta atividade em regime de sustentabilidade.

Além disso, desenvolvemos uma reflexão sobre as vilas rurais de pescadores entendendo-as como espaço de expressão do poder local e definida, geograficamente aqui, em um esforço de generalização, por meio do gênero de vida e da paisagem. Ainda neste capítulo, buscou-se compreender o sentido da territorialidade dos pescadores nas suas múltiplas dimensões do vivido.

No terceiro e último capítulo, enfatizamos a pesquisa de campo, destacando as características mais peculiares dos territórios dos pescadores das localidades Céu e Cajuúna e a tradição pesqueira no contexto marajoara, os desafios e as perspectivas dessa atividade com análise quantitativa, a partir de ilustração de algumas tabelas e gráficos e qualitativas com a análise de dados coletados através das entrevistas aplicadas junto aos pescadores locais.

Ainda dar-se ênfase aos tipos de pescarias realizadas e as habilidades dos pescadores, enquanto profissionais da pesca artesanal com suas formas de organização do trabalho, destacando a importância da Colônia de Pescadores de Soure Z1 para os pescadores locais, pois esta instituição é legítima e representa os interesses da categoria. Analisamos também, as superposições dos territórios de uso entre os diferentes grupos de pescadores, bem como os conflitos de territorialidades deles resultantes.

Conclui-se, portanto, analisando e destacando a importância da escala do território dos pescadores para gestão das pescarias, uma vez que esse recorte espacial delimitado e apropriado pelas coletividades permite maior visibilidade dos processos econômicos, sociais,

culturais e ambientais gerados no interior da pesca, a qual ocorre no contexto regional e local amazônico.

CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO, PESCA E RECURSOS PESQUEIROS NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA INTEPRETAÇÃO GEOGRÁFICA.

A preocupação central da ciência geográfica é compreender a organização do espaço, entendido como produto da relação sociedade-natureza intermediado pelo trabalho e os instrumentos técnicos. Para tanto, a Geografia faz uso de vários conceitos (espaço, região, território, paisagem, lugar são os mais centrais) na busca de explicações dos processos espaciais que estão em um constante devir, um fazer-se permanentemente, como produto histórico-social de produção do espaço geográfico.

O espaço é aqui entendido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. Portanto, espaço é produção. Uma dada sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade, não havendo necessidade de dicotomizar, nas análises geográficas, sociedade e espaço. Assim, o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionado-a, compartilhando do complexo processo de existência social, no qual a organização espacial é o “conjunto de objetos” criados pelos homens e dispostos sobre a superfície terrestre, expressando, contudo, uma materialidade das práticas sociais.

Para Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes e uma distinção faz-se necessário para melhor compreensão dos processos espaciais e das projeções territoriais, resultantes das formas de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais envolvidos na problemática da pesca. O território, para este autor, é posterior ao espaço, a partir do qual forma-se como resultado de ações conduzidas por atores sociais diversos, enquanto sujeitos políticos que, ao se apropriarem de uma determinada fração do espaço concreta ou abstratamente, se territorializam no espaço.

Esse autor afirma, ainda, que há uma passagem do espaço ao território, destacando que:

(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Fica evidente que o território apóia-se no espaço, mas não é o espaço. É uma projeção a partir dele que envolve relações (sociais, políticas, econômicas e culturais), inscrevendo-se em um campo de forças, manifestando-se como escala de manifestação do poder.

Assim sendo, espaço é produção, território é apropriação, domínio, controle e uso de frações do espaço. O espaço é um lugar ou um campo de possibilidades e, a partir dele, diferentes atores sociais desenvolvem práticas materiais e imateriais com vista à materialização de seus anseios, apropriando-se do espaço e construindo seus territórios através de objetivos intencionais e de oportunidades reais de existência humana, registrando-se no espaço “imagens territoriais”.

Portanto, o espaço é anterior ao território, o qual é produto das práticas sociais conduzidas pólos sujeitos que fazem a história. Porém, nem sempre as projeções no espaço, expresso por uma representação, conduzida por um ator sintagmático, como afirma Raffestin (1993), revela a imagem desejada de um determinado território, de um local de relações. Isso porque entendemos que os territórios são na maioria das vezes expressões de imagem não desejadas, sendo resultados de ações de diferentes atores políticos, construindo territórios distintos que não expressam às intenções de uma coletividade, mas a vontade e desejos de alguns grupos de atores hegemônicos, a exemplo dos pescadores industriais que fazem uso de técnicas modernas na captura do pescado, bem como suas escalas de atuação no processo de produção, circulação e comercialização do pescado os deixam em condições de vantagem em relação aos pequenos produtores artesanais gerando, muitas vezes, conflitos de territorialidades em função da superposição de territórios de ação.

Ao se propor uma abordagem sobre a questão da pesca, a partir de um recorte geográfico com enfoque no território, entende-se que essa análise não pode prescindir de considerações acerca dos projetos e projeções territoriais definidos nas mais diferentes escalas espaciais. Assim, partiremos do pressuposto de que a questão da pesca no Estado do Pará é expressão de projeções territoriais, tanto únicas quanto abrangente, seja do ponto de vista temporal, seja do espacial, cujo esforço analítico geográfico busca uma conciliação entre essas duas dimensões (espacial e temporal), para que se possa apreendê-lo em suas generalidades espaciais e singularidades territoriais.

Salientamos que, temporalmente, a questão da pesca é mais ampla do que muitas vezes se quer reconhecer e articula um conjunto de forças que são expressões da organização do território, assumindo feições diversas de acordo com as conveniências dos diferentes atores sociais ao longo do tempo.

Contudo, compreender a organização espacial das coletividades de pescadores e seus territórios perpassa pela necessidade do entendimento das ações dos diferentes atores sociais, que agem no espaço, apropriando e formando territórios de vivência e reprodução social. Nesse caso específico, a pesca desponta como um meio de sobrevivência e como atividade econômica para diferentes grupos no contexto amazônico paraense. Essa atividade econômica vem sendo amplamente debatida nas diversas esferas da sociedade, particularmente, nas instituições de ensino e pesquisa, bem como nas coletividades locais das zonas consideradas rurais no âmbito territorial paraense.

Muitos pescadores paraenses (segundo os dados fornecidos pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (2007), o Estado do Pará conta com 120.000 pescadores profissionais cadastrados) têm na atividade da pesca a centralidade da produção de seus espaços. Portanto, o território é entendido a partir de relações de poder (SOUZA, 1995) que permitem compreender aqueles espaços produzidos nas dimensões do vivido, na apropriação, no domínio, no controle e no uso dos seus territórios, o qual ocorre através da atividade pesqueira das diferentes coletividades de pescadores. Nesse sentido, compreender o território e a territorialidade dos pescadores é fundamental para o entendimento das distintas espacialidades e temporalidades criadas por e a partir das atividades pesqueiras na Amazônia paraense.

1.1 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA PESCA

Entendemos que a dimensão territorial da pesca, enquanto problemática que envolve a apropriação do território por diferentes atores sociais, têm sido de grande interesse para vários pesquisadores das ciências humanas. Dentre os quais, citam-se muitos sociólogos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos e geógrafos, profissionais que buscam entender, através de suas pesquisas, as ações humanas sobre o substrato material. Essas ações humanas produzem seus espaços e, ao mesmo tempo, apropriam-se de territórios, como resultado de suas práticas nos processos de territorialização e desterritorialização constante.

Entretanto, não se pode desconsiderar que as diferentes escalas de atuação sócio-espacial estão inter-relacionadas com a forma de apropriação do território e o uso racional dos recursos, ocorrendo uma superposição de escalas gerando muitas vezes conflitos o que impõe necessidade de ações capazes de ordenar o território “disciplinando” os usos múltiplos.

Portanto, eis uma das preocupações permanente que direciona as ações das populações tradicionais³ amazônicas, as quais se organizam em movimento de resistência, materializando-se, territorialmente, como um aparato interdependente no que diz respeito às formas de reestruturação das relações de poder entre as diferentes escalas espaciais. Exemplo desse processo é quanto à normatização das atividades pesqueiras em determinados territórios de ações específicas, na busca por recursos, que alguns grupos dizem lhes pertencerem, gerando conflitos de interesses de diferentes naturezas.

Assim, procurando garantir apropriação e uso de seus territórios surgem as resistências dos pescadores, emanadas das próprias capacidades desses grupos imporem representatividades de seus interesses intrínsecos. São identidades coletivas emergidas do léxico político regional e local, originadas das velhas condições sociais do qual todo um gênero de vida⁴ e de produção foram gerados, combinando o ecossistema amazônico com a atividade humana da pesca. O resultado desse processo são movimentos de lutas, reivindicando direitos de uso e autonomia política nos seus territórios de vivência e reprodução, emergindo, muitas vezes, conflitos de territorialidades entre atores sociais diversos.

Quanto ao território dos pescadores, a territorialização dessas coletividades humanas torna-se materializada no momento em que é percebida a delimitação de seus territórios, a partir da apropriação e uso. Dessa forma, os pescadores são capazes de delimitar, através das suas práticas, os recortes espaciais e representá-los através das suas construções sociais, formando uma malha política que faz emergir forças localizadas do espaço. E tais forças, mesmo não sendo reconhecidas e legitimadas pelo poder estatal, são pertinentes como formas de assegurar seus domínios de vivência e reprodução, isto é, suas territorialidades. Em síntese, as coletividades de pescadores constroem relações de poder no uso do território realizando a atividade da pesca.

Contudo, para ocorrer sistematização e a apropriação do território, faz-se necessário a criação e inserção de um sistema de símbolos que possa ser identificado pelos vários atores que interage num dado território. A partir dessa identificação, esse sistema de símbolos será

³ Grosso modo e numa tentativa de generalização dentro do contexto amazônico, podemos definir populações tradicionais como todas que, historicamente, vivem e estabelecem relações com a natureza, por meio do trabalho, recriando continuamente relações que reúnem aspectos visíveis e invisíveis. E não encerrando, simplesmente, realidades economicistas, mas para estas populações ditas tradicionais o trabalho encerra múltiplas dimensões, como herança do passado, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual e o simbólico. Enfim, todos os aspectos que encerram suas formas de viver, pensar, sentir e conceber a realidade.

⁴ Sobre Gênero de vida consultar Max Sorre: geografia /organizador (da coletânea) *Januário Francisco Megale* : [tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques]. – São Paulo: Ática, 1984.

efetivado e marcado pela tradição da coletividade, pela força de trabalho e pelas relações de produção, garantindo assim os domínios territoriais.

Os territórios dos pescadores, no contexto paraense, possuem um significado político, simbólico e social (uma vez que se trata de práticas humanas) que expressam relações de poder materializadas no espaço, por meio da apropriação e da dominação de territórios por atores sociais diversos. O entendimento dessa relação entre pescadores (entendidos como coletividades) e território (como expressão do poder) expressa a dimensão política da atividade pesqueira, uma vez que os territórios de pescadores são resultantes das práticas desenvolvidas por pescadores, os quais são expressões das lutas no processo de apropriação e uso de um indivíduo, de um grupo social ou de uma coletividade local ou regional.

Torna-se evidente que, com ou sem a intervenção do poder do Estado, as práticas correntes dos pescadores ao agirem no espaço de forma a materializar seus anseios e suas preocupações implicam na construção e delimitação de seus territórios. Esses territórios não surgem aleatoriamente, mas, como produto político, a partir de uma necessidade de sobrevivência, resultando na cristalização de um conjunto de fatores econômicos, políticos, físicos, sociais e/ou culturais, os quais, também, podem ser identificados como dimensões de seus territórios. A projeção territorial materializa-se, muitas vezes, nos conflitos de territorialidades, os quais produzem novas territorialidades, dependendo da predominância de um dos fatores citados, assim como dos objetivos dos atores sociais envolvidos.

Porém, entender o processo de formação do território e a territorialidade dos pescadores na construção/reconstrução de suas identidades, a partir da atividade pesqueira, perpassa pela necessidade de definir conceitualmente a categoria de análise território, para melhor compreensão da dimensão e da dinâmica territorial dos pescadores no espaço geográfico marajoara.

1.2 EM BUSCA DO TERRITÓRIO

Acreditamos que a construção/formação dos territórios de pescadores denuncia a combinação de variáveis unidas em uma complexa e indivisível amálgama que se manifesta em “imagens territoriais” (RAFFESTIN, 1993), porém, a elas não se reduzindo. Assim, o esforço em desvendá-las requer a utilização de referenciais teóricos – metodológicos que contemplem a análise dos processos que lhes são subjacentes, ainda que nossos instrumentos analíticos sejam limitados ante a dimensão do fenômeno em movimento constante e contraditório como a pesca.

A tradição da Geografia, enquanto ciência, sempre foi buscar entender o território no sentido jurídico-político. Apenas, recentemente, autores como Raffestin (1993), Souza (1995) e Haesbaert (2004), importantes teóricos da Geografia, discutem sobre a produção, apropriação, controle e uso do território a partir de uma análise relacional, entendendo o território como escala de manifestação do poder no espaço. Assim, é possível compreendermos o território como alicerce móvel das relações de forças que agem no espaço, estando muitas vezes em consonância com a configuração territorial, produzindo diferentes formas de apreensão da relação tempo-espaço.

Entender o território no movimento, no sentido onto-epistemológico por um território em constante fazer-se, não tem sido preocupação por parte dos geógrafos nos diferentes contextos. Porém, é, no mínimo, audacioso por parte dos pesquisadores centrarem o pensamento no movimento, nas conexões, na dimensão geográfica dos fenômenos que emerge com tamanha força como expressão dos processos sociais.

Deve-se, portanto, buscar a valorização das simultaneidades, dos devires e dos tipos específicos de conexão que estejam centrados muito mais nos contextos e interações do que em filiações e sucessões de fatos, uma vez que a importância dos conceitos da geografia é contextualizar os processos, as orientações, os fluxos de as entradas e saídas pertencentes às análises geográficas.

Não obstante, se não “captamos” o território em tempo real, no movimento, podemos ao menos desvendar a sua lógica, por meio da qual se poderá pensar em intervenções construtivas, que em tese é um dos fundamentos da investigação científica.

Desse modo, as análises subsequentes, cujo recorte geográfico é o território das coletividades de pescadores das localidades Céu e Cajuúna no município de Soure, objetivam compreender, primeiramente, teórico e conceitualmente, o território de pescadores e suas diferentes formas de apropriação e uso desse recorte espacial. Além disso, expor o encadeamento das mudanças sempre em um *continuum*, a fim de elucidar as formas de interações dos pescadores na construção, desconstrução, reconstrução e controle dos seus territórios de ação construídos no movimento e na fluidez do meio aquático.

Por essa razão, um território é sempre refeito, permanentemente, pelas dinâmicas sociais dos pescadores em suas marcha histórica interruptas. Portanto, a apreensão da sua organicidade e ordenação não podem prescindir das combinações que foram articulando-se, ao longo do tempo no espaço. Não obstante, entendemos o resgate das origens dos conceitos essencial para esclarecer sua condição atual; embora, na maioria das vezes, as conclusões sejam diferentes.

Os debates acerca da concepção de território são, atualmente, mais complexos, não se restringindo apenas para definir um recorte espacial “banal”, pois o acesso às redes e seu controle criam também territórios. Assim, é preciso começar reconhecendo seu dinamismo e um processo simultâneo e contínuo de territorialização e reterritorialização, seguido pelo fato de que ele é o elemento mediador de relações, integrando múltiplas dimensões de território – zona e território-rede (HAESBAERT, 2004).

Os diferentes autores, com raras exceções, reconhecem o poder como um componente básico do território. Igualmente, reconhece o território como categoria de análise social. Na ciência geográfica, o território permite a compreensão dos processos sociais, historicamente, espacializados. Todavia, há também diferentes compreensões quanto ao conceito de território, bem como seu uso nas análises das ciências sociais.

A geografia política clássica⁵ sempre trabalhou com a concepção que distingue o território como área de exercício do poder e da soberania do Estado, por outro lado, o território também pode ser entendido como espaço identitário, abordagem introduzida pela antropologia. Dependendo da abordagem, dos processos sociais e dos fenômenos que se queira ressaltar, há a necessidade de optar por uma dessas concepções já que envolvem questões de escala de ação e de contigüidade. Outra proposição resgata a origem do conceito de território, para afirmar que ele é também movimento e não inércia.

As vertentes fundantes dessas diferentes concepções são bem reconhecidas na historiografia do conceito. A primeira alicerçada na política, referente ao território do Estado-nação e a segunda fundamentada na filosofia naturalista, com base oriunda da biologia natural.

Contudo, a concepção que entende o território no movimento e na estabilidade relativa vem sendo amplamente debatida por diferentes teóricos das ciências sociais, construindo a idéia de território com seu significado simbólico-cultural, compreendendo o território como domínio (natural) e apropriação (simbólico) (HAESBAERT, 2004), sendo ambas as formas de controlar e ordenar os processos de territorialização na sua dimensão natural e concreta.

Uma proposição que se aplica tanto ao espaço geográfico estatal como ao espaço identitário é a apropriação simbólica. Essa apropriação vem sendo aceita por definir o território como espaço das práticas sociais, implicando a apropriação, o uso e o controle de

⁵ Claude Raffestin (1993), no primeiro capítulo do livro intitulado “Por uma Geografia do Poder” desenvolve uma crítica e ao mesmo tempo um breve, mas interessante histórico da Geografia Política clássica, identificada pelo autor como “Geografia Política clássica do Estado”.

uma parcela do espaço por determinados atores sociais ou grupos de uma coletividade local, regional ou mesmo nacional.

Como qualquer prática social, a territorialização no espaço e a formação dos territórios implicam a noção de escala, limite, portanto, é a fração do espaço que manifesta relações de poder. Desse modo, é possível compreendermos essa escala de análise geográfica, o território, inclusive no movimento⁶, pois o território pode ser compreendido também pelos fluxos nele ou dele decorrentes. Tal concepção também entende o território como um produto usado, vivido e utilizado como meio para as práticas sociais (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; BECKER, 2006).

Para Raffestin (1993), o território é a cena de poder e o lugar onde ocorrem todas as relações. O autor busca realizar uma análise relacional, a partir da Geografia Política, destacando três combinações de poder primordiais: a população e o poder, o território e o poder e os recursos e o poder. Nesse caso, a primeira combinação é de onde emana todo poder e as capacidades de proceder às ações para as transformações; a segunda combinação pode ser entendida como palco das manifestações do poder e de todas as relações; a terceira combinação como sendo o elemento determinante, que por sua vez, direciona o alcance das ações.

Essa divisão clássica da Geografia Política (população, território e recursos) e as análises de Raffestin (1993) são os elementos que se manifestam como trunfos do poder, possibilitando formação de redes relacionais. O território sem a população e suas ações resume-se apenas a uma potencialidade, a um dado estático, no entanto, podendo organizar e integrar possíveis estratégias. Sendo assim, a materialização das ações de apropriação e uso é que determina a importância e a característica de um determinado território, o qual vai ser adquirido ou não por um determinado ator social.

Dessa forma, o território forma-se a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993), resultando de ações *conduzidas por um ator sintagmático*, através da apropriação concreta ou abstrata que conduziu a territorialização de determinados grupos sociais, instituindo o território e, ao mesmo tempo, revelando que este é o espaço onde se projetou o trabalho e por consequência revela relações de poder, seja na forma de energia ou na forma de informação.

Souza (1995) concorda com Raffestin (1993) em que o espaço é anterior ao território, mas atribui duras críticas a esse autor “*que incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o*

⁶ A idéia de compreensão do território no movimento é retirada das proposições de SACK (1986), na obra *Territorialidade Humana: sua Teoria e Historia* no qual já corretamente já discernira que o território pode ser entendido também na mobilidade.

território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social” (SOUZA, 1995. p. 96). Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está presente em todas as espacialidades sociais. Se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território, uma vez que os processos sociais são dinâmicos no tempo e no espaço.

Buscando formulações para o conceito de território Souza (1995, p.81-97) afirma que “territórios existem, são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas espaciais e temporais (...) um campo de forças, onde se manifestam relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Podem ter um caráter permanente, mas podem ter existência periódica, cíclica. A importância de entendermos que território é movimento ocorre a partir do processo contínuo de territorialização e desterritorialização dos atores sociais (HAESBAERT, 2004), permitindo a compreensão que o território está em constante fazer-se, desfazer-se e refazer-se, isto é, em movimento constante.

Por outro lado, podemos partir do pressuposto que esse movimento constante do território é fruto da dinâmica dos recursos naturais pesqueiros e das ações humanas. Primeiro, porque um dos motivos que impulsiona o homem para o domínio de uma fração do espaço são os recursos nela existente, neste caso o pescado. Nesse sentido, podemos afirmar que domínio de território é também domínio de recurso. Os recursos têm um caráter variável de instabilidade no tempo e no espaço, ou seja, o que hoje é recurso, amanhã pode não ser mais. Assim como o que hoje não o é, amanhã pode vir a ser. E os indivíduos, os grupos e as coletividades estão em constantes processos de territorialização e desterritorialização, buscando apropriar-se dos recursos a partir do uso e controle de parcela do espaço o que expressa o movimento do território.

Segundo, porque as ações humanas são potencializadas por meio de técnicas que se alteram e alternam no tempo-espaço, capacitando os homens para melhor domínio da natureza, fazendo com que os territórios apropriados mudem seus limites ou mesmo deixem de existir, o que expressa o movimento e a dinâmica desse recorte geográfico. Além disso, as exigências de mercado também estimulam e impulsionam o movimento dos territórios dos pescadores, pois a necessidade de uma produção em larga escala e a escassez, socialmente, gerada nas áreas tradicionalmente usadas obriga as coletividades de pescadores a sair à procura de espaços para formar novos territórios, que possam lhes oferecer, em grande proporção, o recurso necessário. Soma-se a isso, a valorização de algumas espécies no mercado (a exemplo da pescada amarela – *Sciaena amazônica* e dourada – *Brachyplatystoma*

Flavicans), que dão aos pescadores oportunidades maiores de comércio de seus produtos, dinamizando ainda mais os territórios de exploração do pescado.

Entendido dessa maneira, o território de pescadores pode ser compreendido no movimento, e segue a lógica da dinâmica dos recursos naturais pesqueiros que por sua vez acompanha o progresso técnico e a viabilidade econômica do pescado, nos diferentes contextos sociais históricos, o que permite afirmarmos que as construções dos territórios no movimento seguem a lógica da mobilidade dos recursos, economicamente, viável para reprodução das condições materiais de existência humana dos mais variados grupos sociais de pescadores na Amazônia paraense.

A análise dos territórios de pescadores impõe a necessidade de pensarmos o território no movimento, na mobilidade permanente dos recursos pesqueiros, bem como nas ações direcionadas dos pescadores, seja pela dinâmica da natureza (o regime das águas), seja pela imposição da lógica de mercado que valoriza mais algumas espécies de pescado em detrimento de outras menos rentáveis, economicamente.

Isso ocorre porque os recursos pesqueiros podem variar no tempo-espaço dos ecossistemas aquáticos, podendo tornar-se escassos em determinados territórios, diminuindo a captura em alguns locais de pesca, obrigando os pescadores a mobilizarem-se em busca de domínio e apropriação de outras frações espaciais, as quais possam lhes ser mais ou menos rentáveis. Esse fato implica também controle e restrição ao acesso por parte de quem domina o território. Tal processo tem uma relação forte com os recursos pesqueiros, gerando muitas vezes conflitos de territorialidade entre os diferentes grupos.

1.3 TERRITÓRIOS DA PESCA? TERRITÓRIOS PESQUEIROS? OU TERRITÓRIO DE PESCADORES?

A pesca é uma atividade humana que tem articulações entre os meios aquáticos e terrestres, representando uma forma de uso do território e uma forte relação sociedade-natureza. O Código da Pesca, a partir da Lei 9605, Capítulo V, Art. 36 de 1998, define a pesca como sendo:

(...) todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender, ou capturar espécies de grupos de peixes, crustáceos, moluscos ou vegetais hidróbios suscetíveis ou não ao aproveitamento econômico ressalvado as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais de fauna e flora (IBAMA, 1998, p.9).

Isso significa que todos os indivíduos ou grupos praticantes destas atividades- pesca ou coleta de caranguejo⁷ - são caracterizados como pescadores. Eles desenvolvem o trabalho na sua forma industrial ou artesanal (por pescadores tradicionais). E como modalidade de uso do espaço, as atividades pesqueiras interagem com as demais formas de trabalho que as diferentes sociedades produzem e reproduzem em seus espaços.

Assim, a apropriação da natureza por parte dos pescadores através do trabalho e a construção do conhecimento dos ecossistemas e seus elementos naturais, com os quais interagem no desenvolvimento das pescarias, conduz os pescadores a um processo de territorialização, ao mesmo tempo em que se constroem suas territorialidades, fundamentadas nas atividades pesqueiras e centradas no conhecimento, no sentimento de pertencimento ao meio e na apreensão dos processos sociais, culturais e naturais.

Nesse sentido, alguns estudos acerca das atividades pesqueiras têm sido desenvolvidos dentro das análises geográficas, buscando compreender como os pescadores vêm produzindo seus espaços na relação com a natureza. Todos, com raras exceções, reconhecem a dimensão territorial nas práticas dos homens ao desenvolverem suas pescarias. Apresentam um debate sobre o conceito de território no âmbito dos estudos em geografia e, posteriormente, expõem algumas escalas espaciais que se pode considerar a questão territorial no universo da pesca.

Dessa forma, as teorias sobre o conceito de território no âmbito dos estudos em Geografia permitem-nos vislumbrar a existência de escalas em que podemos considerar a questão territorial no universo das atividades pesqueiras, uma vez que o território é a base geográfica da existência social das coletividades de pescadores.

Não obstante, uma indagação de cunho teórico e a necessidade explicativa da realidade empírica impõem-se dentro das análises geográficas para entendimento das práticas espaciais de pescadores na construção de seus territórios. Assim nos questionamos: Como se compreende na ciência geográfica o conceito de território construído pela apropriação da natureza a partir da atividade pesqueira?

Para designar um recorte espacial de uso dos pescadores na captura do pescado, assim como seu espaço de vivência e reprodução social Cardoso (2003), Pereira & Fabre (2005) têm usado indistintamente nos seus estudos científicos o conceito de território pesqueiro. Esses autores, tentando mostrar a importância do território para gestão das pescarias em ambientes de livre acesso em Manacapuru, Amazonas, avaliam os territórios pesqueiros dessa comunidade, observando a relação custo-benefício da exploração pesqueira e sua relação com

⁷ O Código da Pesca e a Lei 9605 Capítulo V Art. 36 de 1998 define a coleta de caranguejos como atividade pesqueira e, portanto, sujeita as mesmas sanções penais de qualquer outra atividade da pesca.

os conflitos socioambientais, oriundos da exploração dos recursos de uso comum, em áreas de livre acesso. Para tanto, utilizam como variáveis importantes para avaliar o território pesqueiro, o rendimento produtivo, à distância percorrido para a exploração do pescado e o grau de conhecimento da existência do acordo de usos integrados dos recursos.

A partir desse propósito, os autores também definem territórios pesqueiros como *“produto da interação entre distribuição, disponibilidade, produtividade dos pesqueiros e organização políticos institucional dos moradores”* (PEREIRA & FABRE, 2005, p. 7) que se reflete na relação custo-benefício. O primeiro entende que existem territórios não apenas como espaços nacionais, mas também no interior dos países, tais como *“territórios quilombolas, indígenas e os territórios pesqueiros podendo ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores”* (CARDOSO, 2003, p. 2).

Ainda Cardoso (2003) faz uso da expressão territórios pesqueiro, referindo-se aos recortes espaciais de uso dos pescadores, uma vez que esses se apropriam de porções do espaço aquático, a partir do trabalho e do conhecimento dos processos que nelas atuam, afirmando que *“territórios pesqueiros são espaços conhecidos, nomeados, defendidos delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira”* (CARDOSO, 2003, p.3). Ou ainda:

Territórios pesqueiros são construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitado mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais pescadores exercem algum tipo de domínio (...). Visto em um primeiro plano como recursos comuns e de acesso ilimitado, a apropriação de territórios pesqueiros por parte de pescadores leva a criação de mecanismo que regulam o acesso aos pesqueiros (CARDOSO, 2003, p. 3-4).

A territorialização das coletividades de pescadores ocorre em um processo contínuo de apropriação e uso dos recursos naturais pesqueiros que na Amazônia paraense ocorre com forte enraizamento sócio-cultural, construído na territorialidade desses grupos. Portanto, trata-se de territórios que são frutos das relações sociais, humanizados e delimitados a partir das práticas intencionais dos humanos.

Assim sendo, entendemos que o território é de quem se apropria, exerce controle e faz uso. Nesse caso, as coletividades rurais que desenvolvem as práticas das pescarias. Portanto, compreendemos que, enquanto fruto da relação sociedade natureza, os territórios são construções humanas não sendo possível nas análises geográficas pensamos em territórios

pesqueiros, mas em territórios de pescadores, configurando um recorte espacial resultante das ações dos homens sobre o espaço.

Outro trabalho no âmbito da geografia sobre a óptica da pesca foi desenvolvido por Silva (2006), buscando entender o modo de vida, a percepção territorial e a territorialização dos grupos no rio Ituquara (Breves-Pará), a partir da territorialidade dos pescadores. Nesse trabalho, o autor para referir-se ao espaço apropriado pelos pescadores, usa o conceito de território da pesca. Segundo o mesmo, o conceito de território deve ser relacionado com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores, nesse caso específico os pescadores.

Silva (2006) entende como território da pesca, comumente chamado de pesqueiro, o lugar “*onde os indivíduos integrantes das colônias de pesca se utilizam de um determinado espaço para retirada dos recursos*” (SILVA, 2006, p. 42; 43) onde as colônias de pesca desempenham um papel fundamental na organização social, a qual determina as normas de extração e, consubstancialmente, do território na busca de promover o uso racional dos recursos, considerando o ambiente nos preceitos atuais de sustentabilidade.

Todavia, entendemos que o conceito de território pesqueiro proposto por Cardoso (2003) e Pereira & Fabre (2005), bem como o conceito de território da pesca sintetizado por Silva (2006) não expressa um conceito, do ponto de vista geográfico. No nosso entendimento, a pesca é uma atividade, assim como a pecuária o é, que se presta para fins econômicos e para fins de subsistência. Mas é controverso o uso território da pesca ou território pesqueiro para designar o recorte espacial apropriado pelas coletividades de pescadores. Assim como é complicado falarmos em territórios da pecuária quando nos referimos ao espaço de domínio e produção dos pecuaristas. O território, dentro das análises geográficas, é resultado das práticas humanas de apropriação, de uso e de controle do espaço. Nesse sentido, têm-se territórios de pecuaristas e não território da pecuária, que expressa apenas a atividade desenvolvida no território apropriado e usado e não o domínio, controle e as correlações de forças que caracterizam o território.

Acreditamos que Cardoso (2003) e Pereira & Fabre (2005) ao desenvolverem análises a partir da idéia de territórios pesqueiros incidem do ponto de vista do olhar geográfico em equívoco, uma vez que estes conceitos no nosso entendimento, da maneira que foram construídos teoricamente são poucos consistentes para expressar as dinâmicas das pescarias. Da mesma forma, Silva (2006) com a idéia de território da pesca. Entendemos que esses autores não expressam, não definem e nem permitem entender, a partir do olhar geográfico, o

conceito de “território dos pescadores”. Portanto, entendemos o território como resultado das práticas sociais espacializadas no curso da história humana.

Propomos, então, o conceito territórios de pescadores, podendo ser apreendido como uma determinada fração do espaço delimitado, mesmo na fluidez do meio aquático, sobre a qual as coletividades de pescadores exercem algum tipo de domínio, apropriação, de uso e de controle, mesmo que seus territórios não sejam reconhecidos pelas diferentes esferas sociais.

O reconhecimento dos ambientes aquáticos onde estão localizados os recursos naturais pesqueiros é habilidade que o pescador reúne no manuseio das pescarias e construção de seu território. Essa habilidade é resultante do acúmulo de hábitos de vida e é transmitida e absorvida pelas gerações, sendo, portanto, uma forma peculiar de apreensão e apropriação da natureza. Nesse caso específico da pesca, a habilidade tem seus traços característicos, advindo do contato íntimo com o meio aquático. Esse conhecimento é multidimensional, envolvendo diversas faces e não é, contudo, dissociado da materialidade das experiências vividas pelos pescadores cajuunenses e ceuenses, e nem das construções subjetivas do sobrenatural de uma consciência coletiva também presentes nos territórios desses pescadores sourenses.

O pescador sabe onde o peixe ta, nós pescadores tanto faz nas cheias ou no verão gente sabe onde dá o peixe porque nos já tomo acostumado. A vez sem querer gente descobre um ponto onde tão os cardumes e ai o pescador guarda e reserva porque se todo mundo de em cima o peixe fica sabido, ai muita vez o pescador fica só com ele, mas também quando todo mundo já descobriu o ponto onde ta o peixe, gente fica se revezando pra não acabar do dia pra noite. Porque o pescador tem que respeitar o que a natureza dá e ela dá muito o tempo todo. (fonte: entrevista com pescador Mauro Nascimento 36 anos de idade. Novembro de 2008).

As habilidades que reúne o pescador neste processo de apropriação de frações do espaço, que constitui seus territórios de exploração pesqueira, é um legado histórico herdado da tradição e do contato do homem com a natureza. Esses “pontos” de pesca são locais de vida do peixe onde as espécies aquáticas instalaram suas moradas por razões específicas. Tais razões são determinadas pela natureza em dinâmica constante, como, por exemplo, a garantia de alimentos para os cardumes. Muitos desses territórios, no contexto amazônico paraense, foram descobertos e apropriados por pescadores antigos, como respostas aos desafios das atividades pesqueiras de períodos pretéritos. No entanto, esses espaços continuam, ainda hoje, muito valorizados pelas oportunidades que eles oferecem aos pescadores artesanais, os quais não dispõem de técnicas sofisticadas para explorar os recursos que a natureza lhes oferece. Sendo assim, tais pescadores artesanais dependem desses territórios herdados do passado pela relativa facilidade de captura do pescado.

Não obstante, observamos que a relação entre homem e natureza perpassa também pelas relações dos homens entre si no processo de construção de seus territórios de produção pesqueira, onde, quase ou sempre, as relações são marcadas pelos conflitos, contradições, perdas e ganhos longe de um equilíbrio ou de uma relação harmônica. Nesse sentido, compreendemos e discutimos a dimensão territorial da pesca e a delimitação dos territórios de pescadores, produzidos por sujeitos políticos, capazes de desenvolver ações, conduzidas pelas suas necessidades de reprodução social, a partir da dinâmica das atividades pesqueiras.

Assim, é sabido que o conceito de território, como já demonstramos, está para além dos aspectos técnicos ou meramente político-administrativos e elementos como o simbólico-cultural, político, demográficos e econômicos são variáveis relevantes no entendimento do conceito de território. Ressalta-se, ainda, que a estabilidade, a permanência, a sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios só podem ser expressos na consolidação da coesão social, que é condição indispensável para coesão do território.

Essa coesão social dos territórios dos pescadores é a expressão e o resultado da própria história do pescador amazônico em sua relação com a pesca, a partir de suas tradições, de seus sentimentos de pertencimento ao espaço, de suas crenças, de seus hábitos e de sua cultura, elementos componentes da construção da identidade territorial das coletividades de pescadores cajuunenses e ceuenses.

As coletividades de pescadores tradicionais de um conjunto de vilas, a exemplo de Céu e Cajuúna, no contexto rural amazônico são expressões dessa coesão social, pois se integram pelos laços de parentesco ou pela tradição da solidariedade, uma história comum projetada coletivamente, sobre o território e por uma relativa justiça social intra-grupo.

Assim como existe a coesão social nos territórios de pescadores, também existe a coesão territorial, que é o resultado do domínio-apropriação de frações do espaço e dos recursos pesqueiros, do reconhecimento de outros atores sociais, do desenvolvimento da economia centrada na atividade da pesca, do corpo social dessas coletividades e das instituições políticas, as quais representam os interesses dos pescadores (colônias ou associações), o que garantem a coesão territorial, formando uma configuração que moldam, na Amazônia paraense, a expressão de identidade cultural, política e econômica, definida também na força da tradição pesqueira da região.

Nesse sentido, nos territórios dos pescadores sobrevivem forças do passado, materializado nas tradições e no presente, como expressão das relações e ações condutoras da causa do movimento nos territórios, o que faz com que tanto as coletividades de pescadores locais quanto outros grupos sociais sintam essas forças se processando no território.

Portanto, o território desses atores sociais na Amazônia paraense não é um conjunto neutro constituído apenas por fatores naturais, mas, principalmente, por dotações humanas, constituindo-se por laços informais e formais, resultantes das relações construídas ao longo do processo de formação histórico-geográfico, fonte da própria identidade dos indivíduos e grupos sociais entendidos aqui como coletividades.

1.4 A PESCA NO ESTADO DO PARÁ

Na região amazônica, a atividade pesqueira difere-se em relação às demais regiões do Brasil pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela tradição/dependência das populações amazônicas tradicionais à atividade da pesca, tanto nas áreas costeiras quanto nas águas interiores como rios, lagos e igarapés (BARTHEM e FABRÉ, 2004). Entretanto, as paisagens e ambientes relacionados à pesca nessa região não são homogêneas, pois, as unidades geotectônicas e a quantidade da água juntos aos elementos que compõem os ecossistemas são elementos definidores dos habitats aquáticos.

Segundo o IBGE (1977), a paisagem amazônica é moldada, fundamentalmente, por três estruturas geológicas: a Cordilheira dos Andes, à Oeste; Escudos Cristalinos, das Guianas ao Norte e do Brasil ao Sul; e a Planície Sedimentar, na porção central. Não obstante, é no estuário, área de encontro das águas oceânicas e continentais, e nas planícies, locais onde os rios são mais volumosos, que ocorre uma intensa atividade pesqueira. Porém, mesmo não havendo uma grande atividade pesqueira nas demais unidades geotectônicas, estas contribuem muito na formação dos ambientes aquáticos, assim como contribui na produção biológica que sustenta os recursos pesqueiros nos diferentes territórios dos pescadores. Daí a necessidade de incluir essas unidades espaciais nos estudos da pesca na região, para melhor entendimento do processo das pescarias (BARTHEM; FABRÉ. 2004).

Essa atividade desenvolve-se, há muito tempo, no território paraense em função da existência de um grande potencial pesqueiro nos rios, lagos e costas próximas, caracterizando os territórios municipais de Vigia, Salinópolis, Curuçá, Soure, Óbidos, entre outros, em espaços que se destacam na pesca. A relativa facilidade de captura com instrumentos de trabalho simples e de fácil fabricação, associado às habilidades herdadas das populações indígenas, vem sendo assimilada ao longo do processo histórico - geográfico por brancos, mestiços e outros que migraram e ocuparam a Amazônia brasileira, transformando o peixe na

principal fonte de proteína animal para as populações tradicionais da região (LOUREIRO, 1985 e ISAAC, 2006).

Com uma extensão territorial de aproximadamente 1.248.042 Km², o Estado do Pará representa 15% da área do Brasil, constituindo-se no segundo maior Estado em área no território brasileiro, perdendo apenas para o Amazonas. Reúnem, em números aproximados, 40% das águas interiores do país e cerca de 60% dessas águas em relação à Amazônia brasileira (FLAMBOT, 1991).

Segundo CEPNOR (2006), o Estado do Pará possui em seu sistema hidrológico e territórios de produção pesqueira, aproximadamente 98.292 km² de águas interiores; 70.000 km² de plataforma continental; 67.972 km² de áreas oceânicas e 562 km de costa. Detém, portanto, um dos maiores volumes de recursos hídricos e de ictiofauna do país. Isso confere ao território paraense alternativas de exploração dos recursos pesqueiros, tanto em alto-mar como em águas costeiras, estuarinas, fluvio-marítimas, fluviais e lacustres. Além disso, segundo Smith (1981) e Barley (1984) há cerca de 100.000 Km² de várzeas inundadas e/ou alagadas em toda a Amazônia (boa parte no Estado do Pará), concentrando grande quantidade de recursos pesqueiros que são explorados pelas populações tradicionais e hoje também pelos pescadores de “fora”⁸.

As estimativas, aqui apresentadas, apesar de oriundas de fontes especializadas, precisam ser pensadas com certo relativismo, necessitando de aprofundamento científico, pois ainda não houve tentativa de construir um modelo de bioeconomia da pesca na região. Talvez pela carência de informações disponíveis sobre uma grande variedade de espécies e/ou pela falta de investimentos por parte do poder gestor do território, nesse ramo da economia do Estado.

Estudos desenvolvidos por Isaac (2006) procuram entender a atividade pesqueira na Amazônia, na qual o Pará está inserido, dando ênfase às suas características socioeconômicas e o tipo de pesca específica, podendo ser divididas em três modalidades principais:

- a) A pesca tradicional de subsistência, atividade permanente e complementar a outras atividades principalmente a agricultura, caracterizando alguns grupos como agricultores pescadores, cuja produção restringe-se quase, exclusivamente, ao consumo próprio, executada com uso de embarcações simples e aparelhos de pesca

⁸ Os de “fora” é a caracterização que os pescadores locais (ribeirinhos) dão para os que vêm pescar em seus territórios, competindo junto a eles, muitas vezes, em condições desiguais quanto aos instrumentos de pesca para captura do pescado, principalmente, os pescadores industriais.

produzida pelos próprios pescadores o que dá a estes “utensílios”, assim como a pesca, um caráter tradicional;

- b) A pesca artesanal de caráter comercial, a qual apresenta variações sazonais e é praticada por pescadores de dedicação quase ou parcialmente exclusiva cuja produção destina-se, em grande parte, à comercialização nas cidades da região. O pescado capturado é transportado para centros urbanos, onde ocorre a comercialização;
- c) A pesca empresarial/industrial que emprega barcos de maior potência e autonomia financeira, atuando no estuário e no litoral amazônico, dirigindo a captura para espécies alvo de maior valor no mercado com fins de exportação (ISAAC, 2006).

Dentre essas modalidades, a pesca de subsistência constitui-se como a mais antiga da região, sendo explorada pelos povos indígenas que habitavam a Amazônia, sendo, contemporaneamente, uma prática ainda desenvolvida na sua forma artesanal por ribeirinhos e coletividades de pescadores como, por exemplo, nas duas localidades por nos estudadas, Céu e Cajuúna.

Nessa atividade, a experiência, o conhecimento dos habitats e das dinâmicas no ritmo das enchentes e vazantes são habilidades que o pescador de subsistência precisa reunir para garantir a captura do peixe, dado que seus instrumentos de trabalho, chamados pelos amazônidas de “utensílios de pesca” e no Pará “arreios de pesca”, não lhes proporcionam grandes domínios sobre a natureza. Associado às técnicas conhecidas há séculos, os aparelhos simples como a linha de mão e o anzol, arpão ou arco e a flecha são traços marcantes na pesca artesanal de subsistência.

Segundo Isaac (2006), o nylon só é introduzido nas atividades pesqueiras na região no final dos anos sessenta do século XX, passando a fazer parte dos instrumentos de captura dos pescados pelos pescadores. Portanto, as práticas desses pescadores tradicionais vêm mudando, devido a introdução de instrumentos, como o supracitado, nas práticas das pescarias dos pescadores tradicionais de subsistência, bem como pelo caráter empresarial que a pesca assume no contexto amazônico. Dessa forma, os pescadores sentem-se obrigados a substituírem alguns de seus instrumentos de pesca para se manterem na tradição da atividade pesqueira.

Identificada como uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia, a pesca artesanal comercial perdura até os dias atuais, sofrendo, entretanto, inúmeras transformações. Na Amazônia colonial, a pesca comercial explorava distintas espécies como: tartaruga (*Podocmenis expensal*), peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e pirarucu (*Arapaima gigas*). A exploração do pirarucu ocorria de forma descontrolada, levando a redução considerável

dessas espécies (FURTADO, 1981). Mas, é a partir de 1950-60 que as políticas de desenvolvimento econômico na região vão provocar um aumento considerável na população urbana, proporcionando, dessa forma, uma maior demanda de mercado pelo consumo do pescado, seja pela tradição dos hábitos alimentares da população que migrou para a cidade e/ou pela acessibilidade desse produto nos centros urbanos amazônicos. Este aumento da demanda de pescado para os centros urbanos gerou um mercado fundamental para a existência da atividade pesqueira mercantil da região (BATISTA; ISAAC; VIANA, 2004).

Nesse sentido, ocorre uma ampliação dos pescadores profissionais que têm na pesca sua única atividade remunerada, caracterizando-o como o cidadão e monovalente com bons conhecimentos das águas que pescam e sobre os peixes que capturam. Trabalhos desenvolvidos por Maschkat (1961), Smith (1979), Petrere (1992), Furtado (1993), têm discutido essas relações no contexto amazônico, enfatizando as habilidades dos pescadores, suas superstições que têm corroborado para serem classificados como analfabetos (80% dos pescadores do Pará são analfabetos segundo os estudos de Maschkat), onde as maiorias têm na pesca a única fonte de renda familiar.

Além desses, outro fator que veio contribuir para a intensificação da pesca naquele período em diante é a resolução do problema da conservação do pescado. Essa foi solucionada com maior disponibilidade de gelo e das estruturas isotérmicas a base de isopor, madeira e zinco, que passaram a ser usadas com muita precisão por permitirem conservar o peixe in-natura por um tempo maior. Soma-se a isso, a introdução de motores a diesel a partir da década de 50 e a acessibilidade no comércio local de linhas de nylon que impulsionaram o aumento da pesca na região (MACGRATH et al., 1993a).

Ainda nessa perspectiva, o aumento da demanda do pescado ampliou também a participação do ribeirinho na geração de excedente da produção do peixe para ser comercializado, fato que vem caracterizando os pescadores regionais como profissionais e como ribeirinhos moradores. Esses comercializam sua produção nos centros urbanos municipais ou enviam em barcos de linhas regionais ou ainda através de intermediação de geleiras⁹ de forma indireta para os grandes centros urbanos da região como Belém, Manaus ou cidades de médio e pequeno porte como Santarém, Bragança, Abaetetuba, Cametá, Soure, Vigia, Óbidos, Salinópolis, Tucuruí, Oriximiná e outras cidades, onde a procura pelo pescado é intensa.

⁹ Geleiras são chamadas os barcos de comerciantes de pescados que circulam na região Amazônica comprando peixes para serem comercializados nos principais centros urbanos locais ou mesmo para exportação. Estes barcos dispõem de estruturas isotérmicas e gelo capaz de garantir a conservação do pescado por vários dias.

Em outra escala de produção e comercialização, executada na foz do Amazonas e no litoral amazônico, a pesca industrial atua com barcos possantes com grande poder de captura do pescado, se comparado aos padrões das pescas regionais e locais (BARTHEM E PETRERE, 1996; BARTHEM E GOULDING, 1997). Essa modalidade de pesca, introduzida na Amazônia, difere-se das tradicionais formas desenvolvidas há muito tempo na região pelo volume de capital investido, pelos padrões tecnológicos, usados na captura dos cardumes, pela relação de trabalho estabelecida entre os pescadores envolvidos, pelo tipo de pescado a ser capturado e comercializado e pela escala de atuação das frotas pesqueiras industriais.

Segundo o IDESP (1989), a indústria da pesca atua em alto mar, capturando camarão rosa e pargo, localizando a frota pesqueira, principalmente, na cidade de Belém. Porém, nos últimos anos a pesca industrial vem sendo executada nas águas costeiras e estuarinas, capturando lagosta e piramutaba e vem correspondendo à atividade industrial empresarial melhor organizada na Amazônia paraense (LEONEL, 1998).

Para Mello (1985) a indústria da pesca do Pará,

(...) acompanha o surgimento de outras indústrias pesqueiras no restante do país, num momento em que são criados pelo governo federal, em fins da década de 60, mecanismos incentivadores de uma política pesqueira beneficiária aos reclamos do grande capital. Sobretudo de grupos americanos, japoneses e nacionais associados, interessados na exploração deste setor de produção de alimento que estivera até então “esquecido” (MELLO, 1985, p.49).

As análises de Mello (1985) comprovam as pesquisas realizadas e reforçam os dados disponíveis pela SECOM (1992), que mostram os objetivos da pesca industrial na região, destinando em números aproximados 85% dos pescados do Estado do Pará, capturado pelas empresas da pesca para exportação internacional (Estados Unidos da América e Japão são os principais mercados), apenas 5% para consumo local e 10%, designado para exportações interestaduais.

Não obstante, vale ressaltar a característica predatória da pesca industrial. Essa é desenvolvida com redes de arrasto motorizada e emprego de novas tecnologias na produção do pescado como redes gêmeas¹⁰, redes de “malha fina”, implicando na captura de toda espécie de pescado, sendo desperdiçado como “fauna acompanhante”, aproximadamente 7,2 kg de peixe não aproveitados para cada quilo de camarão rosa, capturado (SECOM, 1992). É

¹⁰ - As redes gêmeas, conhecidas também como redes de arrasto, são aquelas usadas pelas grandes empresas de pesca para capturar o pescado. Porém, esta pega peixes de diferentes espécies e tamanho variados, implicando em desperdício dos peixes menores e, economicamente, inviáveis aos interesses dos capitalistas que investem no setor.

o chamado “rejeito”, que morto é jogado ao mar todos os dias pela indústria da pesca que atua no Estado do Pará.

Em uma escala menor, a pesca artesanal desenvolveu-se no litoral norte e no estuário amazônico por uma grande quantidade de barcos de madeira, canoas, botes e até mesmo de forma manual nas praias por meio de currais, apresentando diversidade em tamanhos, capacidades, espécies-alvo e rendimentos econômicos para os diferentes pescadores locais (BATISTA; ISAAC E VIANA, 2004).

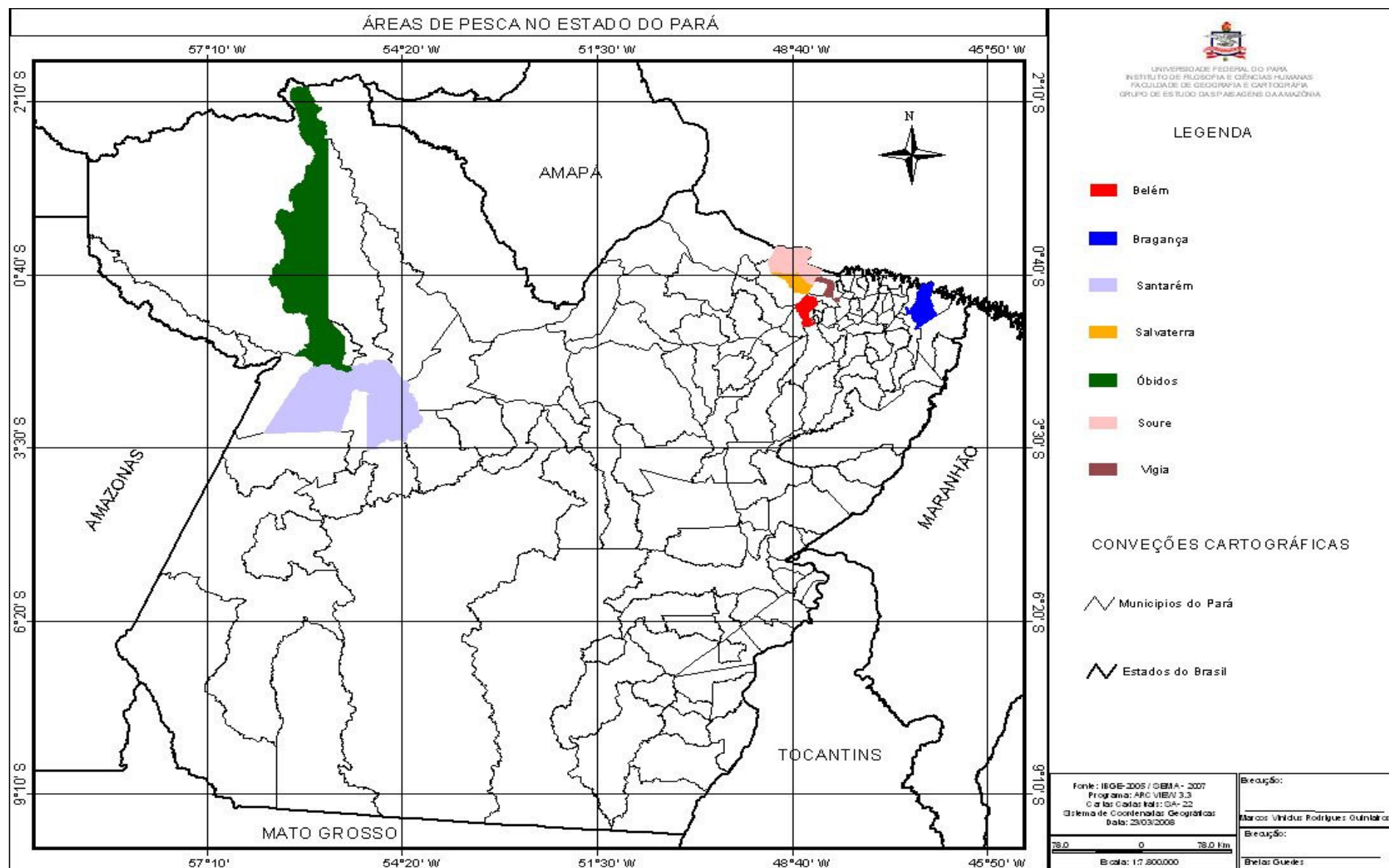
De acordo com a época do ano, os locais de captura variam, mas é no inverno (período de maior índice pluviométrico na Amazônia) que ocorre a principal safra quando a forte descarga do Amazonas desloca a água salobra para o leste do Estado do Pará, período em que as principais espécies capturadas são: piramutaba (*Brachyplatystoma Vaillanti*), dourada (*Brachyplatystoma Flavicans*), filhote (*Brachyplatystoma Filamentosum*), bacu (*Lithodoras Dorsalis*), pescada branca (*Sciaena amazônica*) e tainha (*Mugil incilis*). Os aparelhos de maior captura são as redes de emalhar, o curral e o espinhel.

Neste período de inverno, no interior da Ilha do Marajó, a pesca para a subsistência destaca-se, mas também a comercial é relevante no lago Arari, nos rios Arari e Anajás, onde são exploradas várias espécies de peixe da água doce como: tucunaré (*Cichla ocellaris*), traíra (*Macrodon Trahira*), pescada (*Sciaena amazônica*), tamuatá (*Calichthys Callichthys*) e outros, os quais são comercializados em Belém do Pará e nas cidades da região. Além dessas, há também a pesca realizada por numerosas canoas a remo, no estuário interno formado pelo rio Amazonas, no qual moradores de furos realizam a captura de camarão de água doce com armadilhas de herança indígena, conhecida localmente como “matapi”, além da captura de peixes realizada com linhas e anzóis e também por meio de currais.

Por outro lado, a pesca fluvial nos rios da Amazônia paraense é muito intensa, pois parte dos habitantes das cidades, como Manaus, Santarém, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre, Almerim, Prainha entre outros, desenvolvem uma importante atividade pesqueira, (FURTADO, 1993). Não menos importante, pescadores de Abaetetuba, Belém, Macapá assim como moradores ribeirinhos têm uma significativa participação na produção, comercialização e consumo do pescado que abastece os mercados locais.

Verifica-se que a pesca artesanal é desenvolvida nas águas costeiras, estuarinas, fluviais e lacustres por pescadores tradicionais do território paraense, sendo essas unidades geográficas relevantes para a pesca artesanal, devido à produção do pescado e o fluxo de comercialização já consolidado.

Nesse estudo, identificamos cinco áreas de grande relevância para a pesca no território paraense (ver mapa1), a saber: Médio Amazonas Paraense, com pólo concentrador em Santarém, mas com grande importância para o município de Óbidos; Região do Marajó e Ilhas, maior concentração em Soure e em menor proporção em Salvaterra; Belém que não é expressivo na produção, mas tornou-se o principal centro de desembarque, comercialização e consumo do pescado no Estado do Pará; Região do Salgado com concentração em Vigia, mas sua influência vai desde a foz dos Amazonas, até a costa do território amapaense; Região polarizada por Bragança, conhecida como Bragantina que desde sempre esteve ligada à economia da pesca.



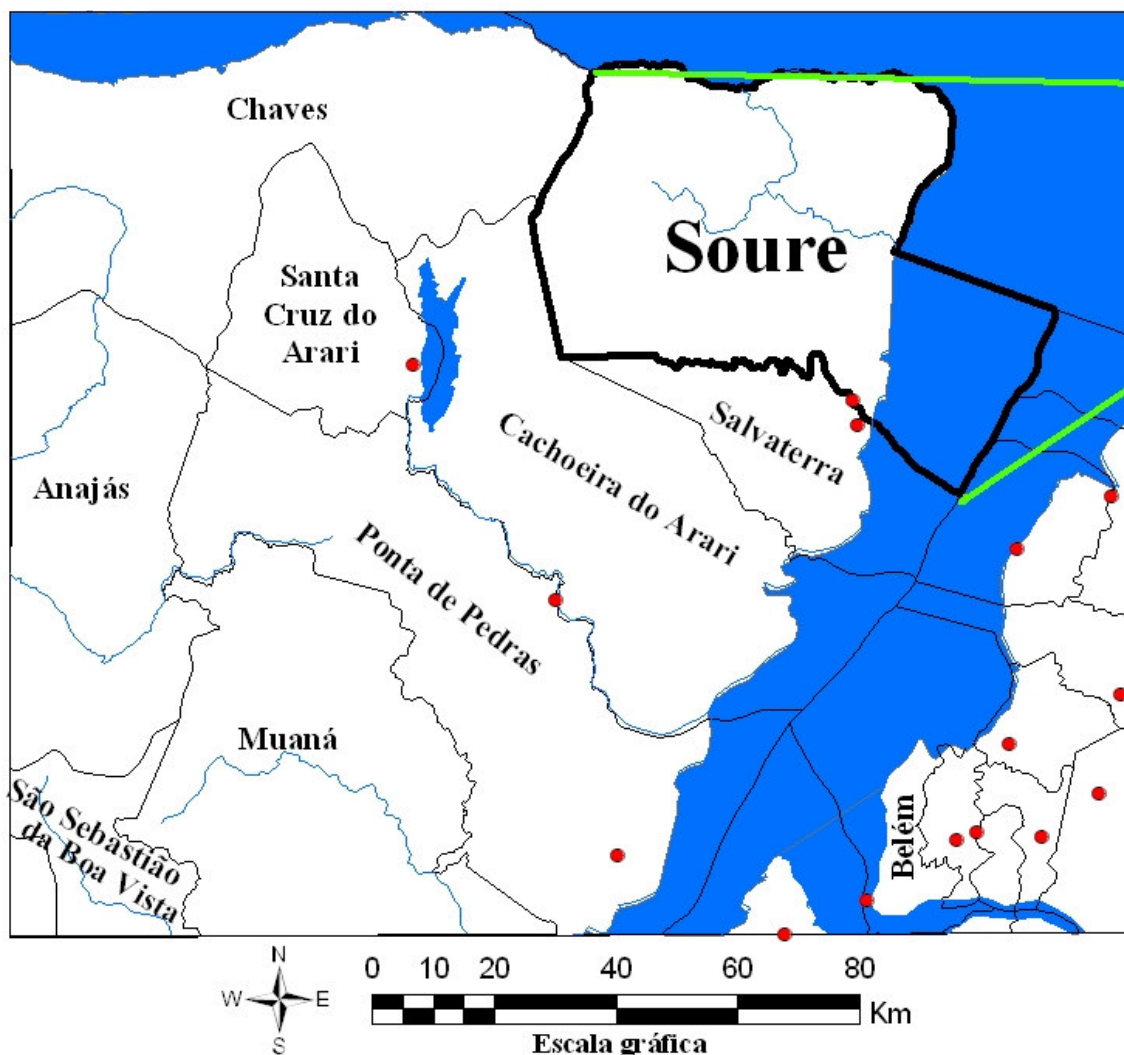
Os estudos antropológicos realizados por Furtado (1993) enfatizam a pesca e os pescadores do Rio Amazonas, destacando os municípios de Óbidos e Santarém como grandes centros produtor e distribuidor do pescado no baixo Amazonas. Esses municípios são um dos pólos de produção pesqueira no Estado do Pará que vem ganhando destaque pelas diversidades de espécies capturadas, bem como pelas ameaças provenientes de impactos ambientais de projetos de desenvolvimento implantados na região a partir de 1970. Essa região, tradicionalmente, conhecida concentra mananciais, representadas pelos rios, igarapés, furos, paranás e lagos reconhecidamente piscosos que atrai a presença de pescadores tradicionais e comerciantes de peixe para esses municípios.

Igualmente, com merecido destaque, o território de Soure que desde o início da sua ocupação esteve ligado à atividade da pesca. Essa atividade foi responsável pelo povoamento e surgimento de várias vilas e povoados nesse município, existentes até os dias de hoje, como por exemplo, nossa área de estudo, as vilas rurais de pescadores Cajuúna e Céu, localizadas as margens da baía do Marajó no referido município. Nesse território, há uma dinâmica econômica fundada na atividade da pesca em decorrência dos fatores de ordem natural e histórica, que contribuíram e tem contribuído para o desenvolvimento da economia local. Podemos enfatizar o vasto litoral e a grande quantidade de rios, dentre os quais se destacam: Rio Cambú, Rio Araraguará, Rio Caju-una, Rio do Pesqueiro, Rio Paracauary e Rio Tartaruga, todos com grande potencialidade de exploração do pescado.

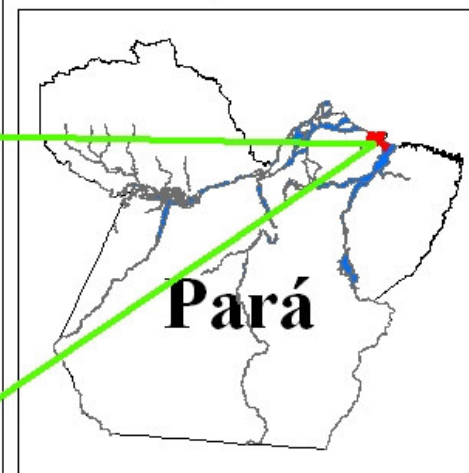
Esse território municipal pertenceu às antigas aldeias dos índios Mundis e Maruanazes, passaram a freguesia sobre o orago de Menino Deus, depois Vila, outorgado por Francisco Xavier de Mendonça em 1757, categoria com que entrou para a independência do Brasil, foi elevada à categoria de município em 20/01/1859, através da lei estadual Nº 2.460. “Suas coordenadas “geográficas são: 0° 43’ 40” de latitude Sul e 48°31’02” de longitude Oeste têm uma altitude na sede do município de 4 m, acima do nível do mar e possui uma área medindo 3.051 Km², distam aproximadamente 83 km da capital paraense (Belém), tendo como meio de transporte fluvial seu ponto de apoio para a realização dos fluxos de pessoas e mercadorias, sendo aos mais usuais a balsa e o navio (IBGE, 1990).

Soure está localizado às margens da baía do Marajó, na parte oriental da microrregião do Arari, na mesorregião do Marajó no estado do Pará (ver mapa 02).

Mapa 02: Localização do Município no Arquipélago



Localização no Estado



Convenções/Legenda

- Sedes
- ~ Rios

Fonte: Base Digital do IBGE 2001

Criação Cartográfica:
Jurandir Regis

Março/2009

O processo de ocupação do município de Soure mostra a importância da atividade pesqueira para o processo de desenvolvimento desse território. Os índios que aqui habitavam, pertenciam à nação Aruaque e chamavam-se Maruanazes, os quais viviam da coleta, caça e pesca, mas em função de seu território ser cercado por águas além de possuir um litoral bastante extenso e propício à pesca, esses grupos especializou-se mais na atividade da pesca. Soma-se a isso, a escassez da coleta e da caça, fato que lhes “empurravam” cada vez mais para a prática das pescarias, nos territórios por eles ocupados.

Desenvolveu-se, portanto, uma especialização dos índios Maruanazes na atividade pesqueira, sendo seguida posteriormente pelos pescadores artesanais que ainda usam, nos dias de hoje, algumas armadilhas, como curral, matapi, puçá e outros apetrechos para captura do pescado como herança dos povos que aqui viveram.

Mas, a pesca para esse povo tem um caráter de subsistência com vantagem grandiosa para o equilíbrio ecológico em função da “interação” entre o homem e a natureza com pouca alteração no equilíbrio natural bem como no desaparecimento de algumas espécies. Portanto, bem diferente das frotas pesqueiras dos dias atuais são as formas de captura do pescado na Amazônia tradicional com a pesca de subsistência. Podemos afirmar que ao longo da história a atividade pesqueira vem passando por um processo de desenvolvimento, acompanhando o ritmo do crescimento populacional e os avanços tecnológicos com grades prejuízos para os ecossistemas aquáticos.

Relatos de moradores locais destacam a pesca como responsável pelo crescimento, povoamento e configuração territorial de Soure, realizado no passado por indígenas e caboclos para suprir suas necessidades de subsistência. Mas, no decorrer dos anos, houve crescimento da população residente nesse espaço geográfico, forçando uma maior pressão sobre os recursos pesqueiros e, conseqüentemente, mudanças no modo de produzir e capturar o peixe. Contudo, Soure é um importante pólo de produção e comercialização do pescado, dentro do contexto paraense.

Diferentemente dos demais pólos pesqueiros no Estado do Pará, o município de Belém destaca-se não pela produção, mas pelo desembarque e comercialização. Sua localização geográfica privilegiada, devido à proximidade das áreas de pesca da costa, estuarinas e rios da Amazônia e por estar interligada por um sistema rodoviário com outras cidades do Pará e do Brasil. Por isso, desembarca uma grande quantidade de pescado vindo dos mais variados locais de pesca e dos mais variados barcos que atuam desde a costa dos Estados do Pará e Amapá, até as águas interiores dos diferentes rios e lagos da região. Essas embarcações

buscam desembarcar em portos seguros, integrados comercialmente com os principais mercados consumidores do país, facilitando o escoamento da produção.

O desembarque do pescado nos portos do município de Belém é proveniente da pesca artesanal e industrial, formas predominantes da atividade pesqueira no Pará. A produção industrial destina-se quase que, exclusivamente, ao mercado externo, enquanto que a produção artesanal abastece, prioritariamente, o mercado local (LOUREIRO, 1985). Além disso, existem em Belém dois tipos de portos, que podem ser classificados em públicos e privados. Os portos públicos que recebem peixe fresco em Belém são: o porto de Icoaraci (localizado no distrito de mesmo nome), porto do Igarapé do Cajueiro, em Mosqueiro e o porto Principal (localizado na área Oeste-Noroeste de Belém às margens da baía do Guajará) que é o Ver-o-Peso. Esses portos recebem barcos de produção pesqueira, principalmente, artesanal, mas há desembarque em menor proporção de frotas industriais (no Ver-o-Peso, principalmente). Os portos particulares em Belém são inúmeros e recebem frotas industriais em larga escala. Tais portos pertencem às empresas que processam e congelam o pescado que se destinam aos mercados externos e, dependendo da safra, recebem também pescado proveniente da produção artesanal.

Verifica-se que a condição de principal entreposto comercial da atividade pesqueira dado ao município de Belém ocorre em função de sua localização, mas também ao grande volume de capital investido e aos incentivos fiscais, concedidos pelo governo federal no período de industrialização do país e a expansão das relações capitalistas para a fronteira amazônica (MELLO, 1985). É a partir de 1960 que o governo federal estimula, através de financiamento e isenção de impostos, o aparelhamento da pesca industrial, montando um pólo industrial no município de Belém para atender as empresas que chegavam à região com finalidade de processar e congelar o pescado com necessidade em atender o mercado externo.

Assim, uma frota possante de barcos com redes de arrastão chega à região, principalmente, na década de 70 do século XX, desenvolvendo a pesca industrial e tornando essa atividade relativamente importante na arrecadação de divisas para o Estado do Pará. Além da tradição pesqueira da região com grande produção outro fator de destaque que contribuiu, grandemente, para a intensificação da pesca a partir de 1985 foi o fornecimento de energia da hidrelétrica de Tucuruí, que possibilitou a produção de gelo em grandes proporções para o armazenamento e conservação do peixe nas chamadas geleiras. Somado a isso, a consolidação da Região Metropolitana de Belém (RMB) que para os percentuais de população da região amazônica é uma cidade muito populosa, com aproximadamente um milhão e meio

de habitantes (IBGE, 2000), constituindo um grande mercado de consumo de peixe nessa região, necessitando de regular abastecimento.

O processo de industrialização e exportação de pescado, além de ter capitalizado o setor, promoveu o aprimoramento tecnológico e o treinamento de mão-de-obra local, necessário para garantir a qualidade do produto das indústrias do pescado. A infra-estrutura aí estabelecida formou então um importante centro comprador de pescado que, ao longo dessas décadas, passou a atrair os barcos de pesca que atuam no interior da Amazônia, principalmente no verão. Como consequência, os portos de Belém tornaram-se uma excelente fonte de informações sobre a exploração dos recursos pesqueiros da região. (BASTISTA; ISAAC e VIANA, 2004, p. 154).

A consolidação do entreposto pesqueiro em Belém está intimamente ligada, além da localização, a um conjunto de objetos técnicos (SANTOS, 1996), que foram superpondo a natureza desse lugar, tornando possível seu processamento industrial além da tradicional comercialização para consumo local. Verifica-se também o aumento do número de pescadores profissionais, devido à consolidação desse setor, assim como o surgimento nas proximidades do principal porto de Belém, o Ver-o-Peso, um conjunto de lojas ligadas ao comércio de produtos voltados para a pesca.

Os registros do desembarque mostram que o período de “pico” na produção pesqueira ocorre no segundo semestre, começando no mês de julho denominado de “safra de verão”, tendo nos meses de agosto a outubro, devido à diminuição no nível da água do rio Amazonas, a maior produção. Em números aproximados, anualmente são desembarcadas nos portos de Belém 34 mil toneladas de pescado (GUEDES, 2006), sendo sua maior parte da frota industrial, conduzida tanto por embarcações de pesca ou compra de pescado quanto por caminhões frigoríficos, caracterizando a importância das rodovias para este setor. Porém, principalmente no Ver-o-Peso, a maior frota pesqueira que desembarca é produzida com a pesca artesanal, seguida da frota industrial. Esse fluxo de mercadoria faz do Ver-o-Peso o maior centro de comercialização de pescado na Amazônia Oriental.

Não menos importantes, destacam-se os pólos de Vigia, comandando a região do salgado, ressaltado nos trabalhos de Penner (1984) e Mello (1985) como centro dinâmico na produção e comercialização do pescado. Nesse contexto, cita-se também Bragança, comandando e polarizando a região bragantina com destaque na atividade pesqueira, mas até hoje pouca estudada, portanto, menos conhecida.

Esse dinamismo tem colocado o território paraense em condição de destaque, referendado nos dados estatísticos como um dos principais produtores e comercializador do pescado no cenário nacional.

Segundo o IBAMA (2003), o estado do Pará é atualmente responsável pela maior produção de pescado desembarcada no país, com 154.546 toneladas em 2003, apresentando maior participação relativa na captura total, equivalente a 15,6% de toda produção pesqueira do território brasileiro. O IBGE (1990) destaca o setor artesanal tanto no volume de produção quanto no número de pessoas envolvidas nessa atividade, responsável por mais de 70% da produção pesqueira do Estado do Pará, abastecendo principalmente nos mercados locais.

Ainda segundo os dados disponibilizados pelo CEPNOR (2006), em pesquisas desenvolvidas a respeito da pesca nas águas interiores, a frota pesqueira e os tipos de embarcações do Estado do Pará correspondem a 20.826 embarcações, sendo 3.582 montarias; 11.210 canoas a vela; 1.477 canoas motorizadas; 1.181 barcos a motor; 11 barcos de linhas; 497 barcos de pequenos portes; 32 barcos de médios portes; 998 baidaras; 28 geleiras; 02 barcos de ferro e 29 barcos industriais. (tabela 01).

TABELA 01: Frota Pesqueira e Tipos de Embarcações Cadastradas no Estado do Pará

Tipos de embarcações usadas na captura do pescado no Estado do Pará	Número de Embarcações	Percentual
Total da frota	20.826	100%
Outros	04	0,0%
Rabeta	1.776	8,2%
Montaria	3.582	17,2%
Geleiras	28	0,1%
Canoa a vela	11.210	53,8%
Canoa a motor	1.477	7,1%
Barco de pequeno porte	497	2,4%
Barco de médio porte	32	0,2%
Barco industrial	29	0,1%
Barco de motor	1.181	5,7%
Barco de linha	11	0,1%
Baidara	998	4,8%
Barco de ferro	02	0,0%

FONTE: Elaboração do autor com base em informações presentes nas estatísticas do CEPNOR (2006).

De acordo com o quadro, verifica-se que predominam, no Estado do Pará, as embarcações movidas a remo e vela, que representam 68,8% da frota paraense. Isso confere ao setor pesqueiro, principalmente, a pesca continental do Estado do Pará, um caráter eminentemente artesanal muito embora embarcações de maior porte atuem também em águas

interiores, por apresentar característica artesanal maioria das embarcações que atuam na pesca de águas continentais, aproximadamente 68,6%, mede até seis metros (6m) de comprimento e 99,9% são construídas de madeiras, isto é, trata-se de embarcações de pequeno porte. Verifica-se que 83% das embarcações operam com um (1) pescador e apenas 0,3% com mais de dez (10) tripulantes que, na maioria das vezes, estabelecem uma relação de trabalho através da parceria e dividem a produção em partes iguais entre os proprietários dos meios de produção (que não é um capitalista em potencial) e os pescadores, recebendo cada um o seu “quinhão”¹¹. A maioria dos pescadores, aproximadamente 76,6% usa nas suas pequenas embarcações gelo para a conservação do pescado a bordo, enquanto que apenas uma pequena parcela de pescadores ainda trás o pescado “in natura”.

Portanto, a atividade pesqueira destaca-se como atividade econômica para quarenta e dois (42) municípios Paraenses (FLAMBOT, 1990), havendo um total de 87 colônias de pescadores regularizadas e 120.000 pescadores profissionais cadastrados em atividade (SEAP-PA, 2007), em números aproximados, pois se estimam que esse número seja bem superior, gerando postos de trabalho diretos e indiretos por envolver produção, comercialização, construtores navais e confecções de instrumentos para a captura do pescado.

Como já mencionado anteriormente, vale ressaltar que os dados referentes a atividades pesqueira no Pará e da região amazônica devem ser usados, mesmo obtidos de instituições de pesquisa confiável, com certa cautela, visto que a produção da pesca da Amazônia não é conhecida em sua totalidade, havendo apenas informações parciais acerca da quantidade desembarcada em determinados centros urbanos da região, não obstante, a produção e o consumo total não são contabilizados por completo nem mesmo entra nas estatísticas oficiais das instituições públicas e privadas que atuam no setor, uma vez que a dimensão territorial da região aliada ao pouco poder de ação das instituições, bem como o caráter difuso do desembarque do pescado nos centros urbanos regionais, dificulta a precisão dos dados, permitindo apenas uma aproximação com o real. Assim sendo, a somatória desses valores devem ser considerados apenas como patamar inferior a produção, a comercialização e o consumo total desenvolvido por esta atividade no Estado do Pará.

Estudos realizados, por diferentes pesquisadores como Barley (1981), Goulding e Ferreira (1996), Batista (1998), Alonso (1998) ressaltam e comprovam essa dificuldade de obtenção de dados mais aproximados com a realidade. Esse último enfatiza a necessidade de

¹¹ Esta expressão, “quinhão”, é usada pelos pescadores para designar a porção da pesca que lhe cabe. Acontece entre os pescadores uma divisão do fruto de seu trabalho após cada pescaria, como muitas vezes a pesca ocorre entre os pescadores em uma relação de parceria, os trabalhadores da pesca dividem entre si a produção e cada pescador recebe o seu quinhão.

incluir a quantidade consumida diretamente pelos ribeirinhos nas estatísticas oficiais para se obter a dimensão da totalidade da produção regional e local, pois as instituições não registram e não contabilizam nas estatísticas oficiais da pesca a produção e o consumo desse segmento, contentando-se, na maioria das vezes, com os números da etapa mercantil da produção e consumo, esquecendo que muitos ribeirinhos são exploradores profissionais da pesca.

As mesmas dificuldades existem para estimar o potencial pesqueiro da região, pois, a diversidade das áreas exploradas associadas à extensão das planícies de inundação assim como a variabilidade das épocas do ano com maior ou menor potencial, dificulta a quantificação do potencial da pesca na Amazônia paraense.

1.5 RECURSOS PESQUEIROS, PATRIMÔNIO NATURAL DA AMAZÔNIA PARAENSE

Estudar economia de base extrativa como a pesca bem como as ações do Estado para este setor, implica em definir com clareza os conceitos de recursos naturais e o que entendemos por patrimônio natural. Segundo a Constituição Federal do Brasil a idéia de patrimônio associa-se ao direito de propriedade, diz respeito à herança ou divisão da herança (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, Artigo. 20). Portanto, a natureza como patrimônio de todos os humanos acha-se associada ao direito natural de propriedade e ao direito do meio ambiente. Nesta concepção “bens públicos” são todos os elementos da natureza necessários à sobrevivência ou a reprodução dos humanos, sendo bens de consumo não rivais de maneira que o consumo de um ator ou grupo social não impossibilite que outro também o consuma, pois todos os membros podem partilhar dos mesmos benefícios, esta é a idéia na concepção de bens públicos associados aos direitos naturais. Coelho (2000), citando Ost (1997) ao fazer análise das políticas públicas sobre a óptica da mineração no Estado do Pará afirma:

Os “bens comuns”, ou coisas de uso comum a todos, compõem o patrimônio público e não se prestam a uma apropriação, em tese. Há em torno deles a concepção de que abundam em toda parte, não sendo apropriáveis na sua totalidade. (OST, 1997 *apud*. COELHO. 2000. pg. 127).

Todavia, juridicamente, não há oposição quanto à apropriação de parcelas do todo. A professora pesquisadora Maria Célia Nunes Coelho citando a lei do direito ambiental afirma que a natureza é considerada um “patrimônio” no sentido de um legado que a humanidade recebeu do passado, podendo fazer uso no presente, devendo zelar e transmitir às futuras gerações, daí o debate forte sobre a questão do desenvolvimento com sustentabilidade de que

é exemplo a lei do defeso, período que a pesca é interrompida em função da reprodução do pescado. Porém, fundada na propriedade privada, a lógica capitalista consiste em transformar todas as coisas em patrimônio público ou privado onde a apropriação privada aliena os objetos e sujeitos pelos poderes particulares, transformando-os em mercadorias.

Recursos naturais, grosso modo, designam bens que não são produzidos pelos homens. São todos os elementos da natureza para os quais existem utilidade, conhecimento científico e tecnologia, economicamente, rentável justificando sua exploração (COELHO, 2000). Nesse contexto, podemos afirmar que a idéia de recursos naturais é um conceito econômico determinado, historicamente, pelo progresso da ciência e tecnologia, mas fundamenta-se pelas necessidades sociais.

Definidos historicamente os recursos naturais podem ser recurso em um determinado contexto e deixar de ser em outro; ou ainda, o que não era visto como recurso em um dado momento pode vir a ser em outro, dependendo dos fins que a sociedade dá matéria encontrada na natureza e as possibilidades de exploração técnica, bem como sua viabilidade econômica (RAFFESTIN, 1993). Assim, os recursos são sempre dinâmicos, estratégicos, produtos sociais, determinados pelos processos históricos e associados aos contextos político, econômico e os avanços da ciência e da tecnologia.

Ressalta Raffestin (1993), que um recurso é produto de uma relação, não existindo recursos naturais, só matérias naturais. Essa, encontrada na superfície terrestre ou dela próxima é assimilável a um “dado”, pois pré-existe a toda ação humana, é um dado puro resultante das forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação do homem, oferecendo-se a prática desse e tornando-se um vasto campo de possibilidades por meio de um objetivo intencional. Sem a prática a matéria não se revela como campo de possibilidades, pois não há relação, portanto, nenhuma produção. Porém, o homem não se interessa pela matéria como massa inerte e indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades físicas, químicas e biológicas, portanto, pode ser úteis para a sociedade e para a ação humana coletiva ou individual. Essas ações direcionam-se objetivamente para apropriação e transformação com finalidade de uso. Dessa forma, afirma Raffestin (1993);

(...) não é a matéria que é um recurso. Esta para ser qualificada como tal, só pode ser o resultado de um processo de produção: é preciso um ator (A), uma prática ou, se preferirmos uma técnica mediatizada pelo trabalho (r), e uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

Ou ainda:

(...) o recurso se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também. (RAFFESTIN. 1993, p. 225).

Nas citações, a análise relacional está presente na prática do ator, na energia apreendida pelo trabalho e na matéria com suas propriedades químicas, físicas ou biológicas. Contudo, esse processo não é meramente instrumental, mas, principalmente político, uma vez que o trabalho e a função dada à matéria são realizados por atores sociais, sujeitos políticos que agem no espaço, intencionalmente, numa relação de poder por intermédio do modo de produção. Essa concepção histórica dialética, ao criar uma relação sócio-política com a natureza, oferece aos seres humanos a possibilidade de ação na produção do espaço sócio-econômico a partir da apropriação e uso dos recursos que existem em função de uma prática, representadas por atores sociais capazes de mobilizar técnicas nos diferentes contextos.

A partir do exposto, tendo como referência a área de estudo, pensamos que a concepção de recurso natural para os pescadores locais está para além da idéia de patrimônio natural, pois os pescadores estão inseridos dentro de um contexto rural amazônico, de relação dialética de poder com outros atores políticos, que concebem as diferentes espécies de peixe também como recurso. Portanto, os pescadores desenvolvem práticas históricas mobilizando técnicas que tem garantido relações destas coletividades com a natureza. Além disso, a idéia de patrimônio natural é uma criação ideológica e imposta pelo Estado e legitimada pela sociedade, que por meio de suas instituições, elabora regras, normas e leis igualmente para toda a sociedade, porém as condições materiais de existência entre os diferentes grupos são desiguais, implicando também nas diferenças de oportunidades que oferece o território.

É necessário ressaltar, também, que no nosso entendimento a idéia de recurso natural, presente no pensamento das populações tradicionais pesqueira, está diretamente associada ao desenvolvimento das técnicas e da economia. Isso porque as técnicas são instrumentos desenvolvidos, no curso da história das coletividades de pescadores, para garantir maior domínio da natureza pela existência humana, a partir da transformação dos recursos em produtos que sejam capazes de gerar renda, assegurar subsistência e o desenvolvimento econômico dentro da realidade local.

Podemos classificar os recursos como renováveis e não-renováveis. Os recursos não-renováveis são armazenados no solo ou no subsolo no decorrer das sucessivas eras da história geológica da terra, constituídos pelas matérias que são o objeto de uma relação de apropriação técnica, sendo que as energias liberadas pelo uso dos recursos não são renováveis na escala da história humana, diminuindo no ritmo de sua exploração. Para os recursos renováveis, há

mecanismos de regulação ajustados aos ecossistemas correspondentes, para os recursos não renováveis não há. A regulação se dá por medidas de ações políticas normativas. Portanto, os estoques terrestres dos recursos não renováveis tendem cada vez mais a diminuir.

Os recursos renováveis dependem, direta ou indiretamente, dos mecanismos da fotossíntese e do funcionamento dos ecossistemas. Sem organismos autotróficos, não há energia de base para construir a matéria viva animal e todo ecossistema repousa neles, podendo variar no tempo e no espaço a quantidade de recursos renováveis. E as sociedades empenham-se em fazê-los crescer, como exemplo, os recursos pesqueiros com as práticas de manejo.

Os pescados extrativos são recursos renováveis que por definição existe em quantidades “ilimitadas” no sentido do uso racional, os quais podem ampliar a quantidade desse recurso em um contexto favorável para o desenvolvimento da atividade da pesca. A relação de produção dessa atividade econômica pode ser simétrica ou dessimétrica, dependendo da mobilização ou não das técnicas de preservação. Mas quase sempre, senão sempre, essa relação de produção só é dessimétrica porque é sustentada por uma relação de propriedade dos meios de produção, por si mesma dessimétrica. Essas relações de produção e de propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder, podendo ocorrer ou não conflitos por territórios.

Os recursos pesqueiros sempre foram mais ou menos disputados por atores sociais diversos, conforme o contexto e os territórios de exploração do pescado. Os conflitos entre os atores envolvidos nesse setor, quase sempre são um violento testemunho dessas disputas que mobilizam e despertam interesses do Estado na criação de estratégias de ordenamento e gestão para controle sócio-espacial.

Para Raffestin (1993), são três os principais comportamentos em matéria de mobilização dos recursos: “exploracionista”, “preservacionismo” e “conservacionismo”. A mobilização em torno dos recursos supõe um domínio mínimo, porém, suficiente de energia (trabalho) e informação (conhecimento científico), de maneira a preparar um plano ou um programa (estratégia) de exploração, de inventário e de avaliação dos recursos em potenciais.

Na Amazônia paraense, as pesquisas desenvolvidas por Veríssimo (1985), Smith (1979), Mello (1985), Penner (1984) e Furtado (1980; 1993) têm demonstrado uma forte mobilização exploracionista, em torno dos recursos pesqueiros, os quais, a partir de 1960, foram induzidos pela expansão das relações capitalistas para região com forte presença do Estado concedendo incentivos fiscais a partir da difusão da ideologia do progresso e o discurso de desenvolvimento regional. A visão por nos descrita sobre os recursos pesqueiros é

um comportamento autocentrado, “autista”, só tem interesse em produzir o máximo possível sem nenhuma preocupação com o ritmo do esgotamento dos recursos naturais. E as regulações que admitem são as de mercado e, enquanto, elas forem favoráveis à exploração em um determinado território e num contexto dado, a exploração prossegue. É a lógica econômica clássica que consiste em privilegiar um bem presente em detrimento de um bem futuro.

A função de mercado e o valor de troca, nessa concepção, são as categorias de informações reguladora privilegiadas na mobilização exploracionista dos recursos pesqueiros na Amazônia paraense. Não se trata de fazer um julgamento de valor desprovido de sentido, mas tão somente de desvendar o significado de uma atitude conduzida, na maioria das vezes, por estratégias políticas brutais, concebidas externa à região, conduzindo a produção de um espaço que não é expressão dos objetivos dos atores regionais e locais. Sendo assim, tais estratégias não levam em consideração o meio físico-biótico e humano, na medida em que os ganhos imediatos produzidos pela economia extrativa da pesca no Estado do Pará têm por corolário, na maioria das vezes, os custos a longo ou médio prazo para os ecossistemas e, mais ainda, para a vida humana de pescadores tradicionais da região.

Inscrevendo-se em uma perspectiva de estagnação e não de crescimento, encontramos o preservacionismo que renunciam a um ganho elevado imediato e uma exploração acelerada de recursos. Essa estratégia não se deve, unicamente, à preservação de um recurso, mas também a vontade de evitar a desordem nas estruturas econômicas que não estão em condições de absorver e de utilizar enormes ganhos sem contar com incalculáveis prejuízos ecológicos e sociais. Essa concepção entra em contradição com a vontade de crescimento econômico, mas nem por isso podemos concebê-la como uma estratégia ecológica que coincide esta ligada a esta visão é verdade, porém, pode proceder de concepções bem distintas que visa tão somente preservar para uma exploração futura.

Na perspectiva das necessidades e dos objetivos de uma coletividade está o conservacionismo, que tenta otimizar presente e futuro por um forte “espírito” estratégico de gestão a longo prazo, buscando “atualizar” os seus recursos no ritmo de seu desenvolvimento econômico e sócio-espacial. O grande “motor” dessa concepção está centrado no consumo que se volta para o gasto, assim como a exploração está para a produção. Porém, entendemos que o problema da produção de recursos pesqueiros reside no desequilíbrio entre informação funcional, que está centrada no valor de troca, e informação reguladora, a qual tem potencializado a exploração do pescado sem ordenamento e gestão desses recursos, através de políticas públicas para o setor da pesca.

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS, PODER LOCAL E TERRITORIALIDADE DE PESCADORES

Entendemos que como direito do cidadão de participar da vida de sua coletividade, a política se mantém no curso da história desde a tradição greco-romana até nossos dias e não há nenhum indicativo dessa ação, produto do pensamento e das ações do humano, desaparecer. Mas, ao contrário, nossos vocábulos estão eivados de expressões políticas - cidadão, civismo, cidade, etc. Contudo, a política é um sistema *“complexo que traz em si mesmo o problema do poder, o problema da separação dos poderes, da organização política e muitos outros”* (MORIN *apud* COELHO, 2000, 1997, p. 71).

As preocupações com o patrimônio natural amazônico, nos níveis nacionais e internacionais, têm ampliado o debate contemporâneo sobre como buscar um modelo de desenvolvimento que capte renda regional e simultaneamente preserve não só o patrimônio natural, mas também o histórico-geológico e sócio-cultural? Esse debate conduz a uma retomada das discussões sobre convencionais políticas públicas e gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia paraense, induzidas por questões que buscam explicar o porquê do descompasso entre o reduzido desenvolvimento do setor diante da incalculável riqueza dos recursos pesqueiros existente no Estado do Pará? Ou ainda como a atividade da pesca vem afetando ou pode vir afetar o desenvolvimento econômico do Estado e municípios produtores, diante da reestruturação sócio-espacial e proteção dos estoques pesqueiros? Todavia, essas questões não vêm sendo acompanhadas de um debate político que tenha em suas formulações preocupação com os grupos das coletividades de pescadores tradicionais no contexto da Amazônia paraense. Mas, ao contrário, ao longo da história da pesca na região essas questões têm ficado à margem das políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro.

Coelho (2000) afirma que a crise econômica e financeira da segunda metade da década de oitenta (80) do século XX foi marcada por dimensões amplas, as quais produziram incertezas acerca das transformações nas políticas públicas que cada vez mais tendem a se adequar às novas necessidades regionais e mundiais de desenvolvimento com preservação da natureza.

Não obstante, os processos sociais e econômicos têm demonstrado que permanecem seqüelas locais das disputas territoriais travadas entre diversos atores sociais de interesses muitas vezes contrários aos da região, dos Estados, municípios e dos diferentes grupos locais. O debate sobre a atividade e desenvolvimento da pesca tende a desvendar alguns desses

interesses distintos e conflitantes que dificultam a gestão territorial dessa atividade, tanto em águas continentais quanto oceânicas, a partir da realidade paraense. Buscamos desenvolver nossa análise reflexiva dentro da economia política que tem por pressuposto indissociável a natureza e a sociedade, objetivando uma investigação dialética dos processos sociais e ambientais (HARVEY, 1996). Objetivamos, assim, combinar a economia política de recursos naturais com a ecologia política dos recursos naturais.

Pensamos aqui residir nosso desafio teórico-metodológico ao posicionar a análise econômica dentro de uma formação social específica - as coletividades de pescadores das localidades Céu e Cajuúna - e explicar o processo de desenvolvimento do setor pesqueiro em relação aos benefícios e custos que eles acarretam para os diferentes grupos sociais.

Essa concepção teórica prima por posicionar cada grupo social, região ou território nacional no contexto da economia mundo e as implicações que isso lhes acarreta em termos da exploração dos recursos naturais, bem como enfatiza o contexto político e a maneira como cada país desenvolve a gestão dos seus recursos e distribui seus excedentes. Assim, a partir dessa concepção, os ecossistemas são objetos de investigação da ecologia política, apresentando certa unidade funcional nos subconjuntos do mundo da natureza: bacias hidrográficas, estuários, lagos e outros.

Portanto, a Ecologia Política pode ser entendida como uma relação dialética entre economia, ecologia e sociedade, considerando a natureza permanentemente transformada pela sociedade e influenciadora de novas transformações em que não só os aspectos ecológicos e sociais são considerados; mas também, os políticos, econômicos, espaciais e sócio-culturais na produção, preservação, extinção e conservação dos recursos da natureza. Nesse sentido, tal teoria (a ecologia política), além de considerar as propriedades químico-físicas dos recursos naturais, a distribuição geográfica e o ecossistema onde ocorrem os recursos, leva em consideração também a produção, consumo e a estrutura da propriedade onde ocorrem os processos e eventos.

Segundo a mesma proposta teórica metodológica, o processo biofísico regula o mundo energético-material. Entendidos dessa forma, a localização geográfica e a apropriação dos recursos pesqueiros na região amazônica influenciam diretamente nas formas de operacionalização e organização do processo produtivo. O desenvolvimento econômico com base na racionalidade determinada pela acumulação capitalista dispõe sobre a valorização dos produtos e produção de excedentes, gerados pela atividade pesqueira no Estado do Pará.

As decisões estimuladoras e reguladoras de desenvolvimento, o papel dos grupos e classes sociais e as estratégias do Estado referem-se ao processo político e associam-se aos

processos espaciais, os quais estão ligados à distribuição sócio-espacial dos custos benefícios, discutindo, conseqüentemente, como as classes sociais e a economia da pesca estruturam-se numa região de grandes dimensões em face das intervenções externas e das tradicionais formas de organizações sociais internas.

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADE PESQUEIRA NO PARÁ

As políticas públicas são consideradas como resultado de uma luta entre interesses e segmentos de classes, negociadas ou impostas pelo Estado. Entendemos que as políticas públicas direcionadas para a pesca requerem forçosamente um tratamento de caráter holístico e interdisciplinar, isto é, que considere os processos sócio-espaciais, sócio-culturais, políticos e econômicos através de ações integradas dos mais diferentes profissionais que atuam por meio do olhar científico na condução do desenvolvimento do setor pesqueiro.

Este esforço teórico-analítico integrado das políticas públicas voltadas para a pesca e do conjunto de seus resultados pode conduzir a identificação e redefinição do papel do Estado nos seus mais variados níveis do governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como das empresas e demais atores sociais no planejamento e gestão dos territórios de pescadores.

Mais ainda, na formulação e implantação de uma política pública integrada a médio ou longo prazo com vista ao desenvolvimento de uma economia extrativa dos recursos pesqueiros. Uma vez que o Estado tem sido frágil em solucionar e muitas vezes têm dificuldades de conciliar competição de mercado entre os setores da pesca artesanal e industrial e mais ainda na formulação de preços do pescado com regulação e taxaço das atividades, deixando uma dívida social que se arrasta há décadas não fazendo funcionar institutos sociais que garantam o desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia paraense.

2.1.1 Políticas de Estado para Ordenamento da Pesca: Um Resgate Histórico-Geográfico

As bibliografias pesquisadas mostram claramente que as tentativas do Estado em ordenar a pesca no Brasil remontam ao período colonial a partir da criação dos “pesqueiros”, que na Amazônia dão origem às vilas e aos povoados de pescadores (muitos deles existindo até os dias de hoje), assim como várias decisões normativas para o controle da captura de algumas espécies são tomadas pela coroa portuguesa ainda naquele contexto.

Mas, segundo Isaac (2004), a primeira iniciativa estatal na tentativa de ordenamento da pesca no território, ocorreu no ano 1817 pelo rei de Portugal, D. João VI, criando a primeira colônia de pescadores no território nacional no Estado de Santa Catarina, sendo, portanto, um marco nas políticas de ordenamento da pesca.

Além desta iniciativa, foram definidas também as “capitanias dos portos das Províncias Marítimas do Império” pelo decreto 358 de 14/8/45, sendo posteriormente regulamentadas pelo decreto 447, de 19/05/46, no qual foram estabelecidos os critérios para a matrícula dos pescadores nos distritos de controle até então existente.

Com a mesma perspectiva foi criada a “Inspetoria Federal da Pesca”, vinculada ao Ministério da Agricultura pelo decreto 2544, de 4/1/12, com responsabilidade de apoiar diretamente os pescadores, efetuar levantamentos costeiros, criar escolas práticas de pesca e conceder terrenos, direitos de importação, isenções e outros incentivos para ampliação da pesca e criação de viveiros além de proibir o uso de explosivos e venenos na pesca e definir regras para o exercício das atividades pesqueiras.

No século XIX, a ação da Marinha surtiu efeitos importantes, criando uma linha de defesa na fronteira litorânea através da criação de numerosas colônias de pescadores consolidando as responsabilidades institucionais pelo Decreto 194, de 10/1/23 e Decreto 16.183, de 25/10/23 (FURTADO, 1981. apud ISAAC, 2004), atribuindo a administração à Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, que naquele período era subordinada à Inspetoria dos Portos e Costas do Ministério da Marinha.

A lei número 794 aprovada em 19 de outubro de 1938 pode ser entendida, enquanto ação do Estado, como primeira norma específica para a pesca no Brasil. Porém, houve muitas mudanças na responsabilidade da pesca entre o Ministério da Pesca e da Agricultura de 1933 até 1945. Somente na década de 1960 quando o governo federal cria os órgãos de planejamento regionais, as conhecidas Superintendências, é que foi criada a SUDEPE (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca), em 11 de outubro de 1962, vinculada ao ministério da Agricultura. Essa superintendência manteve-se ativa até 1989 quando em 22 de fevereiro desse ano, através da lei número 7.735, foi criado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), reunindo vários órgãos federais: a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), além da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SESMA). (HURLEY, 1993 apud. BATISTA, ISAAC, VIANA. 2004).

Verifica-se, ao longo do processo histórico, que as políticas públicas para o ordenamento da pesca sempre foram marcadas pela centralização. O decreto lei 221 de 1967 em termos específicos aborda o estímulo à atividade da pesca, enquanto a proibição nos períodos de reprodução fez-se pela lei 7679/88. Somente em 1996, ocorre uma parcial descentralização das decisões passando a responsabilidade do gerenciamento para as Superintendências Estaduais do IBAMA, ocorrendo em 1999 restrições novamente, sendo que nos dias atuais é o poder central quem aprova as portarias para o ordenamento pesqueiro (BATISTA, ISAAC, VIANA. 2004).

Mas hoje, há uma crescente ação dos governos estaduais na “proteção do meio ambiente” que reflete também na tentativa de gestão dos recursos pesqueiros em escala regional, ocorrendo na prática uma relativa descentralização.

Mas, é somente com o decreto-lei 221/1967, denominado “Código da Pesca”, que se criam as bases legais da pesca no país. Esse decreto estabelece modalidades ou categorias de pesca, licenças e autorizações para a atividade, penalidades para o exercício da pesca ilegal entre outros. O Código de Pesca considera a indústria pesqueira como indústria de base e define a captura do pescado como uma atividade agropecuária. Porém, várias disposições deste Código vêm sendo alteradas através de novas normas, estabelecendo formas ou prazos de incentivos fiscais, regras para ordenamentos e operações de embarcações, além de obrigações das diferentes categorias de pescadores.

O desenvolvimento do setor pesqueiro é afetado por algumas leis ordinárias ao Código da Pesca. Dentre outras a lei 9605 de 1998 que dispõe sobre sanções penais administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas aos ecossistemas aquáticos. Constata-se que os decretos regulamentam as leis específicas e traduzem medidas mais direcionadas ao cumprimento das normas que permitem o ordenamento da pesca e dos recursos pesqueiros nas diferentes escalas nacionais, regionais e locais, porém, com um grande número de portarias de difícil aplicação, principalmente, em regiões de dimensões grandiosas como a Amazônia brasileira.

Entre outras portarias destacamos: aquela que restringe a uma área ou local de pesca; aquela que limita a época da captura; aquela que restringe a forma de pesca; aquela que proíbe o tipo de apetrecho ou eficiência do mesmo; aquela que restringe/limita o sexo das espécies capturadas ou o tamanho mínimo e aquelas que regulamentam o registro e as licenças de pesca, o cadastramentos e a criação e a formatação das instituições de gestão desta atividade ou determinam competências para o manejo dos recursos pesqueiros nos diferentes territórios ou regiões no território nacional.

Como já mencionado no Capítulo primeiro, as pesquisas científicas realizadas apontam que nas quatro últimas décadas, a atividade pesqueira em regime predatório desenvolvida na Amazônia tem ampliado os debates assim como é motivo de preocupação em função da destruição do patrimônio natural e sócio-cultural regional local. Suscitando e motivando modelos conservacionistas e preservacionistas dos mais variados ecossistemas, apoiando essa política na necessidade de gestão democrática dos recursos da natureza, de modo a possibilitar um desenvolvimento que seja capaz de promover a inclusão das populações tradicionais de pescadores e de seus saberes nas estratégias do Estado no que diz respeito à promoção das políticas públicas voltadas para a pesca na região Amazônica (SILVA, 2002).

Segundo Becker (1993), a partir de 1960 as políticas públicas na região amazônica sempre estiveram voltadas para promover o crescimento econômico dessa região, exercendo uma grande pressão sobre os recursos naturais, sejam eles renováveis ou não renováveis. Tais políticas de desenvolvimento econômico foram criadas pelo Estado, que nas décadas de 60, 70, e 80 do século XX na Amazônia assume feições empreendedoras, agindo como uma verdadeira empresa através da criação de instituições públicas e órgãos de planejamento regional, que na maioria das vezes estavam ligados à valorização do patrimônio natural, assim como sua efetiva exploração sem se preocupar com a destruição dos ecossistemas existentes na região nem tão pouco com as populações regionais e locais que tradicionalmente vivem das atividades extrativas.

Nesse contexto, a Amazônia passa por um intenso processo de reorganização espacial com a realização de programas de pesquisa para reconhecimento do potencial econômico com base na ação planejada em longo prazo. A partir desse momento, ocorre um aumento da produtividade econômica extrativista que recebe incentivos fiscais do Estado, sempre que essa atividade não possa ser substituída por outra mais rentável (OLIVEIRA. 1988).

É nesse contexto que se inicia uma maior pressão sobre os recursos pesqueiros na região, através do surgimento da pesca na forma industrial, assim como maior ocupação e degradação da zona costeira e das bacias hidrográficas, comprometendo o equilíbrio das populações aquáticas e a reprodução das condições materiais de existência das coletividades de pescadores, os quais vêem “seus estoques” de recursos pesqueiros afetados, em virtude das práticas dos atores hegemônicos que chegam à região. Além disso, a falta de controle do poder público que, muitas vezes, faz “vista grossa” contribui para a expansão desordenada dessa atividade e para o aumento da problemática do setor pesqueiro que ganha proporções em escala nacional.

Esse processo vem provocando, nas últimas décadas, uma crise de sustentabilidade, caracterizada pela acentuada queda da produção total, decorrente do sobre dimensionamento dos meios de produção e sobre a exploração recursos pesqueiros na regia. Não obstante, os estados dos recursos pesqueiros, estão intimamente relacionados aos ambientes aquáticos, à sua dinâmica e às formas de uso e ocupação dos ecossistemas, não obstante, diferentes atividades antrópicas ameaçam, crescentemente, a ictiofauna e a pesca na Amazônia paraense, entre elas: o desmatamento das planícies de inundação e das matas ciliares, o garimpo, a poluição doméstica, industrial, a originária de insumos aplicados à agricultura, a construção de barragens e aterros, canalizando os rios, alterando consideravelmente os habitats das mais variadas espécies que tem na água seu mais freqüente meio de vida.

As pesquisas do IBGE (2000) destacam que a Amazônia vem apresentando elevadas taxas de crescimento populacional, o que gera degradação ambiental pela ocupação desordenada do território, reduzindo potencialmente a capacidade de suporte do sistema através da ampliação das demandas internas por alimentos e redes técnicas. Em vista disso, o setor pesqueiro regional/local segue à deriva, em meio aos embates da visão “produtivista” e “conservacionistas” de órgãos do Governo Federal e Estadual em função da não implementação de políticas de desenvolvimento em regime de sustentabilidade para o setor pesqueiro, assim como a falta de uma base informacional adequada que possa ser utilizada pelo setor pesqueiro como subsídio para a resolução dos problemas em tempo real.

Os estudos sobre a pesca são divulgados para o setor pesqueiro em prazos de até vários anos após a finalização do processo analítico, de forma que o setor tem se acostumado com eventuais distúrbios à espera de uma resposta satisfatória do poder público, que deveria desenvolver ações reguladoras da atividade pesqueira no contexto regional e local, através de políticas públicas para esse setor.

Verifica-se que, na tentativa de ordenamento da pesca, as políticas públicas que foram adotadas ao longo dos anos não contemplam todos os objetivos desejados, tampouco vem garantindo o gerenciamento destes recursos. Nesse sentido, há a necessidade e a preocupação de estudar as dinâmicas das pescarias, bem como fazer proposições mais realistas para o manejo dos recursos pesqueiros em regime sustentável. Com forte poder de ação do Estado, enquanto gestor do território, criando instituições de pesquisa e incluindo os saberes das populações usuárias destes recursos, para efetivar-se o ordenamento da pesca na Amazônia paraense.

A partir da análise do conjunto de Leis e Normas (ver anexo III) para o ordenamento da pesca, constatou-se a importância econômica e social da atividade pesqueira para as

populações tradicionais da região, bem como as dificuldades por parte do poder público (que vem acumulando uma dívida social para com este setor arrastando-se há décadas) em gerir um conjunto de atividades decorrentes da pesca, permitindo afirmarmos que existe uma questão política que envolve a atividade pesqueira a ser tratada a partir das ações do Estado enquanto gestor do território, podendo agir em conjunto com os mais variados níveis de governo e os diferentes grupos da sociedade civil ligado a essa problemática.

Além disso, verifica-se que as políticas de ordenamento da pesca em vigor, atualmente, não vêm surtindo grandes efeitos sobre a gestão das pescarias e dos recursos naturais pesqueiros na Amazônia paraense em função de um conjunto de questões que dificultam as ações do Estado, desafiando sua capacidade de ação e controle dos diferentes usos do espaço por razões diversas, a saber:

- a) Dificuldades em aplicar uma fiscalização mais rígida para quem pratica a pesca ilegalmente, pois a dimensão territorial da região impõe às instituições estatais a necessidade de um maior número de funcionários com qualificação e instrumentos técnicos e de informação que possam garantir subsídios na coleta e armazenamento de informação para melhor controle político sobre os territórios de desenvolvimento da pesca. Vale ressaltar, ainda, que a dimensão do território também requer por parte do Estado uma política de descentralização das decisões através da criação de sub-centros regionais de fiscalização que possa monitorar possíveis pescas ilegais, tornando desta forma o Estado mais presente e capaz de atuar quando necessário para ordenar e disciplinar os usos do território pelos diferentes grupos que desenvolvem atividades pesqueiras seja do setor industrial/empresarial ou artesanal.
- b) Ausência de mecanismo de gestão participativa seja pela cultura e força da tradição histórica da não participação por parte das populações regionais e locais amazônicas ou pela desinformação dos próprios pescadores (maioria deles são analfabetos ou semi-analfabetos) da importância de suas ações, enquanto atores políticos na luta pelos seus interesses e na transformação da realidade pesqueira em seus territórios de vivência e reprodução, o que tem provocado surgimento de conflitos de interesses em torno dos recursos pesqueiros.
- c) Falta de um banco de informações por parte do Estado no que concerne a bioecologia da pesca na região. O conhecimento da ictiofauna, no contexto amazônico, ainda encontra-se pouco desenvolvido, uma vez que não houve uma política de Estado voltada para o desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem conhecer através de catalogação das diferentes espécies das águas interiores, marítimas e fluvio-marítimas,

analisando as dinâmicas sazonais das espécies, seus comportamentos reprodutivos e capacidade de suportes dos ecossistemas aquáticos frente às forças de intervenção antrópicas.

- d) Falta de poder do Estado por meios de instrumentos legais legitimados nos quais estejam estabelecidas claramente às estratégias e planos do governo para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Os poucos órgãos de atuação regional não têm se mostrado capazes de criar regras e normas que sejam plenamente legitimadas pelos usuários do espaço que estão envolvidos na pesca regional artesanal e empresarial, mostrando um esforço apenas no sentido de fiscalização e impondo multas para quem “transgride” às leis estabelecidas. Não obstante, o Estado não vem tendo a preocupação em pensar num plano estratégico para o setor da pesca que seja capaz de manter a diversidade atual das capturas na Amazônia e no Pará.

Essas “ingerências”, em perspectiva de ordenamento e gestão, nos fazem pensar e afirma que a pesca amazônica está numa fase crítica de seu desenvolvimento. Na realidade, elas existem porque durante muito tempo, quase sempre, as políticas de desenvolvimento da pesca foram determinadas de forma indireta por Leis que tratam das políticas ambientais, políticas agrícolas e do gerenciamento dos recursos hídricos ou de forma difusa por interpretações de uma série de instrumentos, distribuídos em duas dezenas de Leis que programam medidas de proteção, incentivos e fomento. Esse amplo e disperso conjunto de instrumentos normativos, muitas vezes contraditórios impossibilita uma boa gestão dos recursos pesqueiros por parte do Estado.

É justamente dessa conjuntura normativa e da instrumentalização, muitas vezes contraditórias, que têm gerado discussões, debates e críticas recentes, afirmando que o Estado não vem garantindo um bom ordenamento no sentido de promover de maneira transparente uma política não apenas de preservação das espécies, mas garantir um desenvolvimento do setor em regime de aproveitamento sustentável, evitando a captura de “indivíduos jovens” ou em reprodução e/ou exploração de forma excessiva prejudicial aos ecossistemas aquáticos.

As normas que visam o crescimento econômico do setor através de incentivos fiscais, subsídios e outros de caráter eminentemente economicista aumentam a captura do pescado, levando, em alguns casos, à sobreexploração e sobrecapitalização, a exemplo da pesca de camarão e piramutaba desenvolvida por empresas pesqueiras no estuário amazônico, levando ao “descrédito” e “desmoralização” as instituições públicas que não conseguem operacionalizar um efetivo sistema de fiscalização e gestão no controle da pesca amazônica.

Outro questionamento pertinente funda-se na questão da Legislação da pesca na Amazônia com um modelo tecnocrata (MCGRATH, 1996), centrando nas mãos do Estado a monitoração dos estoques pesqueiros e a fiscalização das atividades da pesca, sendo que os cumprimentos de muitas portarias não são fiscalizados em função do pouco poder de ação do IBAMA, pois este não possui os recursos humanos, os fundos ou equipamentos necessários para assegurar um modelo capaz de gerar bons resultados.

O Estado conta com reduzidos números de escritórios e funcionários, dos quais a maioria tem baixos salários. Além disso, as dimensões da região amazônica e a reduzida capacidade técnica informacional dos órgãos que atuam na região contribui para as deficientes e, em alguns casos, inexistentes fiscalizações.

Estudando até que ponto o modelo de manejo comunitário poderia servir como base para uma estratégia regional de desenvolvimento dos recursos pesqueiros dos ambientes de várzeas, Mcgrath (1996) afirma;

(...). Até o momento, o Estado tem se mostrado incapaz de efetivamente monitorar e gerenciar o recurso pesqueiro ou de mediar os conflitos entre comunidades ribeirinhas e pescadores comerciais. Enquanto a atual legislação pesqueira for bastante abrangente, com exceção da pesca industrial do estuário, um regime de livre acesso prevalecerá, incentivando os pescadores a explorar o recurso sem se preocupar em manter sua produtividade por longo prazo. (MCGRATH, 1996, p.2).

Diante disso, como força e expressões locais, nos últimos anos têm emergido novas portarias criadas em função das pressões exercidas pelas populações locais, que reivindicam a apropriação e o uso dos recursos existentes nos “seus territórios”, provocando conflitos de interesses que refletem na lei do Código de Pesca e nas formas como os pescadores tradicionais das várzeas vem posicionando-se politicamente.

Preocupados com o declínio da produtividade pesqueira em seus territórios os povos das localidades ribeirinhas têm se articulado, buscando proibir a entrada de pescadores comerciais de fora do grupo nos lagos locais de suas pescarias, intensificando os conflitos nas bacias amazônicas com destruição dos utensílios, canoas, barcos e fazendo vítimas.

Mas, segundo Mcgrath (1996), os esforços dos ribeirinhos no controle de seus territórios representam uma tentativa de preencher a lacuna deixada pelo poder público na figura do Estado que não vem cumprindo com seu papel regulador das atividades pesqueiras. Portanto, “(...) *os esforços das comunidades ribeirinhas em administrar a pesca local*

representa uma alternativa promissora para o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia (...)” (MCGRATH, 1996, p.2) em ambientes das várzeas.

Entendemos ser fundamental para o ordenamento o desenvolvimento e boa gestão das atividades pesqueiras no contexto amazônico, o reconhecimento por parte do Estado dos territórios dos pescadores, enquanto instrumento que pode subsidiar possíveis políticas públicas relacionadas à pesca, uma vez que as apropriações históricas desses recortes pressupõem o domínio sobre parcela do espaço pelos pescadores, mesmo que não seja legitimado pelo Estado.

Contudo, essa realidade sugere e possibilita a construção de um modelo de gestão dos territórios de pescadores que considere as práticas de direito coletivo dos grupos envolvidos, sendo de competência dos diferentes níveis de governo a criação de leis, de normas e de regras, respeitando a capacidade de suporte dos diferentes ecossistemas, bem como as formas de organização espacial das coletividades de pescadores no contexto regional.

Assim sendo, faz-se mister o Estado reconhecer e incluir nas políticas de ordenamento e gestão das pescarias os territórios de pescadores como escala de ação fundamental na Amazônia paraense como instrumento que poderá garantir o desenvolvimento das atividades da pesca na sua forma artesanal. Destaca-se a necessidade do modelo de ordenamento e gestão em regime de uso sustentável dos recursos pesqueiros com forte ação do Estado por meio de políticas públicas para esse setor e participação dos vários setores da sociedade civil organizada, uma vez que na Amazônia paraense a pesca não vem recebendo por parte do Estado um tratamento político que possa garantir sua permanência enquanto atividade de fundamental importância não apenas para economia do Pará, mas principalmente como meios de subsistência para boa parcela das populações amazônicas e esse descaso vem sendo responsável por consequências sociais e econômicas cada vez mais acentuadas.

2.2 VILAS DE PESCADORES: TERRITÓRIOS DE EXPRESSÃO DO PODER LOCAL

Acreditamos na necessidade de introduzir as vilas rurais nos debates geográficos para o entendimento da dinâmica das pescarias e dos territórios dos pescadores amazônicos, pois essas formas de conteúdo são expressões da dinâmica social dos pescadores sobre o substrato material, produzindo e reproduzindo seus espaços de vivência e reprodução a partir das suas condições materiais de existência humana, estando sempre ligada à produção extrativa do pescado.

As vilas de pescadores tanto no passado, quanto no presente não possuem os mesmos aspectos, fato que lhes conferem uma singularidade. Elas apresentam uma configuração territorial um tanto quanto distintas uma das outras, pois por meio da paisagem percebem-se vilas de pescadores/agricultores, pescadores/coletores com suas próprias formas, espiritualidades e processos espaciais que as diferem uma das outras.

Contudo, esses diferentes processos, materializados na Amazônia paraense, e seus diferentes recortes histórico-geográficos permitiram a territorialização de multiplicidades de usos da natureza e a exploração de seus recursos, admitindo a diversidade de gêneros de vida nessa região.

FIGURA 01: Objetos geográficos típicos das cidades presentes nas vilas rurais.



Fonte: Foto Eneias Guedes/trabalho de campo – julho de 2008. Na paisagem acima, na localidade de Cajuúna, é possível visualizar no contexto, rural das vilas de pescadores, elementos típicos do espaço da cidade. Como por exemplo, a torre de telefonia, a rede de distribuição de energia elétrica coexistindo com o tradicional.

Como todas as formações sócio-espaciais¹² possuem uma dimensão geográfica, isso porque em todas ocorrem a existência de formas e conteúdos, as vilas de pescadores como expressão da ruralidade indiferente da realidade geográfica, inserem-se nessa apreensão. Os objetos geográficos presentes nessas vilas rurais de pescadores estão materializados em formas que caracterizam o mundo rural, mesmo existindo na cotidianidade dos pescadores elementos que identificam a modernidade, como por exemplo, a energia elétrica, aparelhos de televisão, torres de telefonia celular, parabólicas as casas de comércio ativo dos espaços urbanos e outros; também há casas que não possuem desenhos arquitetônicos e, portanto, não expressam o mundo moderno.

Desse modo, entende-se que a existência dessa realidade material nas vilas de pescadores deve-se ao fato do trabalho e das técnicas não possuírem, no seu interior, uma forte presença de conhecimento científico, o que determina forças produtivas locais pouco dinâmicas e uma configuração territorial rarefeita de objetos técnicos complexos.

É importante analisar também que as organizações territoriais revelam como são complexas as formas de existência do ruralismo na Amazônia Paraense. Há que se verificar, como se manifesta a “nodosidade¹³” e de que maneira elas inserem-se na dinâmica econômica social da região, que se materializa nas vilas rurais de pescadores com suas atividades econômicas da pesca.

As vilas rurais também têm sua dimensão geográfica baseada na expressão da combinação singular estratégica de formas e conteúdos, objetivando a reprodução dos grupos mesmo entendendo que o pescador na sua simplicidade está cercado por enclaves tipicamente capitalistas, marcando o território amazônico pela sua singularidade e contradição de uso capitalista e não capitalista.

As dinâmicas desses usos revelam as lutas dos atores sociais distintos pela apropriação dos recursos pesqueiros. Quando a pesca industrial expande-se, prejudicando os pescadores de subsistência, a hegemonia do capital acontece. Porém, quando o segundo resiste, o

¹² O conceito de formação sócio-espacial foi desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos derivado do conceito de formação sócio-econômica e submetida a um intenso debate na década de 1970. Santos (1977), afirma não ser possível compreender a formação econômica sem entendimento do espaço enquanto produto da sociedade por meio do trabalho. Porém não é nossa intenção desenvolver neste trabalho uma análise centrada no conceito de espaço, isto é, fazer-mos uma análise espacial. Reportamo-nos somente, mas nossa reflexão fundamenta-se no território, portanto, desenvolveremos uma análise territorial.

¹³ As “nodosidades” aqui devem ser entendidas como um conjunto de pequenas vilas rurais no contexto amazônico que produzem e comercializam seus excedentes nas cidades inserindo-se na dinâmica econômica e social da região por meio das trocas que realizam. Esta concepção parte da idéia de Milton Santos (1996) ao estudar as redes urbanas. Este autor identifica as cidades como nós dentro da rede de onde parte e chegam os fluxos mais variados de mercadorias, pessoas, informações, etc.

primeiro retrai, caracterizando as manifestações das lutas contraditórias de apropriação do território que se materializa quase sempre em conflitos de territorialidade.

Isto significa que mesmo havendo vilas de pescadores rodeadas por propriedades capitalistas não basta para descaracterizar as vilas como expressão do ruralismo na região. Assim, essa configuração territorial expressa o conflito, isso porque não podemos pensar em um espaço hegemônico, definido por limites rígidos. A recíproca é igualmente verdadeira, visto que as vilas rurais são produções, por excelência, das relações sociais pouco complexas. Porém, nem todas as propriedades que se encontra em seus limites o são.

Diante do exposto, entendemos que a dimensão geográfica das vilas de pescadores não pode ser entendida a partir do quantitativismo, que percebe a dimensão de tais vilas a partir de uma metrficação, com base em números matemáticos. Mas é necessário compreende-las como resultados das relações humanas que se processam nesse determinado meio marcadamente pela tradição de construção e reconstrução dos territórios dos pescadores.

A partir dessa base, afirma-se a existência de elementos ou variáveis humanas que articulados ao cotidiano permitem a identificação da natureza das vilas de pescadores, ou seja, consentem entender como a Geografia pode definir as vilas rurais de pescadores da Amazônia Paraense, mesmo em meio às suas variedades de espacialidades.

É de fundamental importância que as vilas rurais de pescadores sejam definidas a partir do conceito de gênero de vida e pelo entendimento das dinâmicas da paisagem, pois acredita-se que mesmo havendo a existência de uma singularidade entre elas, esses dois conceitos conseguem produzir uma definição geral, no contexto amazônico, para as vilas. Portanto, essas vilas rurais podem ser definidas a partir do gênero de vida. Em relação a esse conceito, Sorre (1984) designa: “Um conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidados pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio” (SORRE, 1984, p. 84).

E ainda, segundo Sorre (1984):

O gênero de vida representa um conjunto de adaptações – seja qual for à idéia que este termo denote. Adaptações das atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas. O gênero de vida é um conjunto de técnicas (SORRE, 1984, p. 91).

Grosso modo, em todas as vilas rurais existentes na Amazônia, apesar de suas especificidades (pescadores, agricultores, extrativistas, etc.), não ocorre a ausência das dimensões espirituais e materiais e muito menos o conjunto de técnicas que servem para as

mesmas estabelecerem relações de domínio da natureza. São esses elementos definidores do gênero de vida, presentes em todas as vilas rurais de pescadores, que permitem uma definição desses territórios rurais. Em todas elas esses elementos do gênero de vida permitem a coesão e reprodução social das coletividades.

Assim, o conceito de gênero de vida oferece-nos possibilidades para compreendemos as vilas rurais dessas populações tradicionais, bem como suas estratégias de territorialização ou enraizamento em uma determinada fração do espaço, mesmo ele possuindo também o significado de forma específica que cada grupo desenvolve. Sua maneira de ser e viver.

Além disso, acredita-se que o gênero de vida promove a satisfação material e espiritual das populações residentes nos territórios de pescadores, expressando uma ruralidade que é peculiar na região amazônica e permitindo a existência da tradição, ou seja, conjunto de valores e costumes desenvolvidos ao longo de sua formação histórico-geográfica.

Contudo, faz-se necessário entender que a leitura geográfica pelo viés do território não é tão simples, devido a diversidade de formas e processos determinados pelo movimento da sociedade em conflito permanente. Um dos meios que permite essa leitura é a observação e a reflexão sobre as paisagens, as quais são resultados da dinâmica superficial dos fluxos e fixos processados pelo trabalho da sociedade. Assim, as paisagens das vilas de pescadores configuram-se de acordo com a velocidade do trabalho dos homens em coletividades. Portanto, dependendo do conteúdo da formação territorial, têm-se paisagens mais simples, mais próximas da primeira natureza, como são exemplos as vilas rurais de pescadores; e as paisagens mais complexas, isto é, com um grande conteúdo de densidade técnica, ciência e informação. Todavia, ambas produzidas pelas distintas sociedades na relação indissociável com a natureza intermediada pela articulação de trabalho e técnica como afirma Santos (1996): “Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (SANTOS, 1991, p. 64).

O conhecimento e as forças produtivas não estão disseminados de forma homogênea pelo território, essa realidade confirma a produção de dinâmicas sociais velozes e menos velozes, como são exemplos as vilas rurais de pescadores na Amazônia paraense, que irão influenciar na produção de paisagens com diferentes conteúdos técnicos expressão de um tempo lento (SANTOS, 1996).

Essa realidade fica evidente ao observarmos algumas diferentes vilas rurais, tanto de agricultores quanto de pescadores, em que ambas apresentam a bucolidade e a forte presença da natureza primária. Além disso, há também a presença de fixos, cuja forma e função não

seguem uma permanente mudança na velocidade do tempo como nas metrópoles, pois a dinâmica da natureza nos territórios das vilas rurais ainda impõe limites às ações humanas. Dessa forma, a “anarquia” que se está acostumada a observar nas paisagens dos grandes centros urbanos, não está presente nas vilas rurais dos pescadores na mesma intensidade e força.

A paisagem tem, pois, um movimento que ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. (SANTOS, 1991, p. 69).

Através da paisagem, é possível compreender também a permanência do tradicional no interior dessas formações sociais, visto que as cores, os movimentos, os odores e os sons servem como instrumentos de resistência às modernas e complexas indústrias da pesca.

Entendido dessa forma, buscou-se, por meio do gênero de vida e da paisagem, propor a geografização e definição das vilas rurais de pescadores, mesmo sabendo dos limites e das complexidades que esses dois conceitos podem gerar para uma possível compreensão mais contundente e geográfica de vilas rurais no contexto regional amazônico. Por outro lado, no interior do corpo conceitual da geografia não se observou conceitos que pudessem ir para além das definições que já existem, como a de lugar. Dessa forma, conclui-se que o esforço de definição, parte-se de um esforço de generalização.

Na Amazônia e, em especial, no Estado do Pará, as vilas rurais de pescadores são frações do espaço, onde a configuração territorial expressa uma paisagem que não ultrapassa a dimensão do tradicional, ou seja, não alcança um alto grau de complexidade técnica. Pode-se considerar também que tais vilas são compostas de uma materialidade expressa em seus objetos geográficos e em uma misticidade clarificada em seus ritos, mitos e crenças, as quais estruturam o mundo do sagrado e são acessíveis a toda população, codificando ao mesmo tempo um mundo de valores humanos e sobrenaturais, onde a interação ou soma da matéria e do espírito tornam-se técnicas, transmitidas pela tradição com a finalidade de domínio e apropriação da natureza e da construção e reconstrução de seus territórios.

A vila - meu lugar - é o espaço o tempo em que vivo, onde tenho minhas referências, onde exerço o conjunto de minhas perspectivas e de minha história. É a vila um processo concreto, um lugar no mundo, um acontecimento pertencente ao mundo que interage com outros espaços e de funcionalidade particular. Todavia, as vilas rurais dos pescadores não podem ser vistas como espaços isolados, mas ao contrário elas se articulam com outros

espaços e através delas podemos visar um estar no mundo. Assim as vilas rurais apresentam todas as possibilidades e tendências de realização no mundo, uma vez que incorporam a vida material ao território entendido aqui como *lócus* de reprodução da vida material e espiritual das coletividades de pescadores.

Além disso, a “bagagem” do complexo simbólico cultural das coletividades de pescadores não pode ser compreendida de forma autônoma, e sim como um aspecto da dimensão civilizatória da qual faz parte. Na verdade, as vilas rurais, Céu e Cajuúna, são reflexão e expressão local de uma civilização mais ampla que é a sociedade nacional, a qual é caracterizada, principalmente, pelo sistema urbano-industrial mantendo contato com as cidades da região por meio das trocas comerciais, sendo que são influenciadas pelo pensamento intelectual moderno e as ideologias de desenvolvimento.

Portanto, essas vilas de pescadores são partes de um sistema sincrônico e não podem ser compreendidas apenas através da mentalidade dos pescadores locais, mas sua compreensão exige o entendimento da estrutura social interna dos pescadores e as interações que eles mantêm dentro do contexto mais amplo, isto é, as interagebilidade estabelecidas entre as coletividades locais e outros espaços.

A dinâmica das vilas rurais foi e em boa parte ainda hoje continua sendo ritmada pelo conjunto das possibilidades concretas criadas ao longo do processo sócio-geográfico de ocupação da região amazônica. O uso do território nas vilas é ritmado segundo sua própria temporalidade, constituindo e produzindo territorialidades comuns marcados pela heterogeneidade criadora e pela dimensão do cotidiano, entrelaçados por solidariedades das práticas sociais experimentadas a partir da pesca. Mas, o cotidiano entre as mais diversas pessoas, não tanto amistosa, é povoado de instrumentos, regras e normas rígidas, das quais a maioria delas não é institucionalizada e os conflitos decorrentes desse fato são à base da vida em comum.

Todavia, os ritmos e dinâmicas das vilas rurais dos pescadores vêm passando por alterações em função das forças externas ao lugar, “corroendo” os antigos laços de solidariedades e modificando o ritmo de vivência e reprodução das coletividades locais. Essas mudanças ocorrem pelas interações que a vila desenvolve com outros espaços como, por exemplo, a cidade; sejam pelas relações econômicas, sociais, políticas ou culturais que estas desempenham com o externo do convívio local.

Dentre essas interações, as relações econômicas são as mais visíveis entre as vilas rurais de pescadores e o espaço da cidade na Amazônia paraense, pois os pescadores comercializam suas produções nos núcleos urbanos próximos, ao mesmo tempo em que

através das compras ou trocas adquirem os produtos que necessitam para reprodução de sua existência material. Também não menos importantes são as interações políticas, principalmente mediante as ações das políticas públicas para o setor pesqueiro, as quais se estabelecem através de leis e normas que ordenam o território e contribuem para “corroer” e integrar o campo e a cidade, promovendo certa ligação entre territórios distintos. Estas práticas territoriais e projeções com o externo alteram em muitos os aspectos das relações sociais nas vilas de pescadores uma vez que criam novos valores, dinamizam os territórios e mudam a paisagem.

De igual importância, as relações sociais alteram-se nas vilas rurais dos pescadores devido à expansão das redes de telecomunicação com o uso do rádio, da televisão, do telefone e de outros recursos. Esses objetos, antes de uso quase restrito à cidade, chegam ao campo desempenhando papel fundamental na integração do território das vilas rurais com a cidade, até então desconectados, bem como alteram a cotidianidade dos pescadores residentes nos vilarejos. A interação que ocorre entre as vilas rurais e as cidades promove um processo de ligação entre esses lugares, que antes se encontravam quase sem nenhuma relação de troca. Dessa forma, eles desenvolvem trocas não apenas materiais, mas também simbólico-cultural alterando o conteúdo das vilas enquanto expressão da ruralidade na região.

Afirma-se que as vilas rurais de pescadores na Amazônia paraense desempenham três funções fundamentais:

- a) Primeiro, são territórios que garantem a reprodução da vida das populações tradicionais por meio da atividade da pesca, oferecendo resistência à expansão das relações capitalistas, uma vez que o campo representa a possibilidade de trabalho não diretamente relacionado às relações capitalistas de produção; possibilitam a reprodução do gênero de vida dos pescadores, bem como lhes garantem uma relativa autonomia, pois eles são os proprietários dos meios de produção, os quais representam para as coletividades de pescadores seu bem mais precioso, isto é, a possibilidade de atuar nas águas, pescando livremente;
- b) Segundo, as vilas rurais de pescadores na Amazônia são territórios que reproduzem as atividades tradicionais baseados no extrativismo da pesca (em sua forma artesanal

para o comércio e para subsistência), na caça e, ao mesmo tempo, na criação em quintais de sirimbabos¹⁴ para o próprio consumo;

- c) Terceiro, as vilas rurais de pescadores na Amazônia são também territórios que produzem excedente para comercialização nos núcleos urbanos da região. Na Amazônia, os moradores dos espaços rurais têm uma tradição de produção de excedente, seja de produção agrícola, produção de pescado e outros que abastecem as cidades da região.

Portanto, as vilas rurais de pescadores desempenham funções fundamentais para a dinâmica econômica e social da região e garante a reprodução da ruralidade por meio das resistências dos pescadores frente à expansão do capitalismo para as áreas rurais da Amazônia paraense.

É justamente na tradição e na resistência que pescadores amazônicos expressam e manifestam o poder nestas localidades de vilas. São recortes espaciais de apropriação, controle e uso dos pescadores, caracterizando a escala do território de expressão do poder local dos agentes políticos territorializados pelas dinâmicas das pescarias por eles desenvolvidas ao longo de suas histórias de lutas na relação com a natureza no contexto regional e local.

Porém, os debates e abordagens sobre a problemática da escala e do poder local têm sido cada vez mais frequentes dentro das ciências humanas. Isso porque as transformações ocorridas nas últimas décadas com o aprofundamento do processo de globalização, a perda relativa do poder de ação dos Estados nacionais, bem como a mundialização das relações econômicas comerciais têm conferido a essa escala de análise maior importância nas interpretações da realidade geográfica.

Não obstante, a compreensão do poder e da força do lugar¹⁵ exige certo esforço analítico, uma vez que existe um grau de complexidade muito elevado nessa escala, que em

¹⁴ Sirimbabos é o nome designado pelos caboclos amazônidas às suas criações de quintais como: porcos, galinhas, patos, etc. Essas criações são importantes para garantirem a subsistência das famílias, uma vez que é parte da dieta alimentar de vários grupos de populações tradicionais da região amazônica.

¹⁵ O esforço teórico aqui realizado não pode ser confundido com a categoria lugar, uma vez que se conceitua como um espaço de pertença (BOURDIN, 2001), ou seja, o espaço de referência do indivíduo, por conter nele um sistema de valores, que permite a inserção e o vínculo do indivíduo no lugar ao mesmo tempo, o seu refúgio e sua identidade, por ser um espaço de vivência e experiências sociais individuais e coletivas. Portanto, nosso esforço aqui é enfatizar as vilas rurais de pescadores, enquanto local de resistência e de expressão do exercício do poder. Assim, entendemos as vilas de Céu e Cajuúna como localidades, uma vez que as ações políticas dos atores sociais necessariamente têm que está localizada no espaço para que ele possa servir como referência em busca dos interesses individuais ou coletivos (BOURDIN, 2001).

alguns casos, acaba gerando divergências conceituais e incompreensões o que induz à desarticulação entre as diferentes formas de pensar o local.

Apesar de entendermos as vilas de pescadores de Céu e Cajuúna como um recorte espacial de pertença para as suas populações, também compreendemos que são localidades das coletividades de pescadores, visto que há a presença de resistência diante da modernização imposta pelos atores hegemônicos presentes no espaço. Esse fato permite a afirmação do local com suas singularidades, impondo a necessidade de compreendermos as diferentes formas de sociabilidade no contexto amazônico a partir das diferenças do local. Nesse sentido, entender o local como projeção de alteridade, oposição e reação são importantíssimas para as pretensões deste trabalho.

Diante disso, as vilas rurais das coletividades de pescadores, enquanto localidades define-se como uma ruptura, uma fenda que busca manter o tradicional, colocando-se distante da homogeneidade do mundo da modernidade, onde os grupos impõem ou buscam impor sua afirmação política, econômica, cultural e ideológica, por meio de relações sólidas entre os indivíduos do grupo.

Bourdin (2001), afirma não ser tarefa fácil definir um objeto local e lhe dar uma feição ou contorno territorial com precisão. Porém entende que:

O local é a prática que contesta, é o espírito que diz não. É o dispositivo crítico... Ele trabalha os multipossíveis. Mas acrescenta: ele pode causar a anarquia e seu oposto, o fascismo. Pode favorecer o nascimento de uma sociedade de composição em que cada unidade autogerada poderia inovar à sua maneira. (L. SFEZ Apud. BOURDIN, 2001, p. 17)

Dessa maneira, as prerrogativas que Bourdin (2001) nos propõem são de grande importância para as análises e entendimento da realidade observada e estudada por nós nas duas vilas rurais de pescadores Céu e Cajuúna no contexto marajoara, pois elas configuram-se enquanto territórios das práticas coletivas de resistência, uma vez que no interior de sua dimensão geográfica ocorre uma emanção tanto do poder quanto de seu exercício.

Essa dimensão, o poder, capacita às coletividades locais a um posicionamento de negação diante das forças externas ao local, estando estas distantes da realidade geográfica de suas populações e de suas práticas sociais de existência materiais e imateriais. Assim entendido, todas as formas de resistências são lutas sociais, expressas em suas diferentes dimensões, portanto, se há luta social ou resistência é porque existem dois pólos de poder contraditórios ou antagônicos que buscam impor suas formas de domínio, apropriação e

controle do território por meio da imposição das territorialidades na maioria das vezes conflitantes.

O local não pode ser entendido enquanto lugar de resistência, se não houver o exercício do poder por parte do grupo social que o compõe. Portanto, é justamente o exercício do poder, seja ele político, econômico ou simbólico-cultural que dá ao local uma diferenciação geográfica marcada pelas formas das coletividades que se reproduzem socialmente, mantendo suas identidades pela tradição e eficácia da produtividade, instituindo regras, normas e valores muitas vezes nocivos ao lado opostos e benéficos a si próprios como formas de salva-guardar e preservar seus espaços de vivência e reprodução sócio-territorial, haja vista isso permitir viabilidade do gênero de vida e ser o exercício do poder.

Assim, é importante ressaltarmos que as vilas das coletividades de pescadores de Céu e Cajuúna reúnem tais características de localidade, porque há um ato de reconhecimento, por parte de outros grupos, da existência de possibilidades dos pescadores realizarem seus interesses e objetivos específicos em uma determinada fração do espaço que, segundo eles, lhes pertence. Dessa forma, o local produz efeitos, isto é, espacialidades próprias que se opõem ao externo, configurando-se e materializando-se como formas de exercício do poder no espaço o que pressupõem o território de um determinado grupo social em suas realizações.

As vilas de pescadores, Céu e Cajuúna, por expressarem formas de poder local, implicam respeito por parte de outros grupos sociais, uma vez que o desrespeito e algumas ações tomadas de maneiras contrárias aos objetivos do grupo podem resultar em conflitos. Portanto, o local acaba sendo um espaço de proteção e resistência dos indivíduos e das coletividades de pescadores.

Essas vilas de pescadores, por configurarem-se como territórios de vivência e reprodução de relações sociais de produção das coletividades, emanam poderes e impõem territorialidades que satisfazem os seus grupos humanos, visto que ocorre um confronto de ações, que muitas vezes anula alguns processos que seriam desfavoráveis a eles, produzindo custos políticos e principalmente sociais, pelas ações de negação.

Diante do exposto, entendemos que as vilas rurais estudadas configuram-se, territorialmente, como escala de ações dos pescadores locais no exercício de suas práticas nos microespaços do poder, o qual não se encontra em um único ponto, mas está distribuído entre os diferentes atores e de maneira distinta como bem afirma Foucault (1986):

Quando revemos suas pesquisas anteriores sob esta perspectiva, não será indiscutível que aquilo que poderíamos chamar de condições de possibilidades políticas de saberes específicos, como a medicina ou a psiquiatria, podem ser encontradas, não por uma relação direta com o Estado, considerado como um aparelho central e exclusivo de poder, mas por uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação (FOUCAULT, 1986, p. 176).

A partir das prerrogativas propostas por Foucault (1986), é possível entendermos as vilas de pescadores enquanto territórios locais de expressão do poder. Afirmamos que essas vilas constituem-se como territórios sólidos, porque se articulam como forças sociais, que partem para as práticas ou intervenções nas relações sociais de produção que não correspondem às práticas típicas do capitalismo moderno, mas a ele resistente como objetivo das coletividades em promoverem e garantirem melhores condições de reprodução das suas vidas materiais via atividades pesqueiras.

Por outro lado, essas vilas são sólidas por apresentarem valores morais e espirituais que foram construídos ao longo de suas histórias de lutas na relação com a natureza, através dos seus domínios técnicos o que lhes permitem a valorização interna de seus territórios ou a definição de referenciais comuns fortes, que são capazes de forjar resistências (poderes) menores, mas, sobretudo não insignificantes diante dos macropoderes. Isso permite a esse poder local uma ordenação, que necessariamente, não precisa estar de acordo com os poderes hegemônicos, tornando-se, portanto, anárquico ou um “contra-espço dentro das ordens sociais majoritárias” (HAESBAERT, 2002, p. 15).

O poder local, expresso nessas duas vilas de pescadores, além de caracterizarem-se como contra-espços diante das ordens majoritárias, também são dotados de um tempo que não segue a lógica do capital, ou seja, no momento em que elas se opõem por conta do poder ser uma relação, elas geram tempos lentos (SANTOS, 1996), que vão de encontro ao tempo do modo de produção capitalista que vive uma maior aceleração na produção e circulação. Além disso, esses territórios de vilas rurais de pescadores geram também os homens lentos que não se adaptam ao tempo do capital bem como de sua reprodução. Os pescadores das vilas rurais por nos estudadas vivem um tempo lento e que inviabiliza uma dinâmica acelerada das relações capitalistas de produção, por serem considerados anárquicos em relação aos grandes atores políticos e econômicos produtores da pesca industrial/empresarial.

Entre o poder local, representado pelas vilas de pescadores Céu e Cajuúna; a ordem social-política dominante, aqui representada pela indústria da pesca; o Estado e, em alguns casos, os latifundiários do município de Soure acontecem os embates por conta de uma série

de relações contraditórias expressas em ações que, em muitas vezes, prejudicam a reprodução material e imaterial dos pescadores dessas duas localidades.

Como exemplo dessas ações por parte da ordem dominante, cita-se a atitude de alguns latifundiários que não permitem que os moradores dessas localidades pratiquem a pesca de subsistência nos lagos, lagoas e pequenos rios que existem no interior dos seus latifúndios, mesmo essas áreas de extração sendo integrante de uma RESEX¹⁶, fato que dá a esses pescadores plenos direitos de extraírem, para si e para suas famílias, os recursos existentes nessas propriedades. No entanto, são coagidos pela “força coercitiva” dos latifundiários que dizem ter posse daquelas áreas.

Como forma de reação a essa atitude, os moradores dessas vilas não obedecem às ordens de proibição do uso de determinadas frações do território usado para criação de gados por esses latifundiários. Somado a isso, os pescadores dessas vilas não permitem que esses proprietários fundiários apropriem-se das terras litorâneas, onde eles estão territorializados, para a prática da atividade do turismo, visto que isso poderia destruir o gênero de vida existente nessas localidades, como vem acontecendo em Salinas (PA) e Mosqueiro (PA).

Essas contradições entre esses atores são históricas na região amazônica e, no nosso entendimento, representam a materialização das lutas por formas diferentes de pensar, sentir e agir, demonstrando como no tecido social o processo foi desenvolvendo-se com contradições e conflitos dentro do contexto da Amazônia paraense.

Pelo fato dessas contradições serem históricas é que nos permite entender que o poder é resultado de práticas sociais históricas, que se processam de acordo com cada sociedade em seus diferentes contextos. E por ser produto dessas práticas sociais contraditórias que ele se define como uma relação, e é por ser uma relação que os moradores dessas localidades estão em uma ação de exercício de poder. Contudo, é salutar ressaltarmos que essas contradições aqui não são entre classes, mas sim entre forças sociais, que buscam alcançar objetivos de sobrevivência comuns, nesse caso específico, por meio da atividade da pesca.

As vilas de pescadores, de acordo com as observações e análises feitas em campo, dificilmente deixarão de ser expressão do poder no espaço local dentro do contexto amazônico, ou seja, um espaço de resistência, pelo fato do poder ou o exercício dele ser uma relação que se manifesta em níveis escalares distintos. Portanto, a resistência pela tradição das

¹⁶ Grandes partes das terras dos fazendeiros no território municipal de Soure são antigos terrenos de marinha que hoje fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEX – SOURE). Nessas áreas, historicamente, as coletividades das localidades Céu e Cajuúna sempre desenvolveram atividades nos lagos, córregos e riachos sem nenhum impedimento, porém, os latifundiários que alegam a propriedade dessas terras estão proibindo determinadas práticas desempenhadas pelas populações das vilas, gerando tensões e algumas vezes conflitos entre fazendeiros e moradores locais.

populações pesqueiras tem se mostrado eficaz na luta contra a ordem majoritária e o poder do capital que dificilmente poderá fazer com que os pescadores tradicionais deixem de existir com seus “contra-espços”, isto é, espaços de reação, porque a cada ação dos atores hegemônicos e suas lógicas de apropriação e uso do território têm-se uma reação contrária, emanada das forças e poderes desses pescadores da tradição regional, e isso, são lutas sociais, que se materializam nas relações de poder entre grupos sociais ou entre forças sociais opostas.

Entendidos dessa forma, os poderes periféricos e moleculares (FOUCAULT, 1986), para exemplificarmos as localidades de Céu e Cajuúna, não podem ser confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado, ou qualquer outra força ou instituição que exercer poder no espaço, pelo fato dos poderes serem exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo, os micro-poderes existem integrados ou não às ordens sociais majoritárias (Estado, indústrias da pesca ou latifundiários). Nota-se, portanto, uma autonomia ou independência, do poder local frente a esses atores hegemônicos, uma vez que a dimensão escalar do poder não são práticas exercidas apenas por esses grandes atores, mas sim pela relação contraditória construída no tecido social histórico.

A afirmação do local para as coletividades de pescadores, a partir da capacidade de resistência, torna-se uma dimensão geográfica estratégica para a reprodução espiritual, econômica e política destes grupos, uma vez que a sua manifestação no território garante a manutenção do “lugar” bem como dos processos sociais existentes nas localidades Céu e Cajuúna, que são marcados pela tradicionalidade da atividade da pesca.

Assim, a expressão do poder local emanado dessas vilas rurais de pescadores, produz ações orientadas e ordenadas com vista à reprodução social, obviamente contrária às dos grandes atores políticos e econômicos, uma vez que ocorre a articulação de implementos, principalmente político, para se realizar a concretização dos objetivos, que uma vez alcançados, permitirão a existência e a manutenção dessas formas de existências localizadas. Por isso mesmo o poder local é uma dimensão estratégica para a existência de qualquer coletividade, grupos ou indivíduos que apresentam um caráter tradicional.

A dimensão local, por promover uma resistência ao externo, permite à população dessas duas vilas de pescadores a possibilidade de manipulação de seus espaços, fato que é decisivo para a preservação da identidade coletiva de seus habitantes, além de permitir a localização das duas vilas no cenário de contestação dos valores morais, econômicos, ideológicos e políticos das ordens sociais hegemônicas dos macropoderes (FOUCAULT, 1986).

A localização não deve ser entendida apenas numa percepção geográfico-matemático, ou seja, latitudes, longitudes e eventos, que indicam precisão. Localização deve ser aqui compreendida também como a capacidade de um grupo estar contido ou inserido em um meio, que lhe permite realizar as suas ações. É necessário que um grupo social localize-se para exercer poder. Então, o fato das pessoas estarem localizadas (articuladas, inseridas, fazer parte) nessas vilas de pescadores de Céu e Cajuúna não é apenas por uma questão de gênero de vida, isto é, afinidade de domínio da natureza e das técnicas por eles manuseadas, mas também para poder agir e gerir seus próprios espaços. Portanto, estar localizado, é fazer parte de algo, de alguma coisa ou de algum lugar, sendo o último, a escala onde se realiza a ação.

Estudando a realidade francesa sobre a óptica do local, Bourdín (2001), afirma que:

Algumas ações só podem ser efetuadas quando associadas a um lugar preciso. Assim, na França não existe lista nacional dos eleitores e é necessário que a pessoa se inscreva em algum lugar – a liberdade de escolha, aliás, é exercida sob forte pressão. De repente, a pessoa adquire o direito de influir num conjunto de escolhas comunaes, departamentais e regionais: a ação política se acha localizada, queira ou não queira. (BOURDIN, 2001, p. 162)

Então, para cada pescador habitante das vilas de Céu e Cajuúna exercerem seus poderes ou algum tipo de influência, houve a necessidade deles se localizarem, fazer parte ou estar inserido no lugar, uma vez que toda a ação política se achar localizada, assim, eles têm a possibilidade de obter satisfações coletivas e pessoais bem como encontrarem-se territorializados para o exercício de suas funções enquanto agentes políticos.

Portanto, as vilas de pescadores de Céu e Cajuúna, enquanto local, são uma forma encontrada por essas sociedades de se imporem politicamente diante das forças externas, diante disso, o fato dos grupos sociais estarem localizados torna-se uma condição necessária para as suas práticas sociais. Dessa forma, o local e a localização são para os pescadores dessas vilas, uma dimensão e um fato necessário, para certa estabilidade político-social, além do que esses dois elementos são base de constituição da localidade.

A dimensão do local, contida nas vilas rurais de pescadores, a localidade (resistência), e a localização juntos configuram-se em um tripé, cuja ação mantém e reproduz o lugar dessas populações. Em outras palavras, essa ação mantém viva as identidades e as especificidades, que se traduz numa espacialidade, tornada referência dessas populações, tanto material, expressa em suas formas, quanto imaterial, contido em suas crenças, religiosidades e mitos, que somados formam a dimensão simbólica.

Enfim, esses três elementos acabam produzindo uma segurança, a qual, segundo Bourdin (2001), define-se como um “conjunto de dispositivos”, que contribuem para a permanência de sua organização social produzida histórica e geograficamente.

2.3 O SENTIDO DA TERRITORIALIDADE DE PESCADORES DAS LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA

Raffestin (1993), já destacado no primeiro capítulo desse trabalho, destaca o caráter político que envolve as relações de poder no espaço. Este entende e define a territorialidade como sendo a multidimensionalidade do vivido, isto é, todas as dimensões do social que se manifestam no espaço são expressões que objetivam cristalizar a territorialidade de um determinado grupo social. A territorialidade é, nas análises desse autor, entendida no seio das relações em dinamismo constante, variando no tempo e no espaço, presente no mundo objetivo e subjetivo, ligando a materialidade, as sensações e as representações construídas historicamente.

Raffestin (1993) nos afirma ainda que a territorialidade é inerente à vida em sociedade em função desse caráter multidimensional e as interações das relações de poder vividas pelo homem nas realizações das suas distintas atividades do cotidiano, apropriando-se de territórios que se manifestam nas mais variadas escalas espaço temporais, apreendidas nas reais relações dispostas nos seus contextos sociais e históricos, podemos então afirmar que a territorialidade só pode ser entendida nas relações que se manifestam dentro do processo social e histórico, sendo desta maneira produto e barganha de uma coletividade onde os indivíduos mantêm relações entre si em todas as dimensões.

Robert David Sack (1986), em uma vertente teórico-metodológica distinta daquela apresentada por Raffestin (1993), elaborou em sua obra intitulada “Territorialidade Humana: Sua Teoria e História” uma análise profunda acerca da compreensão da territorialidade, a qual é uma estratégia espacial (geográfica) nas sociedades humanas. Destaca que o território é produto das relações sociais organizadas, enquanto a territorialidade é uma estratégia para os grupos afetarem, influenciarem ou controlarem áreas, fontes de recursos e pessoas, podendo ser ativada e desativada nas condições, contextos e nos diferentes níveis escalares. O autor advoga em favor da territorialidade humana, argumentando que esta ocorre desde o nível pessoal até o internacional. Porém, sendo por definição relações de poder que se dão no espaço, elas manifestam-se, enquanto ações humanas, motivadas por razões geográficas.

Portanto, o controle desse recorte espacial dependerá sempre de quem mantém influência sobre , da delimitação das fronteiras ou limites, do contexto em que os grupos estão inseridos e do tempo.

Ainda afirma Sack, que a territorialidade de um determinado grupo nos ajuda a compreender as relações históricas que produziram o espaço no tempo, uma vez que aquela ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Isto porque, segundo o mesmo:

(...) A territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.(...) ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas é uma expressão geográfica primária do poder social (...) (SACK, 1986, p. 3 e 6).

Assim entendido, o território necessariamente precisa ser entendido como área controlada, caracterizando o resultado de estratégias influenciadas através de interesses do grupo social. É, neste sentido, que buscamos compreender a territorialidade de pescadores das localidades Céu e Cajuúna, pois a territorialidade desse grupo é um componente do seu poder na busca de estratégias para criar e manter a ordem em um contexto geográfico favorável ao mundo do grupo e seus significados.

A territorialidade dos pescadores cajuunenses e ceuenses é um instrumental valioso dentro do contexto de realidade rural amazônica, pois essa é a expressão sensata do poder social do grupo, enquanto elemento definidor dos territórios de exploração do pescado, forma de controle social, bem como define as estratégias de comunicação no espaço e os efeitos territoriais.

Os territórios rurais trazem em si algumas características que lhes são intrínsecas e nos ajudam pensar no entendimento desses recortes espaciais e na territorialidade dos diferentes grupos que vivem desenvolvendo atividades econômicas e hábitos diversos, fundados na tradição de uma consciência coletiva nos remetendo a necessidade de compreendermos o espaço pela diferenciação das particularidades regionais e singularidades locais.

Dentro do contexto rural amazônico é possível encontrarmos diferentes grupos, os quais vivem “geograficidades” também distintas. Dentre tantos, temos as coletividades de pescadores, conceituadas por muitos pesquisadores das ciências humanas como populações tradicionais. Esses pescadores têm uma forma peculiar de viver sua geografia, definindo seus territórios de atuação e fazendo uso enquanto recorte espacial de recurso e abrigo bem como

construindo sua territorialidade com o objetivo de manter-la como desejo de reprodução social.

Podemos afirmar que os territórios dos pescadores são recortes espaciais definidos por relações sociais simples dentro de um contexto de ruralidade, mas com um significado simbólico cultural valioso para essas coletividades, pois os territórios de pescadores têm limites definidos e estabelecidos pelas relações que possuem um centro “nervoso” onde a vida pulsa e as decisões são tomadas; os territórios de pescadores têm uma área de produção e uma rede de circulação que se desenvolve no ambiente aquático.

Assim sendo, o território é a base geográfica de existência social de pescadores (entendidos como coletividades), pois é no território que estes constroem sua identidade, com seus sentimentos de pertencimento, expressando seu patrimônio cultural e desejo de reprodução das condições materiais de existência humana.

Entendido geograficamente, afirmamos que a pesca é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço (CARDOSO, 2003). Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquáticos e terrestres; o primeiro, comporta os processos de apropriação da natureza; e o segundo, significa os espaços de morada dos pescadores e espaço de manifestações das suas relações sociais. Para os moradores das localidades Céu e Cajuúna a pesca desponta como principal atividade econômica e de subsistência. Além disso, o pescado é a principal fonte de proteína animal dessas coletividades.

A história desses grupos nos revela a importância da pesca no processo de ocupação e construção da singularidade do seu espaço de vivência e reprodução social, onde as coletividades desenvolvem estratégias espaciais para controlar diferentes graus de acesso aos recursos pesqueiros de seus territórios. É nesse sentido que emerge a territorialidade dos pescadores das localidades em estudo, envolvendo a tentativa desse grupo de exercer influências sobre ações de outros grupos que não fazem parte da sua coletividade.

As projeções territoriais dos pescadores das vilas rurais de Céu e Cajuúna revelam desejo de exclusividade na apropriação e uso dos recursos pesqueiros. Além disso, construída socialmente a territorialidade dos pescadores no contexto marajoara é expressão sensata do uso do espaço, assim como de seu componente geográfico, exercendo controle dos recursos nos seus domínios territoriais estabelecidos, sendo um meio no qual espaço e tempo estão interrelacionados, podendo ser definida como expressão geográfica do poder social das coletividades de pescadores. Entendido dessa forma é possível afirmar que os pescadores ceuenses e cajuunenses possuem uma territorialidade definida por e a partir da pesca, que é

reconhecida pelos demais grupos de pescadores e não pescadores que se materializa na construção da identidade do pescador.

Esses grupos humanos agem sobre seus territórios, desenvolvendo atividades produtivas da pesca, combinando formas materiais e imateriais, uma vez que o trabalho que recria continuamente essas relações reúne sempre aspectos visíveis e também invisíveis não sendo apenas atividades de uma realidade meramente economicista. Nas coletividades de pescadores, o trabalho encerra várias dimensões e elementos para eles inerentes às práticas da pesca, como por exemplo, o técnico e o simbólico. Portanto, há uma integração entre a vida econômica e a vida social dos pescadores das vilas de Céu e Cajuúna, pois a atividade produtiva faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela indissociavelmente ligada, fazendo perpetuar outras relações não econômicas no convívio do cotidiano desses profissionais da pesca.

Na organização das atividades do trabalho da pesca não estão dissociados os rituais sagrados, as festividades organizadas coletivamente e outras manifestações da vida em sociedade. Essas relações são responsáveis pelas integrações de parentescos e de familiares. Tais manifestações de sociabilidade são referentes aos lugares e territórios vividos e experimentados pelas coletividades, destacando o ritmo da natureza, o regime das águas oceânicas e dos rios e as reproduções das diferentes espécies, revelando o fantástico acúmulo de conhecimento empírico destas coletividades que vivem da pesca nos seus territórios apropriados.

Dessa maneira, existe uma ligação muito forte, orgânica e espiritual, entre os pescadores das vilas (Céu e Cajuúna) e o lugar onde eles vivem. Essa ligação compacta e sólida não se dá apenas pela proximidade física dos familiares, mas principalmente por aquilo que o lugar representa para o grupo que estabelece o domínio geográfico sobre frações do espaço. Para os pescadores dessas vilas o seu lugar é sua vida e a territorialidade uma forma de união entre o grupo a partir do uso coletivo dos territórios onde são explorados os recursos pesqueiros.

Todavia, isto não significa estabilidade social para esse grupo de pescadores, pois as dinâmicas dos recursos naturais pesqueiros e as influências advindas do meio externo provocam mudanças, com o passar do tempo, nos espaços dessas coletividades. Enfim, é importante compreender que não há imutabilidade para sempre definida nos limites dos territórios dos pescadores, assim como a territorialidade dessa coletividade também muda em razão das relações estabelecidas com outros que não fazem parte do meio interno.

CAPÍTULO 3: TERRITÓRIOS DE PESCADORES E TRADIÇÃO PESQUEIRA NO CONTEXTO MARAJOARA: O EXEMPLO DAS LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA

Segundo Barthem e Fabré (1994), três elementos de ordem naturais são responsáveis pela riqueza das águas na mesorregião do Marajó, a qual apresenta uma variedade de espécies ectiofauna nos territórios dos pescadores.

O primeiro elemento refere-se às diferentes espécies que apresentam estratégias notáveis para se adaptarem às mudanças sazonais dos diferentes ambientes que ocupam. Segundo elemento diz respeito ao regime das águas, caracterizado pelo aumento da descarga dos rios, muda a paisagem do meio aquático, pois é nesse período que as águas marinhas afastam-se da costa e a baía do Marajó, ao sul da Ilha do Marajó, bem como a parte externa da foz do rio Amazonas, ao norte da mesma, “tornam-se” uma continuação do rio Amazonas, possibilitando a vida de muitas espécies de peixes. No segundo semestre, esse fenômeno natural ocorre inversamente. As águas marinhas penetram na baía do Marajó, contribuindo para o aumento do pescado que migram em função da maior concentração de sal nessas águas em determinado período do ano.

A flutuação da descarga dos rios no inverno causa alagamento das áreas marginais e ocorre ampliação das áreas de água doce do estuário e das áreas inundadas periodicamente provêm grande parte da base energética que sustenta os recursos naturais pesqueiros nessa mesorregião. Frutos, folhas e sementes, derivados de florestas e campos alagados, são as principais fontes de energia primária para a cadeia trófica aquática não apenas na mesorregião do Marajó, mas de toda Amazônia brasileira, assim como algumas espécies de algas que crescem no ambientes lacustres e nas áreas alagadas e menos sombreadas.

O terceiro elemento são as áreas de mangue presentes na costa do Marajó. Este ecossistema, o mangue, constitui-se em verdadeiro “berçário ecológico” dos animais marinhos que vem para a costa no período de reprodução, contribuindo muito para o aumento da riqueza de espécies nas águas do Marajó e em especial no território municipal de Soure.

O pescador marajoara tem um profundo conhecimento dos ambientes de pesca, do regime das águas, assim como das épocas de reprodução das espécies. Esse conhecimento vem do convívio, da prática diária e das experiências que esse homem acumulou enquanto pescador. As coletividades de pescadores constroem suas territorialidades em torno dos saberes que estão intimamente ligados à dinâmica da natureza. A pesca é a atividade do complexo cultural dos pescadores o que caracteriza tais profissionais como monovalentes, isto

é, vivem da pesca e é isso que os diferencia dos pescadores ribeirinhos que são polivalentes, ou seja, desenvolvem outras atividades além da pesca (GONÇALVES, 2001).

É, portanto, nesse sentido que as vilas de pescadores Céu e Cajuúna são caracterizadas como territórios das populações tradicionais, pois, essas coletividades vivem temporalidades diferentes de outros grupos que atuam na região. O tempo dos fluxos, da aceleração capitalista contemporânea praticamente não existe nessas vilas, onde o tempo lento da dinâmica da natureza ainda impõe-se nesses espaços, definindo o ritmo de vida do pescador assim como o desenvolvimento da sua atividade pesqueira.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território municipal de Soure, inserido neste contexto marajoara, possui uma zona rural que concentra várias fazendas e as localidades de Pedral, Pesqueiro, Cajuúna e Céu. Nesse trabalho, nos deteremos às localidades Cajuúna e Céu. O estudo dessas vilas está fundamentado na natureza das vilas e nos objetivos expostos nesse trabalho, isto é, são recortes espaciais apropriados por pescadores e, portanto, é expressão de uma modalidade do ruralismo no contexto amazônico.

Essas localidades são espaços que refletem a Amazônia das pescarias, da dinâmica das águas, do tempo da natureza, da sociabilidade e dos laços de parentescos fortes construídos nos processos sociais de proximidade não apenas física, mas da presença também de espíritos representada pelas lendas, contos construídos pelo imaginário de uma consciência coletiva de pescadores locais e seus conhecimentos sobre a arte de pescar.

Nas pesquisas documentais, em posse das lideranças das localidades, Cajuúna e Céu, buscou-se compreender a origem das vilas. Através desta pesquisa documental, constatamos que a gênese das vilas está intimamente ligada ao governo colonial e aos padrões de ocupação e organização tradicional da região¹⁷. No dia 12 de março de 1695, frei Antônio da piedade, religioso do Carmo, fez uma proposta ao Rei de Portugal para criar três pesqueiros na ilha grande de Joanes, mostrando as imensas vantagens, caso fossem criadas, em função da grande quantidade de recursos pesqueiros existentes nas águas costeiras do leste marajoara.

¹⁷ Carlos Valter Porto Gonçalves em sua obra intitulada “Amazônia Amazônias”, publicada em 2001, identifica dois padrões de ocupação e organização da região amazônica. Um primeiro pelo autor definido padrão “Rio-Várzea-Floresta” caracterizado por um processo de ocupação as margens dos rios da região e marcada pelo desenvolvimento de algumas atividades tradicionais extrativas a exemplo da pesca. O segundo padrão foi definido como “Estrada-Terra-Firme-Subsolo” caracterizado pela abertura de rodovias e ocupação as margens destas, quando o grande capital se volta para exploração das riquezas do subsolo e os fluxos deixam de ser predominantemente pelos rios e passam a ocorrer mais intensamente pelas rodovias construídas para integração do espaço regional.

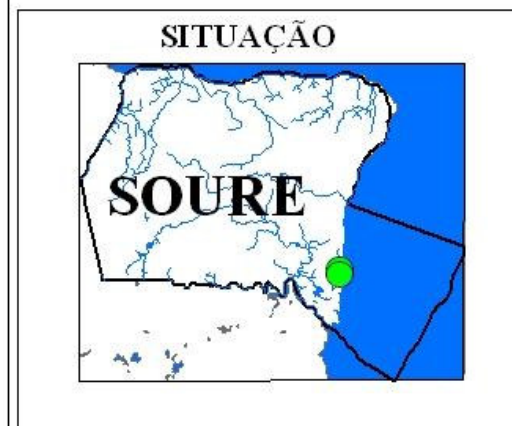
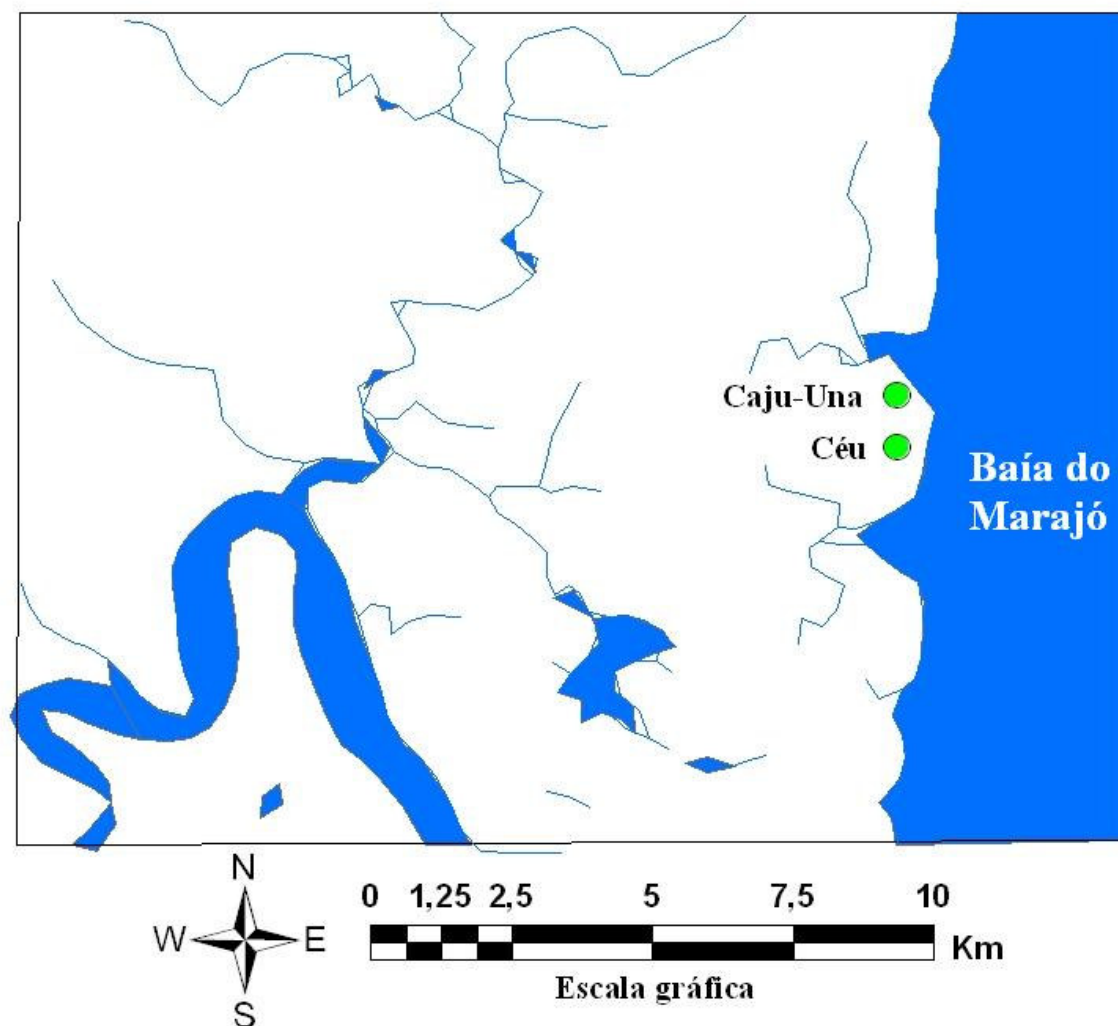
Essa proposta foi recusada porque o governo tinha outros planos para desenvolver a pesca no litoral da grande ilha. Não obstante, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (governador e capitão-geral naquele período) criou um estabelecimento pesqueiro na boca do Rio Caju-uma, na costa oriental da ilha Grande de Joanes (hoje território municipal de Soure), com objetivo de explorar a grande quantidade de recursos pesqueiros, principalmente, a tainha, a qual seria capturada nesse ecossistema. Esse estabelecimento tinha uma função importante naquela conjuntura, porque servia como centro de controle das pescarias realizadas nos vários rios daquela micro-região, passando a funcionar como uma “feitoria de pesca”.

Desde então, a desembocadura do Rio Cajuúna passou a ser uma praia habitada por pescadores, constituindo parte da paisagem da orla da ilha do Marajó, que atraía cada vez mais migrantes pescadores que chegavam, fixavam residências e desenvolviam a pesca de maneira artesanal, tornando-a, até hoje, a principal atividade econômica dos habitantes daquele lugar. Esses migrantes pescadores fundaram primeiramente a vila de Cajuúna e posteriormente com o aumento demográfico surgiu a vila do Céu, reunindo as mesmas características, pois muitos moradores desta vila eram pescadores da vila do Cajuúna.

Céu e Cajuúna com uma população de 238 e 220 habitantes, respectivamente, estão situados a 18,5 km e 18 km da sede municipal de Soure, estando ligadas por uma vicinal construída em 1989. Segundo o mapa rodoviário do Pará, a vicinal é parte da PA-154, tendo início na foz do Rio Camará, no município de Salvaterra, terminando no povoado de Cajuúna. Essas vilas limitam-se, ao norte, com a fazenda Caju-una (propriedade da família do Sr. Alacid Nunes); ao sul, com a fazenda Bom Jesus; a leste, com a Baía do Marajó; e oeste, com as terras de patrimônio da união, arrendadas pela família Abufaiad, constituindo em grande latifúndio no município, terras que hoje essa família diz lhes pertencer.

A localização dessas vilas, à margem da Baía do Marajó, facilita o desenvolvimento da atividade básica dos moradores, a pesca. Elas foram construídas por migrantes que fixaram suas residências neste litoral sourense e constituíram famílias. Os migrantes foram atraídos pela grande quantidade de pescado, principalmente tainhas, pratinha e guriuba,. Portanto, essas localidades foram construídas por pessoas que migraram de outros municípios, onde também desenvolviam atividades pesqueiras em seus lugares de origem. Esses pescadores emigraram da Mesorregião do nordeste paraense, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Marapani, Vigia, Bragança, Maracanã, Abaetetuba e outros municípios, desenvolvendo uma mobilidade intra-regional para Mesorregião do Marajó atraída pela fartura do pescado presentes naqueles ambientes aquáticos (NASCIMENTO, 2002: 14-16).

Mapa 03: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Convenções/Legenda:

- Vilas dos Pescadores
- ~ Rios

Fonte: Base Digital do IBGE 2001.

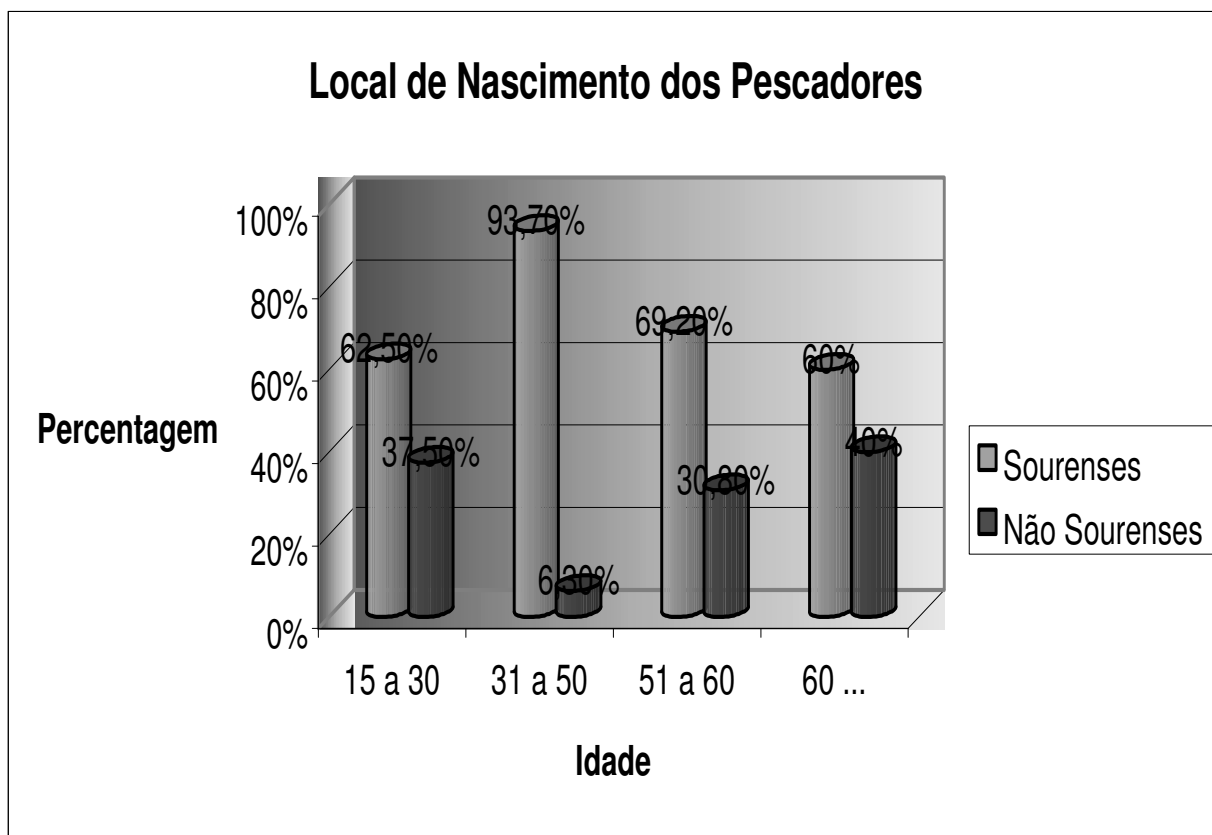
Dados de campo: GUEDES (2008).

Execução: Jurandir Regis

Março de 2009

O gráfico 01 demonstra em termos percentuais a distribuição da população que habita as vilas de pescadores Céu e Cajuúna, destacando a distribuição por idade das pessoas nascidas no município de Soure e daquelas que nasceram em outros lugares. A partir dos dados do gráfico é possível perceber que os pescadores de idades mais avançadas e os de idades menores, constituem o maior percentual de população que não nasceram em Soure, tendo seus locais de origem em outros municípios. Isso se explica em função do processo migratório em direção às vilas rurais de pescadores, os quais obedeceram tanto aos períodos de grandes safras do pescado, que atraiu um grande número de pescadores, quanto aos períodos de decadência das pescarias, momento que as vilas deixam de ser um pólo de atração de pescadores de outras regiões. Esse processo está refletido nos dados que compõem o gráfico 01 em que os pescadores de meia idade pouco constituem os pescadores imigrantes das vilas rurais por nos estudadas.

GRÁFICO 01: Percentual de Pescadores Sourenses Distribuídos por Faixa Etária Residentes nas Vilas Céu e Cajuúna.



FONTE: Trabalho de Campo Maio de 2008. Observe que boa parte da população residente nas vilas rurais de pescadores, Céu e Cajuúna com diferentes faixas etárias, são pessoas não sourenses, isto é, pessoas que migraram para estas vilas atraídas pelas oportunidades que os territórios de exploração do pescado lhes proporcionavam.

Além do exposto, é de fundamental importância buscar compreender a natureza dessas migrações, bastante frequentes entre uma região pesqueira e outra na Amazônia Paraense. Na maioria das vezes, essas migrações são testemunhos concretos de um deslocamento que demonstra e representa uma resposta ao contexto de diminuição do pescado nos seus locais de origem, expressão da miséria econômica e a falta de políticas públicas para as áreas rurais Amazônicas, cujas poucas alternativas de sobrevivência, levam esses pescadores a migrarem, buscando suprir suas necessidades de reprodução e manutenção de suas territorialidades por meio das práticas migratórias para outra área pesqueira.

Nesse sentido, dentro do contexto intra-regional o processo migratório dos pescadores amazônicos são práticas e estratégias que tendem a reprodução social dos grupos de pescadores, deslocando-se de uma mesorregião ou de uma vila para a outra.. Esses grupos por meios dos laços de solidariedades e parentesco desenvolvem cooperações de ajuda mútua, a qual ocorre através da prestação de serviços entre parentes, amigos e vizinhos, construindo suas habitações, pescando em parceria, usando muitas vezes os utensílios de pesca ,de maneira coletiva. Essas ações são manifestações, portanto, das características das formas de viver das coletividades das vilas rurais dos pescadores na região.

Segundo informações coletadas em trabalho de campo (em julho de 2008) junto aos pescadores, Cajuúna e Céu foram providenciais para os migrantes da micro-região do salgado devido à fartura do pescado que para capturá-lo não exigia muitos esforços. Isso comprova que as regiões pesqueiras, em parte, “decidem” e fundamentam uma forma de viver e sobreviver das coletividades de pescadores tradicionais fundada na apropriação e delimitação de seus territórios e desejo de reprodução social a partir da atividade pesqueira.

Portanto, as migrações intra-regionais de pescadores, no contexto rural amazônico são formas de relações que se cristalizam a partir da organização da vida e do trabalho social nos territórios tradicionais. Tais territórios ainda estão ligados e presos, na maioria das vezes, a uma economia um tanto quanto fechada, caracterizando toda uma “bagagem” de acervo sócio-cultural dos diferentes grupos migrantes de pescadores que desenvolvem as práticas das pescarias de maneira artesanal.

Nas vilas de pescadores supracitadas, as pescarias são atividades rurais e parte de uma sucessão de tradição que fazem parte das práticas do trabalho familiar, desenvolvida regionalmente desde o período colonial, caracterizando uma relação essencialmente patriarcal, a qual ainda é muito presente nas relações sociais das vilas de Cajuúna e Céu.

Faz-se mister ressaltar também que nas informações coletadas junto aos pescadores em trabalho de campo, verificou-se que as decisões para a mobilidade familiar seguia sempre as orientações dos componentes decisivos do chefe de família (o pai era quem decidia na maioria das vezes), inclusive pensando nas possibilidades e estratégias de subsistência que faziam as migrações tomarem uma direção em busca dos lugares onde as possibilidades se mostrasse mais favoráveis. Portanto, essas migrações de pescadores de uma área de pesca a outra são, na verdade, expressões e desejos dos grupos de continuarem desenvolvendo suas formas de viverem fundadas na tradição da pesca.

Na costa leste da Ilha do Marajó, onde estão localizadas as vilas Céu e Cajuúna, os processos naturais de erosões marinhas são fenômenos constantes com os quais a população historicamente tem convivido principalmente nos períodos de grandes cheia dos rios, que tem provocado uma desterritorialização natural das populações residentes.

A vila Céu não tem sido afetada por esse processo de desterritorialização porque está mais distante da desembocadura do Rio Cajuúna e é uma vila construída e habitada recentemente, mas a vila Cajuúna constantemente é invadida pelas águas que já provocaram desalojamento das famílias cajuunenses, migrações compulsórias e reconstruções de novas moradias mais afastadas da praia (SILVA, 2007, p. 15). Os relatos dos moradores mais velhos de Cajuúna afirmam que a vila de moradia atual é a quarta por eles construída ao longo das sucessivas décadas e a razão para esse processo de desterritorialização e reterritorialização constante é o fenômeno natural de avanço das águas para dentro da ilha.

As últimas grandes enchentes que provocaram desterritorialização foram aquelas da década de 1980, as quais atingiram níveis consideráveis na região costeira da ilha de Soure, tendo a localidade grande parte de suas habitações tomadas pelas águas de março que são as maiores do período invernal, fato que provocou o desalojamento das famílias.

Na situação de desabrigados, os pescadores buscaram soluções para suas questões organizando um movimento reivindicatório e coletando assinaturas dos moradores, as quais foram encaminhadas ao governador do Estado, naquele período, Alacid Nunes. Os pescadores solicitaram providências cabíveis ao problema que estavam enfrentando. O Estado aceitando as reivindicações, em parceria com a prefeitura local, desapropriou uma faixa de terra do patrimônio da união à direita da antiga localidade destruída, liberou recursos em forma de ajuda aos moradores, desabrigados para construção de novas casas, e assim foi erguida, paulatinamente, uma nova vila reterritorializando novamente os pescadores cajuunenses.

As cheias que ocorreram nos últimos anos não têm provocado desalojamento dos moradores locais. Porém, as fortes enchentes do mês de março fazem as águas do igarapé

Tabocas transbordar e algumas habitações da localidade Cajuúna ficam ameaçadas de invasão pelas águas, principalmente aquelas construídas com assoalhos mais baixos.

FIGURA 02: Habitação Típica das Famílias Locais de Pescadores nas Vilas Estudadas.



Fonte: Eneias Guedes/Trabalho de campo – julho 2008. Observando a paisagem da vila Cajuúna, é possível perceber que as casas de madeira (nas vilas estudadas, com exceção das igrejas, todas as habitações são de madeira) são construídas a certa distância do solo devido às periódicas enchentes que ocorrem no período chuvoso. Esta estratégia tem como objetivo impedir que as grandes cheias dos meses chuvosos provoquem o desalojamento dos moradores locais.

Destacamos ainda a importância da água da chuva e sua influência na vida dessa população praiana. A água é aproveitada pelos pescadores para ser utilizada no preparo do alimento, no banho e para bebida na vila Cajuúna por não haver nessa localidade água potável e os moradores não poderem contar com a água que lhes cerca em função da concentração de sal nela presente.

Os moradores e os pescadores que vêm pescar nas proximidades de Cajuúna, fora do período chuvoso fazem uso da água de poços, a qual apresenta uma grande concentração de ferro o que lhe dá uma cor amarelada e um sabor ferroso e causa problemas para a saúde dos que dela fazem uso. Essa problemática da água constitui um dos grandes desafios aos

moradores da vila de Cajuúna, uma vez que este líquido é um bem precioso para a vida, mas até agora os pescadores dessa vila não encontraram uma possível solução para tal problemática.

FIGURA 03: Poço Usado Pelos Moradores de Cajuúna para Retirar Água.



Fonte: Eneias Guedes/trabalho de campo maio de 2008. Jovens e adolescentes fazendo uso da água do poço para tomar banho na localidade de Cajuúna. Os pescadores reclamam constantemente pela má qualidade da água que dispõe em função da grande concentração de ferro, mesmo assim, não tendo outra opção é esta água que os moradores locais fazem uso para maioria de suas necessidades diárias.

Os moradores da vila Céu não sofrem tanto com o problema da água como em Cajuúna, pois os moradores estão localizados mais afastados da praia e, segundo os próprios moradores, isso faz a água apresentar melhor qualidade, sem muita concentração de ferro. Os moradores da vila Céu também utilizam poços para captar água que apresenta um nível estável durante o ano todo, sendo usado também pelos moradores da vila Cajuúna que se deslocam todos os dias nos período de estiagem, pois além dos seus poços apresentarem má qualidade da água, quando diminui o ritmo das chuvas os poços secam, dificultando ainda mais a vida dessas coletividades.

É necessário ressaltar que nessas vilas de pescadores são desenvolvidos alguns serviços públicos prestado aos moradores locais pelo poder municipal. Por isso, hoje os moradores podem contar com posto de saúde, uma escola de ensino fundamental e duas vezes por semana, nos períodos de estiagem, um carro pipa faz a distribuição de água para as famílias dos pescadores locais. Todavia, os pescadores reclamam da qualidade dos serviços

prestados e a falta de outros serviços que o poder local deixa de prestar por meio de políticas públicas que pudesse de fato dar fomento ao desenvolvimento da principal atividade das localidades, a pesca.

A criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEX SOURE), pelo Decreto de 22 de novembro de 2001 no Município de Soure, trouxe aos pescadores das vilas, aqui estudadas, novas possibilidades de construção de projetos voltados para promoção e fortalecimento dos seus gêneros de vida, haja vista, o Estado ao criar essas áreas protegidas por uma legislação, apresenta um conjunto de ações a serem implementadas localmente, levando em consideração a tradição das populações que vivem nessas áreas, privilegiando, de certa maneira, as vilas Céu e Cajuúna, pois estão localizadas dentro da RESEX.

Essa reserva abrange uma área de 27.463 hectares e tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. A área da reserva apresenta vegetação típica de manguezal, com predomínio de mangueiro, siriúba e tinteira. A RESEX, segundo a visão do Estado, compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, porque o uso dos recursos naturais de modo sustentável (extrativismo do peixe e a coleta de caranguejo) constitui uma base para o bem estar das coletividades locais. Além disso, sua participação no processo de gestão ambiental é imprescindível, em função dos conhecimentos que as populações tradicionais têm sobre o ecossistema que vive, bem como as possibilidades e oportunidades de continuidade das tradicionais atividades econômicas e de subsistência, que são condições *sine qua non* para a preservação de sua identidade territorial e cultural.

A Reserva Extrativista Marinha de Soure foi objeto, portanto, resultado da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA/SR(01)Belém-PA. Esse órgão, por meio de estudo, teve reconhecimento de Famílias Tradicionais de Reserva Extrativista (FTREX). Nesse sentido, por meio de Crédito de Reforma Agrária (CRA), desenvolveu um programa de construção de habitação popular, o qual atendeu aproximadamente 85% das famílias como parte das políticas públicas de inclusão social.

Além disso, 20% dos pescadores dessas vilas receberam do Estado alguns instrumentos para desenvolver suas pescarias e redes de pesca, como parte das políticas de inclusão social promovida após a criação de RESEX. Contudo, até o momento, ainda não houve uma política voltada para a melhoria das atividades pesqueiras já desenvolvidas pelas famílias locais, mas segundo os moradores, o fato desses trabalhadores já poderem contar com o programa de habitação popular já foi um avanço no sentido de buscar outras possíveis melhorias para os pescadores das vilas.

3.2 TERRITÓRIO E TRADIÇÃO PESQUEIRA NAS VILAS DE PESCADORES CÉU E CAJUÚA

Os pescadores das vilas Céu e Cajuúna desenvolvem suas atividades da pesca de várias maneiras, que são denominadas por eles de tipos de pescarias. Todavia, os tipos de pescarias e os instrumentos de pesca são variados, dependendo da época do ano e do tipo de pescado. Além disso, ao longo do contexto histórico a pesca vem se metamorfoseando em função das mudanças estruturais que vem passando, principalmente, a partir da introdução na região da pesca na sua forma industrial.

A pesca industrial pois veio “chegando” à região com tamanha intensidade que tem abalado e, de certa forma, “corroído” as tradicionais maneiras de captura do pescado nos contextos locais.

Para melhor compreensão dos diferentes tipos de pescarias, tomaremos como ponto de partida o relato de um pescador aposentado de 73 anos de idade:

A pesca por aqui já foi muito boa, não precisava a gente ir muito longe pra pegar uma quantidade de peixe. Quando eu me entendi a pescaria era de espilhel, curral, tarrafa também já existia naquela época, mas tudo era farto não precisava o pescador ir para longe pra pegar uma porção de peixe. As lanchas encostavam não demorava muito tempo os pescadores chegavam com as montarias muitas da vez refugando de tanto peixe, aquilo sim era fartura. Agora não a pesca mudou muito, tanto a pesca quanto o peixe que agora tá mais sabido e não se pega mais como antes, mas ainda tem muito peixe só que agora tão mais sabido (Entrevista concedida pelo Sr. Antonio Gama pescador aposentado de 73 anos de idade).

A fala desse pescador introduz uma reflexão para o entendimento, desenvolvimento e o processo de mudança da pesca, a qual vem sofrendo ao longo do tempo histórico. Todavia, a mudança não ocorre de forma brusca, destruindo por completo as tradicionais maneiras de sociabilidade entre as coletividades de pescadores nem tão pouco altera, definitivamente, as formas de relações entre a sociedade local e a natureza. Mas, ao contrário as formas tradicionais da pesca ainda prevalecem como resistência e manutenção de uma identidade coletiva, construída ao longo do processo de apropriação do território e produção de seus espaços de vivência e reprodução.

Segundo informações levantadas em campo, o desenvolvimento da pesca nessas localidades, até a década de oitenta, era realizada por meio de currais construídos na beira da praia e cacuris levantados às margens dos igarapés. Além desses instrumentos, havia também

o uso de outras armadilhas como tarrafas, anzóis e redes, os quais eram fabricados com linhas de algodão de números 06 a 09. Esses instrumentos eram utilizados para capturar peixes em ambientes como os rios, os igarapés e a baía e/ou o costeiro, usando embarcações à vela ou a remo, levando em consideração as pescarias, a safra do pescado e a época do ano.

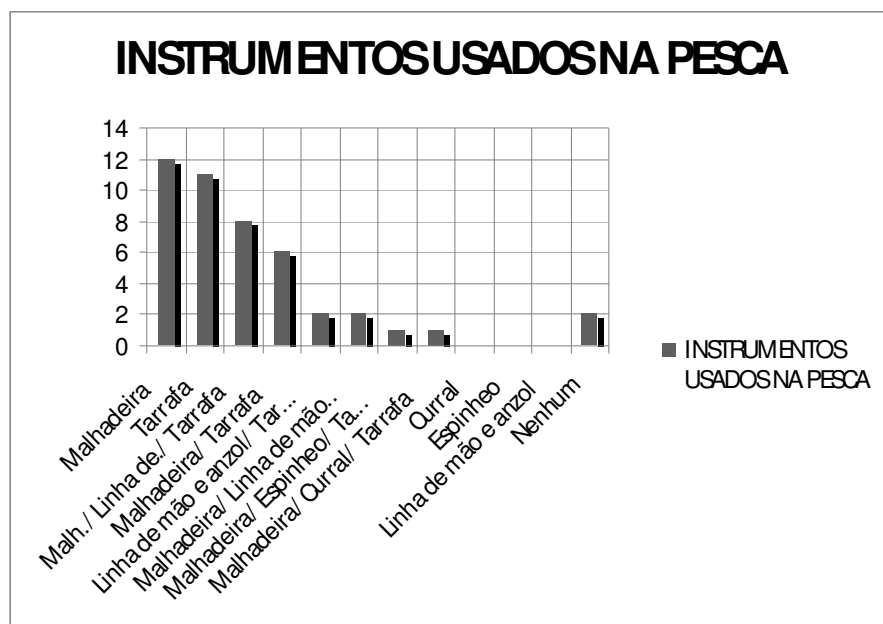
Muitos pescadores de outras localidades e cidades sentiam-se atraídos e migravam para praticar a pesca nos territórios dos pescadores cajuunenses e ceuenses nos períodos da fartura do pescado, principalmente na “safra” da tainha. Esses migrantes construíam pequenas cabanas para lhes servirem como moradia. As cabanas eram construídas na beira da praia, onde os pescadores acabaram permanecendo. A localização da moradia facilitava o trabalho da pesca, e continuavam habitando naqueles espaços por tempo indeterminado só retornando aos seus locais de origem quando terminava a boa “safra” do peixe ou quando já tivessem juntado um pouco de dinheiro. Todavia, muitos pescadores retornavam apenas para buscar sua família e seus pertences, fixando de vez suas moradias em Cajuúna ou em Céu. Esse processo trouxe a essas vilas maior dinamismo, em função do aumento da população residente e produção do pescado.

Ainda contemporaneamente, a pesca é desenvolvida pelos pescadores das vilas na sua forma artesanal, porém não como se pescava no passado. O novo tempo exige dos pescadores cajuunenses e ceuenses novas formas de adequação das pescarias, fazendo-os utilizarem diferentes tipos de instrumentos de pesca e embarcações que sejam capazes de garantir a captura do pescado.

Para tanto, são usados vários tipos de malhadeiras¹⁸ (serreira, caçoeira, tainheira, pratinheira, etc.) e diferentemente da pesca na forma industrial, todos os peixes capturados são aprovados para o comércio ou para o consumo próprio, sem que haja prejuízos ictiológicos para a fauna ou para o pescador artesanal que vive dessa atividade.

¹⁸ Redes de tipos diferentes que são usadas de acordo com os tipos de pescado a ser capturado, levando em consideração o tamanho milimétrico da manha.

GRÁFICO 02: Os Diferentes Instrumentos de Pesca Usados pelos Pescadores Locais em seus Territórios.



Fonte: Trabalho de Campo Agosto de 2008.

O gráfico 02 demonstra os instrumentos de pesca utilizados mais intensamente pelos pescadores tradicionais das vilas estudadas. Vê-se que muitos pescadores fazem uso apenas de um instrumento de pesca, como por exemplo, a tarrafa ou as malhadeiras. No entanto, outros usam mais de um instrumento de pesca. Esse processo ocorre porque muitas vezes a época do ano e o regime hídrico, isto é, a própria dinâmica da natureza faz o pescador optar pelo uso de um ou outro instrumento. Soma-se a isso, a condição econômica de cada pescador que também é diferente, dificultando a compra de instrumentos variados para realizar a pescaria.

O gráfico 02 também demonstra alguns instrumentos que estão, praticamente, em desuso, como é o caso do curral, do espinhel, da linha de mão e do anzol. Esses instrumentos não aparecem em destaque no gráfico, porque, no atual contexto, eles são poucos usados pelos pescadores, uma vez que tais instrumentos não possibilitam muito êxito nas pescarias.

Essa realidade ocorre porque a dinâmica da natureza, dentro do contexto das localidades estudadas, ainda dita as regras e os instrumentos a serem utilizados na atividade pesqueira dos pescadores tradicionais. Esse processo ocorre de duas maneiras: pela época das estações do ano e pelo regime das águas. Os instrumentos de pesca usados na captura do pescado diferem-se muito durante as épocas do ano, em função do tipo de pescado que exige

do pescador instrumentos específicos para cada pescaria e nas variadas safras. Além disso, o regime das águas determina as safras de peixes que estão mais ou menos acessíveis nos períodos de aumento ou diminuição do volume hídrico.

No período do verão, o pescador faz uso principalmente do curral, da tarrafa, da rede e do anzol. O curral (hoje de pouco uso) é usado como armadilha fixa nas entradas dos igarapés ou rios e depende quase que exclusivamente das águas das marés. Por outro lado, a tarrafa (ainda um instrumento muito utilizado na captura do pescado) é usada tanto na baixa quanto na alta maré nas proximidades das praias para onde convergem cardumes, principalmente de pratinzeira e outros peixes menores para serem usados como “isca” na captura de outros peixes. A rede e o anzol, nessa época do ano, são instrumentos utilizados nas pescarias para “fora”,¹⁹ nas pescarias de peixes de maior porte como gurijuba, pescada amarela, xaréu, uritinga, bandeirado, coro entre outros.

No passado, o anzol era muito utilizado em forma de espinhel (hoje já está praticamente em desuso pelos pescadores locais). Atualmente, é usado com mais frequência o anzol estrovado²⁰ em linha de mão com aproximadamente cinquenta braças²¹, possuindo em sua extremidade um anzol iscado com pedaço de peixe para atrair o pescado. A pescaria de linha de mão, dependendo do movimento das marés (vazante ou enchente), é feita de duas maneiras: a “corseação” e o “afundamento”. A primeira é assim denominada pelos pescadores cajuunenses e ceuenses em função do movimento que as embarcações fazem com o “banzeiro” da água, pois a vela fica suspensa em forma de triângulo, isto é, os pescadores pescam de acordo com o movimento que fazem as embarcações com a força das águas, sendo a linha arrastada através do seguimento que as montarias fazem. A segunda, o “afundamento”, arria-se a vela, e a montaria²² fica ancorado, possibilitando o desenvolvimento da pesca o tempo todo em um ponto fixo.

A pescaria com anzol exige que o pescador previna-se com iscas, desenvolvendo uma pré-pescaria com o objetivo de pegar alguns peixes para ser usado na pesca principal. Para tanto, na pré-pescaria os pescadores capturam o mapará, a sardinha, a pratinzeira e o boto, os

¹⁹ “Fora” são aquelas áreas aquáticas usadas pelos pescadores na atividade da pesca bem afastadas da praia onde não mais é possível avistar vegetação ou terra firme, mas somente água.

²⁰ Para dá maior resistência a linha de mão, nas proximidades do anzol encapa-se com nylon à linha principal evitando desta forma que uma possível mordida do peixe arrebe a linha próxima ao anzol provocando perda dos instrumentos de pesca.

²¹ É uma medida de comprimento usada com muita frequência pelos pescadores artesanais que corresponde aproximadamente a dois metros e vinte centímetros de comprimento.

²² Pequena embarcação feita de madeira sem uso de técnicas avançadas. Estas são muito utilizadas por pescadores locais nos processos de realização das pescarias nas proximidades da praia ou nos pequenos córregos e igarapés.

quais são chamados peixes de comida, por servirem de iscas para captura dos peixes maiores. Todavia para o boto e o mapará tornarem-se boas iscas é preciso deixá-los em locais fora da casa e em contato com sereno da noite, pois assim, a isca apresenta um estado de putrefação e um odor forte, contribuindo para que os peixes sejam atraídos e capturados em maiores quantidades, como afirma o pescador Juvêncio Monteiro Ferreira Neto de 55 anos de idade e 44 anos de profissão:

De todas as iscas que eu já pesquei a melhor é o boto, quando ela está apurada mesmo depois de dois dias em diante ela recente e o peixe pode está longe, mas ele vem pra cumidia e ai fica mais fácil pegar, outros tipos de iscas eu também já usei pra pesca, mas sempre pesquei mais com linha de mão com a isca de boto, pra mim não tem minhor [sic] (Entrevista concedida por Juvêncio Monteiro Ferreira Neto, 55 anos).

Nota-se que o desenvolvimento das pescarias nas referidas localidades exige dos pescadores de tradição um conjunto de habilidades, para que a pescaria seja executada com êxito. Tais habilidades constituem o conjunto de técnicas que garantem a relação do pescador com a natureza, durante a realização do trabalho. Esse conjunto de técnicas e habilidades que os pescadores reúnem pode ser identificado como o gênero de vida desses trabalhadores. Dessa forma, há a construção da tradição da atividade pesqueira e da dependência dos grupos que vivem em coletividade, reunindo técnica e tradição mediante as quais os pescadores buscam assegurar o domínio da natureza como base para sua existência material e espiritual.

Os conhecimentos empíricos dos pescadores cajuunenses e ceuenses e os que eles adquiriram através da relação com a dinâmica da natureza e seus fenômenos é um instrumento indispensável para a prática da pescaria. Os pescadores usam esses conhecimentos para saber quando a maré está boa ou não para o sucesso da pescaria. Exemplos a serem ressaltados é saber se as águas do período escuro são melhores que aquelas do período claro; ou ainda, se com dia ensolarado o peixe encontra-se mais ou menos próximo do litoral (beira); ou, se nessas condições os cardumes estão fora das águas mais profundas. Esses princípios ligados à experiência construída e obtidos ao longo do tempo transformam os pescadores nos maiores conhecedores das práticas pesqueiras e dos territórios aquáticos, onde estão localizados os pescados em função da convivência com as águas e o manejo das suas técnicas de pescarias.

Os pescadores das áreas pesquisadas não têm um horário definido para saída ou chegada do trabalho da pesca, isso porque não dá para pensar na sua prática diária desvincilhada da dinâmica da natureza (enchente, vazante e vento), uma vez que boas partes dos pescadores usam pequenas embarcações que não lhes dão grande poder diante da

natureza. Muitas vezes, o pescador faz previsões do horário de saída ou chegada e acaba tudo acontecendo dentro do planejado, mas em outros momentos suas especulações não são bem sucedidas, deixando de executar os planos de pescaria..

Para melhor entendimento, tomaremos como exemplo a dinâmica dos ventos. Quando coincide o trabalho do pescador com a escassez do vento no horário de saída ou de retorno da pescaria ou dela retornar, o pescador necessariamente tem que utilizar o remo de faia para auxiliá-lo no destino previsto, muitas vezes fazendo percurso que duram dez ou doze horas para chegarem à suas localidades. Em contraposição, quando a quantidade e o volume de vento são intensos o tempo para deslocamento é menor. Não obstante, ocorrem algumas vezes prejuízos aos pescadores, uma vez que o vento em excesso impede e/ou dificulta a pescaria, em virtude do constante movimento das águas, retardando a chegada do pescador ao seu território de pesca e o seu retorno para sua morada e convívio familiar.

FIGURA 04: Canoa a Vela



FIGURA 05: Canoa a Remo



FIGURA 06: Barco Motorizado



Fonte: Eneias Guedes/Trabalho de Campo – Julho 2008. Nas fotos (as figuras 04, 05 e 06) em destaque estão presentes os três principais tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores Cajuunenses e Ceuenses nas suas práticas de pescaria. Canoa a vela, Canoa a remo e canoas motorizadas respectivamente.

Buscamos compreender melhor a prática das pescarias, exemplificando e descrevendo os três modos mais usuais das pescas com redes, realizadas pelos pescadores das localidades em estudo: a pescaria de zangaria, a pescaria de rabiola e a pescaria nas pedras.

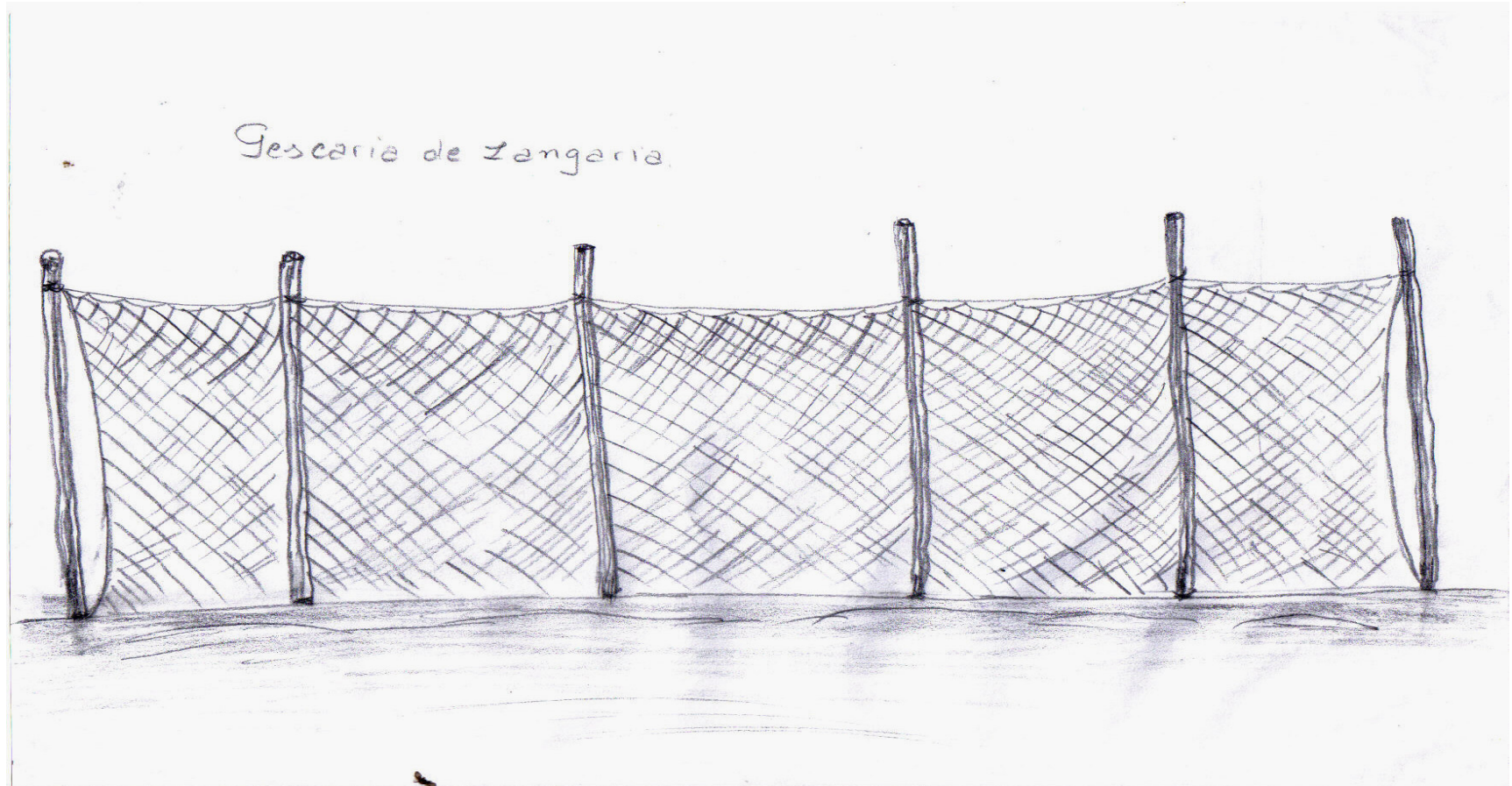
As pescarias de zangaria (figura - 07), também conhecidas como pescarias de rede na vara, são desenvolvidas nas praias no período de grande safra da tainha, geralmente, entre os meses de maio a agosto. Os pescadores delimitam seus territórios, fincando nas praias de “baixos”²³ várias estacas na época de estiagem e águas de baixo volume, com o objetivo de usá-las no período de safra do pescado. Essa modalidade de pesca é realizada obedecendo ao curso das marés, os pescadores no momento da maré baixa estendem as redes, as quais são presas nas estacas de modo que fiquem bem firmes e não desprendam com a força das águas. Após esse processo, os pescadores esperam a enchente da maré. Com o grande volume de água, as praias ficam submersas, invadindo também o ecossistema de mangue. Assim, os cardumes entram nos “baixos” e ficam malhados nas redes que estão à espera dos cardumes.

Quando a maré dá sinal de vazante, os pescadores precisam mostrar habilidade para despescar com rapidez as redes, pois nesse momento surge um conjunto de pássaros (gaviões, garças, urubus, e outros), competindo com os pescadores os peixes que se encontram presos nas malhas das redes. Na maioria das vezes, os pescadores retiram as redes das estacas sem, contudo, realizar a despesca em função da grande quantidade de pássaros. Nesses casos, a despesca só é realizada na praia próxima à vila de Cajuúna, local que os pássaros não se aproximam. Porém, um dos grandes problemas desse tipo de pescaria diz respeito à conservação do pescado, uma vez que o peixe capturado na pescaria de zangaria estraga em um espaço de tempo muito curto. Esse rápido processo de deterioração do pescado ocorre devido à força da água que fica batendo o peixe de um lado para outro, deixando sua carne moída com pouca resistência para conservar por um longo período de tempo, comprometendo dessa forma, sua vida útil. Assim sendo, o pescador precisa despescar a rede em um tempo que não comprometa a vida útil do peixe para conservação in natura.

Portanto, quando os pescadores realizam esse tipo de pescaria buscam antes prevenir-se, levando consigo gelo e caixas térmicas para melhor garantir a conservação do peixe até os locais de comercialização do pescado. Contudo, os pescadores reclamam que tal processo deixa cada vez menos possibilidades de margem de lucros para o pequeno pescador artesanal que, na maioria das vezes compra o gelo para conservar o pescado a prazo, portanto, com um valor acima dos custos de compra à vista.

²³ São as áreas de relevo mais acidentadas, isto é, nesses locais nos períodos de cheias o volume hídrico é maior, se comparado à outras áreas próximas, pois o acidente geográfico estabelecido pela dinâmica da natureza tornou essa área mais íngreme, acumulando um maior volume de água, fato que possibilita a piscosidade desses ambientes e o desenvolvimento das práticas das pescarias.

FIGURA 07: Pescaria de Zangaria praticada no período que o peixe está na “beira”.



FONTE: Desenho produzido pelo pescador Lúcio José Oliveira Nascimento, durante a realização do trabalho de campo, em novembro de 2008. Observe que a rede fica presa às estacas, com as linhas e malhas bem esticadas para impedir de maneira que não possibilite que a força das águas carreguem-nas. Contudo, a força das águas compromete a vida útil do peixe e sua conservação in natura, daí toda uma preocupação dos pescadores no sentido de conservar o pescado em caixas térmicas e gelo.

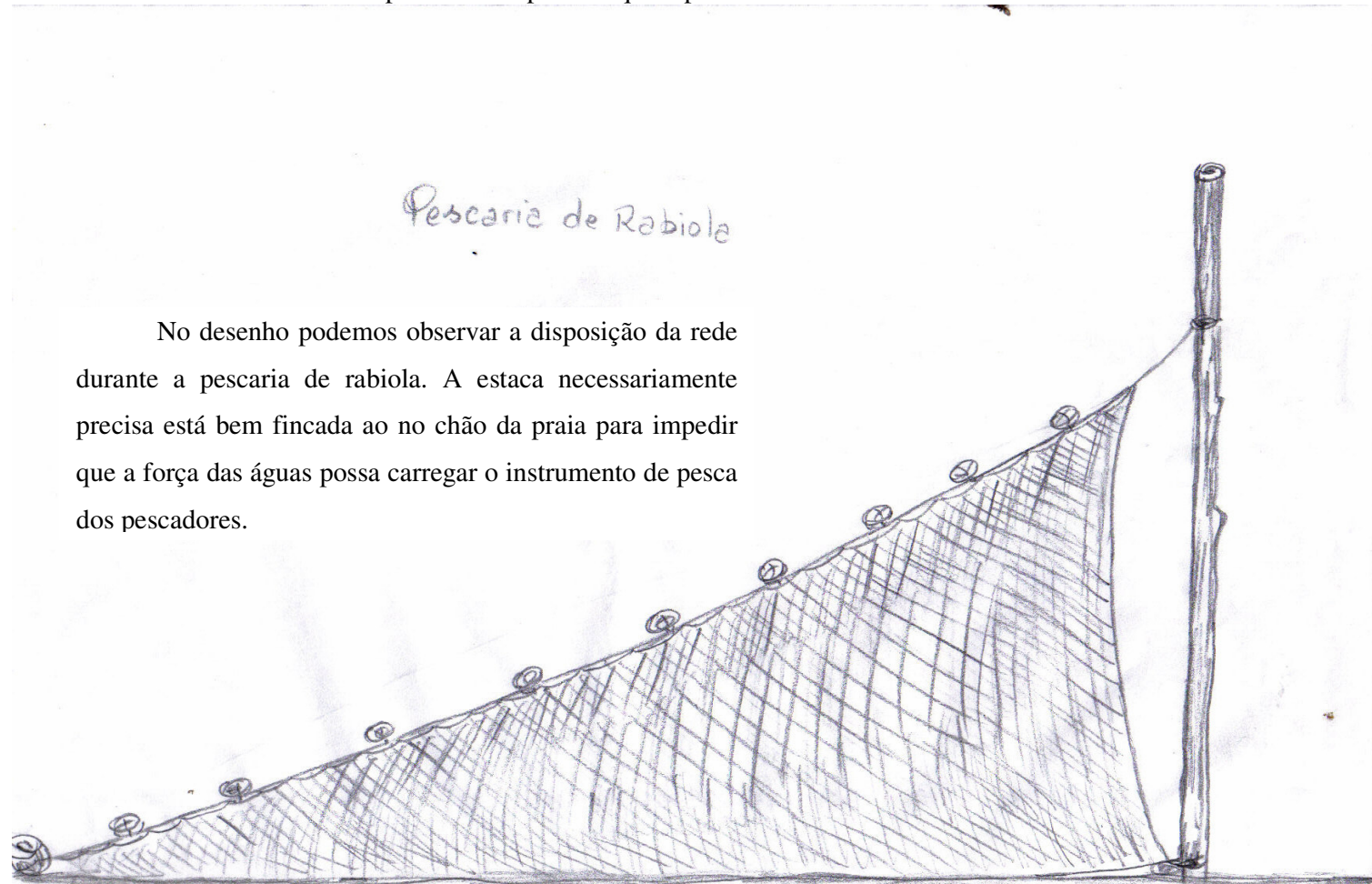
A pescaria de rabiola (figura - 08) assemelha-se com a pesca de zangaria, pois são igualmente atividades pesqueiras praticadas na beira, isto é, nas praias, nas proximidades do mangue ou como fala o pescador Wagner Santos Silva de 36 anos de idade:

A pescaria de zangaria e de rabiola é quando o peixe ta na beira, entre o mês de maio a julho às vezes até agosto, bem diferente da pesca pra fora. Nessa época do peixe na beira quando o pescador acerta num baixo onde o peixe passa ai a pescaria dá boa não tem dificuldade pra pegar quinhentos ou seiscentos quilos de peixe, principalmente na safra da tainha. (fonte: trabalho de campo julho de 2008).

Essas modalidades são praticadas pelos pescadores das duas localidades devido à relativa facilidade para capturar o pescado, que neste período está agrupado em grandes cardumes, convergindo para beira das praias com as águas das marés. Porém, como demonstrado no depoimento acima, essa pescaria não é praticada toda época do ano. Logo, é possível afirmar que essa pescaria não é permanente e sim de safra.

Na pesca de rabiola os instrumentos de pesca são dispostos à espera do pescado antes que a maré dê sinal de enchente, ficando a rede em uma das extremidades e presa de cima a baixo por uma estaca. Na outra extremidade, do lado da chumbada, coloca-se um peso para que a rede fique esticada para cercar a maior quantidade de área possível. Já na parte de cima da rede são colocadas as “bóias”, geralmente, feitas de isopor para evitar que a rede fique com as malhas entrelaçadas ou enroladas, bem como para permitir a visualização do instrumento de pesca do pescador. Assim dispostas, as redes ficam agitadas pela força das águas de maré, esperando os cardumes e parecendo uma rabiola de papel lançada para atmosfera e movida pelo vento, daí deriva o nome pescaria de rabiola. Esse tipo de pescaria é praticado por um grande número de pescadores das localidades de Cajuúna e Céu, garantindo aos pescadores, no período das safras, grande produtividade. Essa modalidade de pesca também é responsável por atrair outros pescadores, que vem da cidade de Soure e lugares próximos atraídos pela boa safra do pescado. Todavia, a presença dos pescadores de “fora” resulta, muitas vezes, em conflitos, pois os pescadores locais reivindicam o uso exclusivo dos seus territórios de exploração, os quais algumas vezes são “invadidos” por pescadores não locais que buscam apropriar-se também desses territórios ricos em pescados, fato que provoca desentendimentos entre grupos de pescadores diferentes.

FIGURA 08: Pescaria de Rabiola praticada no período que o peixe está na “beira”.



FONTE: Desenho produzido pelo pescador Lúcio José Oliveira Nascimento (novembro de 2008).

As pescarias na pedra ou pescarias de redes nas pedras são praticadas distante das praias, por isso é denominada pelos pescadores de pescaria para “fora”, isto é, fora da beira dos mangues ou fora das pontas de matos como é denominada pelos pescadores. Essas pescarias são realizadas geralmente dos meses de setembro até dezembro, quando os volumes das águas diminuem na costa do Marajó, tornando-as com um teor de concentração de sal maior e reunindo algumas espécies que ficam na “babuja da água”.

Segundo relato dos pescadores, no verão a produção é maior em função da maior facilidade de captura do pescado, além disso, os peixes que são capturados nesse período são mais valorizados. No inverno, há maior escassez de peixe de maior valor, fato que contribui para a diminuição da produção e aumento da jornada de trabalho dos pescadores como afirma o pescador de 61 anos de idade:

O período do verão é melhor, primeiro porque o tipo do peixe do verão é mais valorizado e no verão é mais fácil pegar graúdo que no inverno, porque o peixe que vem do sal fica na babuja; o bagre, a gurijuba, pescada amarela, tainha, dourada, cangatá, bandeirado. Já no inverno fica o peixe de água doce; sarda, piaba..., mas no furo nós pega os peixes que a gente chama de lago a traíra, o tamuatá dá muito no inverno, mapará e estes peixes, quer dizer são mais baratos.²⁴

A constatação pelos pescadores que há tempos melhores e piores para a pesca em função de fatores naturais (o regimes das águas) resulta numa grande mobilidade dos territórios dos pescadores, bem como a mobilidade de seus limites territoriais, os quais são definidos no meio aquático, ficando mais tênue e, portanto, podem ser definidos como territórios móveis. No entanto, esses limites são muito bem definidos mentalmente pelas coletividades de pescadores que agem no espaço, visando aumentar o nível de seus rendimentos.

Nesse sentido, os pescadores acabam recorrendo à outras modalidades da pesca, quando acreditam que uma determinada modalidade está sendo mais favorecida que as demais, devido as circunstâncias de mudanças no regime das águas, seja mudando os territórios de exploração do pescado, seja mudando os aparelhos de pesca.

As espécies de peixe maiores e mais rentáveis economicamente acompanham as dinâmicas das águas salgadas. Em época de inverno aumenta o volume da água doce, devido a chuva, fazendo este tipo de pescado deslocar-se para as águas mais distantes da costa de

²⁴ Entrevista concedida pelo pescador da localidade do Céu, senhor Francisco Gama do Nascimento em julho de 2006.

Soure, dificultando a captura de algumas espécies nesses territórios apropriados pelas coletividades cajuunenses e ceuenses. Porém, é nesse período que aumenta a pesca nos rios, nos quais são capturados espécies de menor valor comercial.

Os pescadores locais afirmam que é um fenômeno natural o nível das águas diminuírem no verão, trazendo para a costa de Soure grande quantidade de peixe da água salgada. É nesse período que a água está com uma concentração de sal maior, possibilitando a migração de retorno, tanto das espécies quanto do pescador que volta a pescar com mais intensidade na água salobra denominada pelo pescador de “babuja”, que se caracteriza pela mistura das águas oceânicas e dos rios, alterando o teor de salinidade da mesma.

Durante esse período a pescaria de rede na pedra desenvolve-se com malhadeiras feitas de plásticos com maior resistência. As malhadeiras são colocadas nos territórios aquáticos antes que a maré fique cheia à espera dos cardumes, que ficam no meio das pedras quando ocorre a enchente da maré. Nessa pescaria, a rede de pesca é disposta de acordo com o fluxo da água, ficando presa em baixo nas pedras que são amarradas na parte da chumbada e em cima as bóias de isopor estão para garantir a permanência da rede em suspensão e sua flutuação. Dessa maneira, a rede fica bem espichada resistindo à força da água e pronta para realizar a captura (ver figura - 09).

Nessa modalidade de pesca nas pedras realizadas “fora”, o pescador precisa reunir muita habilidade para praticá-la, pois é necessário que a rede fique bem espichada e bem presa nas pedras, dificultando o processo de retirada para despesca; haja vista, o uso excessivo da força pode rasgar a rede, comprometendo tanto o instrumento de pesca quanto a perda dos peixes que estão malhados.

Além da pescaria nas pedras, nessa época do ano os pescadores cajuunenses e ceuenses desenvolvem a pesca de “bubuia”. Modalidade na qual o pescador fica de “bubuia” na água (flutuando em sua embarcação) da maré cheia, observando a movimentação dos possíveis cardumes que podem passar em determinadas áreas aquáticas.

Vale ressaltar que na “bubuia” os pescadores das localidades Céu e Cajuúna não contam com nenhum instrumento técnico de precisão para localizar os cardumes, como ocorre na pesca empresarial/industrial que os pescadores nos barcos de grande porte dispõem de todo um aparato tecnológico que os potencializam no processo de navegabilidade, procissão na localização dos cardumes e desenvolvimento das pescarias. Esses pescadores locais são profissionais da pesca artesanal e seus instrumentos de pesca não lhes dão um grande domínio sobre a natureza. Portanto, nesse processo de localização dos cardumes, os pescadores contam

com os órgãos dos sentidos e toda sua experiências adquirida ao longo de sua trajetória, enquanto profissionais da pesca. Fato observado na fala do pescador cajuunense de 36 anos de idade e 22 anos de profissão.

A pescaria de “bubuia”, nos aqui do Cajuúna e o pessoal dali de Céu igualmente, só faz no verão quando o peixe ta fora. O pescador já sabe mais ou menos o rumo onde o peixe fica nesta época do ano e sai daqui da beira rumando as pontas de mato até chegar à mediação onde gente pesca. Daí o pescador fica olhando as mudanças da água de acordo com a enchente da maré, quando a água começa mudar de cor fica assim meia embarroada, o cheiro dela também muda, que não é o cheiro da água mesmo, mas das fezes mesmo do peixe. Ai a gente diz “cagou aqui”, é a linguagem mesmo do pescador, quer dizer a gente já sabe que o peixe ta ali e não é pouco que chega a água ficar da cor do tijuco, daí é só o trabalho de o mais rápido possível esticar as redes que quando o pescador acerta mesmo chega pegar 400 quilos 500 quilos de peixe na água de uma maré. Já teve ocasião do pescador ta em canoa pequena a vela ou mesmo remo e a embarcação refugar de tanto peixe. Fonte: trabalho de campo em julho de 2008. (Entrevista concedida pelo pescador Mauro Nascimento morador da localidade Cajuúna).

Observa-se na fala acima exposta que os pescadores artesanais das localidades estudadas reúnem um conjunto de técnicas para localizar os cardumes e, assim, obterem êxito na realização da pescaria. Uma vez detectado o cardume, os pescadores agilizam sua atividade, espichando as redes de modo a cercar maior extensão de área possível de passagem do pescado, a fim de realizar a captura dos cardumes.

Esse conjunto de técnicas faz parte do complexo sócio-cultural dos pescadores e é o gênero de vida dessas coletividades. Pode-se dizer que tal conjunto não encerra somente os elementos da vida material dos instrumentos técnicos, mas também suas relações com o espiritual. Portanto, uma série de características é construída e singularizam os pescadores locais com suas técnicas e padrões culturais condizentes com seus territórios, os quais são necessários á incorporação dos recursos naturais pesqueiros, formando e dando identidade aos pescadores. Assim sendo, entendemos que o gênero de vida dessas coletividades encerra o meio em que vivem e as formas de produção e reprodução de suas vidas materiais e espirituais. Dessa forma, esse meio é caracterizado por um conjunto de estratégias de sobrevivência do grupo.

FIGURA 09: Pescaria na pedra praticada no período que o peixe está “fora”.



Fonte: desenho produzido pelo pescador Lúcio José Oliveira Nascimento (novembro de 2008). No desenho acima é possível observar a disposição da rede ficando presa em suas extremidades de modo que a força da água não seja capaz de desprendê-las provocando assim o fracasso da pescaria.

3.3 REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO.

O trabalho e sua forma de organização nas práticas das pescarias em Cajuúna e Céu é um elemento importante para a compreensão dos territórios dos pescadores e a organização social dessas coletividades locais. Isto porque a mesma obedece não somente à ordem da tradição e ao respeito pelos companheiros de trabalho, mas também pela sociabilidade existente intra-grupo, bem como esta é uma forma de resistência dos trabalhadores da pesca contra a expansão do grande capital para os territórios rurais no contexto da Amazônia paraense. Essas formas de sociabilidade estão presentes nas suas práticas do cotidiano materializadas na divisão do fruto do trabalho, nos hábitos de realizações das refeições, nas relações políticas, nas convicções e nas crenças.

Não obstante, diferentemente dos operários, cujo vetor de exploração materializa-se diretamente nos capitalistas para os quais vendem sua força de trabalho, no caso dos pescadores estes têm clareza que em última instância, é o Estado quem dá o tom da assimetria nas trocas que os envolvem, na medida em que se alia, ou pelo menos não cerceia as práticas lesivas empreendidas pela classe hegemônica da pesca industrial, mas ao contrário contribui para exploração se tornar cada vez mais aguda como comprovado no depoimento do pescador que segue:

Nos pescadores somos trabalhadores da água nos orgulhamos disso e sabemos da importância do nosso serviço porque tiramos nosso sustento e de outros, tudo da pesca, sendo honesto. Agora muita gente que o governo põe para trabalhar só está pra defender os poderosos e não são honestos. Fiscaliza só o pequeno, o grande que dinheiro empresta do governo, se ele não pagar o que emprestou ele diz que não deu certo e nada acontece ele é poderoso mesmo. Não tá nem aí pra quem trabalha e depende dessa atividade e é isso que eu não entendo! O governo deixa de aplicar o dinheiro num pescador que vai trabalhar com garantia de retorno na pesca, que somos nós pequeno, pra perder tudo dando dinheiro pra quem já tá rico? Quanto dinheiro, que não tem ele perde, quando ele deveria pensar naquele que produz o que comer? (entrevista realizada no trabalho de campo em Julho de 2009 com o senhor Pedro Gonzaga dos Santos pescador de 54 anos de idade).

Nesse depoimento é possível identificar a parcialidade do Estado enquanto gestor do território e mediador dos conflitos entre classes em relação ao trabalho que dentro do contexto nacional sempre teve compromisso na produção da riqueza tendo sua face mais explícita no custo de produção e no valor da comercialização do produto, neste caso o pescado. É neste

sentido que muitos pescadores têm reagido de maneira nem sempre convencional, considerando-se a história de expansão do capital para as áreas rurais brasileiras, objetivando a não sujeição do seu trabalho ao capital hegemônico. Para tanto, buscam nas formas tradicionais de organização do trabalho da pesca, a lógica da preservação dos meios que os tornam senhores de si, mesmo que esta seja entendida por quem se aliam ao grande capital como conservadora e pouco rentável.

Todavia, essa autonomia é de muitíssimo valor aos pescadores das localidades Céu e Cajuúna, uma vez que até mesmo a idéia de dignidade e respeito entre o grupo está intimamente relacionada à apropriação dos meios de produção do seu sustento, tais como embarcações, redes, anzóis, etc. Esses instrumentos dão aos pescadores garantia de alimentos, os quais são produzidos de “graça”, assegurando a redução dos custos de vida.

Assim sendo, embora a pesca destas coletividades de pescadores de subsistência represente o extremo de uma ação muitas das vezes impensada e talvez impossível, daí seu caráter quase sempre utópico, não podemos negar que são estratégias herdadas da tradição pesqueira amazônica para resistirem à sujeição do capital e suas diferentes formas de exploração do trabalho.

Podemos afirmar também que essa é uma forma silenciosa de subversão à ordem ditada pelo capital e tem a capacidade de produzir os meios indispensáveis à sobrevivência dos grupos de pescadores, tornando-se, dessa maneira, um instrumental político valioso e poderoso, em favor da manutenção dos interesses de uma coletividade o qual se inscreve em uma perspectiva de classe com características singulares, demonstrando interesses de reprodução da territorialidade dos pescadores das áreas estudadas.

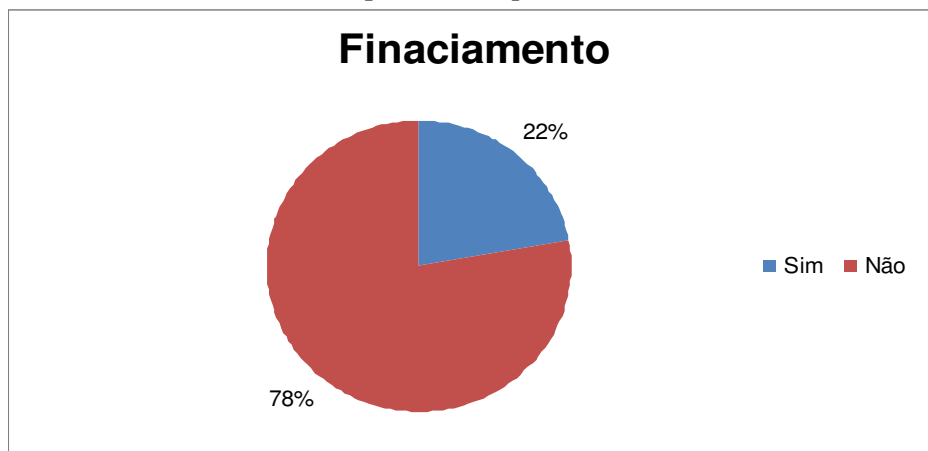
Observa-se também que no embate entre interesses de classes, o Estado é chamado para intervir por meios de ações a fim de amenizar as contradições sociais e garantir certo equilíbrio, possibilitando a reprodução ampliada do capital e a criação de um mecanismo de regulação social. Nesse sentido, sabe-se que a produção pesqueira na sua forma artesanal é fundamental para o abastecimento do mercado de consumo interno. Essa modalidade responde por mais de setenta por cento da produção na região Norte do Brasil (IBAMA, 2006). Algumas políticas públicas têm sido criadas para o setor no território nacional e no contexto amazônico (como já enfatizado no Capítulo II). Mas, podemos observar os pequenos pescadores das localidades de Cajuúna e Céu têm ficado fora dos programas e projetos do Estado, voltados para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, o pescador desconhece os caminhos que chegam aos órgãos representativos do

Estado para buscar amparo legal a sua categoria por meios de financiamentos que possam lhe subsidiar o trabalho da pesca com maior precisão e fomento. Essas ações do Estado têm se encaminhado com um caráter muito pontual por meios de políticas públicas e, na maioria das vezes, com o objetivo de punir, reprimir e fiscalizar quem esteja “agindo fora da lei”, principalmente aquelas que se referem à agressão ao meio ambiente.

O que se tem presenciado não são políticas voltadas para o fomento da pesca na sua forma artesanal e para o apoio ao pequeno pescador de subsistência. Mas, ao contrário, as políticas públicas cada vez mais têm mostrado o real objetivo do Estado na busca da reprodução ampliada do capital por meio de incentivos fiscais e financiamento à pesca industrial desde a década de setenta na região²⁵.

Nas entrevistas e questionários realizados no trabalho de campo junto aos pescadores das localidades estudadas, verificamos que poucos têm recebido financiamento do Estado para o setor pesqueiro, o que os pescadores têm recebido são auxílios na forma de salário defeso, nos meses de proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução. Entretanto, apesar da tradição local no processo de desenvolvimento da atividade pesqueira, incentivo e fomento a esse setor por meio de políticas públicas não têm acontecido proporcionado aos pescadores dessas localidades oportunidades de melhorias nas suas condições de realização do trabalho da pesca. O qual se expressa em termos percentuais apenas 22% dos que já tiveram esse tipo de auxílio do Estado como demonstrado no gráfico 02 ressaltando os pescadores que já foram contemplados com financiamento do Estado e aqueles que não foram.

GRÁFICO 03. Percentual de pescadores que receberam financiamento do Estado.



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2008.

²⁵ Um bom debate sobre essa questão encontra-se no trabalho dissertativo realizado por Alex Fiúza de Mello intitulado “A Pesca Sob o Capital: A Tecnologia a Serviço da Dominação” publicado em 1985.

Os profissionais da pesca nas vilas estudadas são representados politicamente pela Colônia dos Pescadores de Soure Z1 e suas práticas políticas partem de iniciativas conjuntas dos pescadores na luta por melhores condições de trabalho e organização da atividade pesqueira para melhor reivindicação dos direitos junto ao poder público, o qual pouco tem feito em favor desses trabalhadores que contribuem para a geração de riquezas na região.

Muitos trabalhadores da pesca reclamam das condições de trabalho a que estão sujeitos. Dizem também que tal condição poderia ser melhorada, caso eles pudessem contar com a ajuda do poder público, através de financiamentos para os pescadores adquirirem embarcações melhores, instrumentos de pesca que lhes oferecessem maior produção com menos esforço físico. Alguns pescadores têm uma jornada de trabalho diária que ultrapassa doze (12) horas por dia, comprometendo as condições de saúde do pescador, como mostra a tabela 02.

Tabela 02: Condições e tempo de trabalho de pescadores das localidades Céu e Cajuúna na Mesorregião do Marajó – PA.

Condições de Trabalho		Tempo de trabalho diário	
Ruim	33,3%	até 8 h	16,6%
Regular	42,9%	8 a 10 horas	28,6%
Boa	23,8%	10 a 12 horas	28,6%
Excelente	0%	Acima de 12 h	26,8%

Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2008.

Através da aplicação de formulários, constatou-se que mais de 75% dos trabalhadores da pesca não conseguiram, até os dias atuais, nenhum tipo de financiamento do Estado e sua produção é fruto dos seus próprios esforços. Verifica-se, também, que alguns têm financiamento do governo estadual e outros do governo federal, sendo a maioria deles oferecido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte FNO. Segundo os pescadores, O FNO cobra juros elevados para o setor pesqueiro, além de constituir-se em um órgão muito burocrático do Estado, o qual poucas vezes aprova o financiamento para esses produtores. O gráfico 03 mostra quanto os pescadores podem contar com o financiamento do poder público em seus três níveis de governo (municipal, estadual e federal), evidenciando o descaso dos governos em relação à esse setor da economia regional.

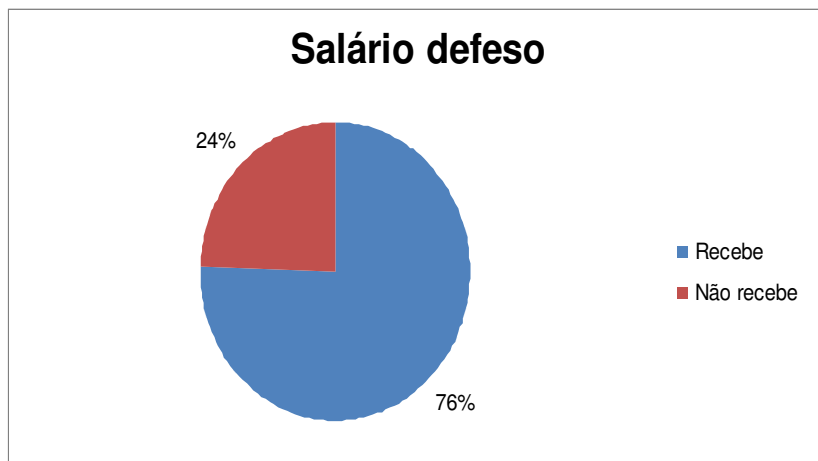
Outro descontentamento dos pescadores é quanto ao financiamento e a natureza do empréstimo concedido, pois, além da burocracia e dos altos juros, os recursos quando liberados são de valores muito reduzidos e o dinheiro não chega à mão do pescador de uma só vez, dificultando o empreendimento do pescador, como podemos perceber na fala do pescador

João Cardoso: “(...) quer dizer que eles dão o empréstimo, mas eles querem gerenciar o dinheiro, teu trabalho, o que tu tem que comprar ou não”. Esse processo dificulta as ações do pescador em desenvolver maior produção com o dinheiro do financiamento, uma vez que os recursos dos empréstimos são liberados aos poucos, e os que concedem tal financiamento acabam determinando quais as ações que os pescadores deveram empreender.

Entretanto, verifica-se um grande interesse dos pescadores cajuunenses e ceuenses, até mesmo certo orgulho, em pertencerem à Colônia de Pescadores de Soure Z1, pois, esta é a entidade legal que lhes representa politicamente, portanto, através dela os programas e projetos do Estado podem chegar aos trabalhadores da pesca bem como a entidade representativa pode torna-se um instrumento de lutar em favor dos interesses comuns da categoria.

A Colônia de Pescadores de Soure Z1 localiza-se na sede do município. É uma associação de caráter representativo dos pescadores não só de Soure, mas de outros municípios vizinhos. Com prédio próprio, a colônia realiza cadastramento dos pescadores, reuniões para discutir assuntos de interesse comum, e etc. Possui um corpo de líderes que coordena e organiza as ações dos pescadores, os quais se vêem representados pela entidade. Para os pescadores, essa forma de organização política é relevante, dada a representatividade que o pescador passa a ter após seu cadastramento. A colônia tem legitimidade junto à sociedade, dando aos pescadores maior respaldo para lutar pelos seus direitos junto ao poder público na busca de financiamento para a produção, na lutas para conseguir aposentadoria, ou ainda para receber o salário defeso, são qual só é recebido se o pescador comprovar que pertence a uma colônia.

GRÁFICO – 04: Pescadores que recebem e não recebem salário defeso no período de reprodução do pescado.



Fonte: Trabalho de campo, Novembro de 2008

FIGURA 10: Sede da instituição política que representa os interesses dos pescadores locais.



Fonte: Eneias Guedes/Trabalho de Campo – Novembro 2008. A foto acima identifica a Colônia de Pescadores de Soure Z1. Essa entidade política tem por função representar os interesses dos pescadores do território municipal de Soure e outros pescadores da região. Somente os associados à Colônia de pescadores podem receber certos benefícios públicos, tais como: salário defeso, aposentadoria e participar dos programas de financiamento do Estado.

A pesquisa revelou que os pescadores das vilas Céu e Cajuúna não cadastrados na Colônia de Pescadores de Soure Z1, dificilmente recebem o salário defeso e têm mais dificuldades para conseguir a aposentadoria. Nesse caso, observa-se a importância da Colônia. A organização política também respalda os pescadores para cobrar do poder público maior fiscalização no período do defeso, pois, os pescadores locais alegam que os pescadores locais que recebem o salário defeso não pescam nesse período, mas as frotas industriais atuam livremente levando à escassez do peixe em alguns de seus territórios de exploração.

Apesar da relevância da atividade pesqueira para a dinâmica econômica e social do território de Soure, a administração municipal pouco tem feito em defesa desse setor. Segundo os pescadores, o poder local só beneficia a pecuária e o turismo, porque são “atividades dos ricos” em detrimento da pesca que gera renda para a maioria da população pobre do município.

Ainda, segundo os líderes da Colônia de Pescadores de Soure Z1, há a necessidade de uma secretaria municipal da pesca em Soure, a qual possa responder pelas necessidades da pesca local, oferecendo aos pescadores seguridade e representatividade pública através das ações coordenadas, promovendo a gestão dos recursos naturais pesqueiros. Nesse sentido, é um grande desafio para os pescadores locais lutarem pela criação da Secretaria Especial da Pesca no município de Soure com autonomia para decidir o futuro dessa atividade econômica local. A atividade pesqueira dessa região sempre esteve ligada à Secretaria Municipal de Agricultura que, na opinião dos pescadores, reuniu esforço para expansão da pecuária em detrimento da pesca, a qual fica sem as atenções devidas.

Os pescadores afirmam que a pesca é uma atividade diferente de outras, pois o pescador não depende de sua vontade para desenvolver seu labor, ela é determinada pela própria natureza em movimento, por isso o desgaste físico dos pescadores ocorre num tempo mais veloz que o observado em outras categorias de trabalhadores. Nesse sentido, os pescadores acreditam que o Estado deveria ter uma política diferente para o pescador, os quais deveriam ter um tempo reduzido de contribuição para a aposentadoria, uma vez que esses profissionais têm um envelhecimento precoce em função do esforço excessivo que eles realizam.

Esse processo pode ser muito bem observado nas localidades Céu e Cajuúna. Nessas vilas não há hora marcadas, nem dias determinadas para a pesca; há pescadores que trabalham sozinhos e outros que pescam em grupos, usando embarcações próprias ou de terceiros. Porém, todos reclamam do sol escaldante que enfrentam durante as atividades da pesca; da força desprendida por eles para lançar e retirar as redes da água; da concentração de sal presente na água, principalmente nos períodos de verão; ou ainda, dos temporais de chuvas que sobre eles cai. É nesse sentido, que esses trabalhadores afirmam que o pescador tem vida curta e não agüenta por muitos anos a jornada dura do trabalho das pescarias e segundo os mesmos o governo deveria ter um tratamento diferenciando entre eles e as demais categorias de trabalhadores rurais no processo das aposentadorias.

A atividade pesqueira é realizada todos os dias, mas uma vez ou outra os pescadores interrompem suas atividades para fazer revisão nos instrumentos de pesca (ver figuras 11 e 12), impedindo seu sucateamento por completo.

FIGURAS 11 e 12: Pescadores de diferentes idades consertando seus instrumentos de pesca.



Fonte: foto Eneias Guedes. Trabalho de campo julho de 2008. Nas fotos, os trabalhadores da pesca estão fazendo reparos nas redes. Depois de cada pescaria os pescadores ficam alguns dias em suas casas fazendo consertos nos instrumentos de pesca que durante a atividade pesqueira sofreu algum tipo de dano. Para não terem grandes prejuízos é necessário fazer os reparos constantemente.

É tradição entre os grupos que quando a pesca é realizada coletivamente, os pescadores tiram parte da produção para a “bóia” de sua família e o restante é comercializado, sendo que o montante do dinheiro é dividido de acordo com o número de pescadores que

fazem parte da pescaria e cada um recebe o seu quinhão. Contudo, geralmente a embarcação e os instrumentos de pesca não pertencem a todos os companheiros da pesca, cabendo para cada um dos proprietários desses instrumentos parte da produção do pescado. Essa divisão em quinhões é uma prática definida historicamente, portanto, se todos os pescadores têm direito a uma parte do montante, por definição o proprietário da embarcação assim como o da rede também deve receber seu quinhão pelo uso dos equipamentos.

Vale ressaltar que toda pescaria realizada em grupo há uma pessoa responsável que dá as ordens durante o processo de desenvolvimento da pesca. Esse é identificado como encarregado pelos companheiros das pescarias. Também por definição, esse encarregado da pesca tem direito a receber mais que os colegas de trabalho, cabendo a ele um quinhão e meio, mas junto aos demais companheiros o encarregado tem por obrigação fazer o conserto dos instrumentos de pesca, caso estejam danificados durante a pescaria. Contudo, muitos pescadores não gostam de pescar em parceria, preferindo desenvolver seu trabalho da pesca sozinho em sua montaria com seus instrumentos de pesca, como afirma o senhor Raimundo Aurélio Teixeira dos Santos pescador de 55 anos de idade;

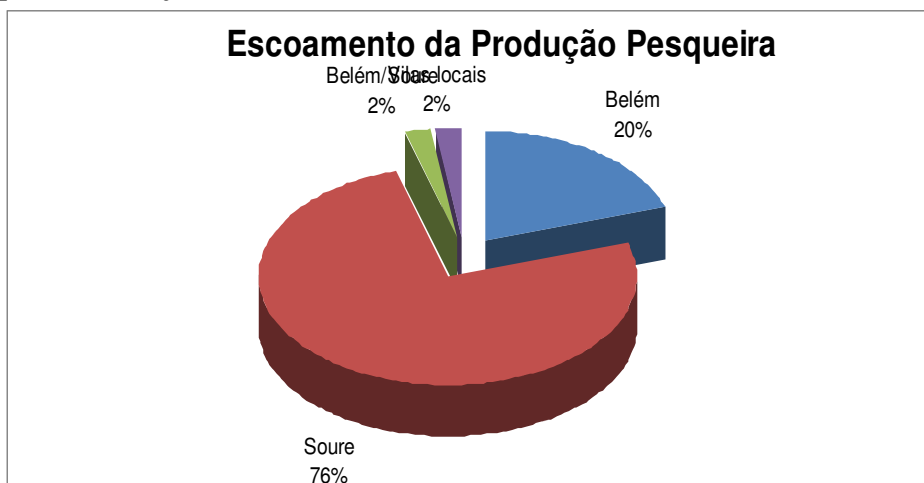
Eu nunca gostei de parceiro pra pescar, sempre foi nas minhas pescarias sozinho tanto de noite quanto de dia. Primeiro porque pescando só, pra mim não tem hora pra começar ou terminar a pescaria, por isso acho bem melhor, se o peixe está dando muito eu fico até mais tarde, mas se ta devagar eu safo da “bóia” e volto pra casa.(fonte: trabalho de campo novembro de 2008).

Como estão evidentes no depoimento, alguns pescadores preferem pescar individualmente pela maior autonomia no processo de desenvolvimento da pescaria e mesmo na comercialização do pescado. Dessa forma, o pescador tem mais liberdade para transacionar o seu produto com quem quiser, bem como optar por diferentes ofertas de preços, pois ele pode decidir sozinho pela venda do pescado.

No trabalho de campo, foi possível observar que os pescadores cajuunenses e ceuenses lutam para manter certo equilíbrio dos territórios de exploração e a capacidade de suporte dos estoques por meio da atividade da pesca, comercializando o pescado e tentando obter, através da venda de seu produto, os recursos necessários para suprir as necessidades referentes aos instrumentos de pesca (redes, anzóis, embarcações, etc.) e oferecendo condições mínimas necessárias para suas famílias. Esses pescadores também colaboram, de acordo com suas possibilidades, com melhorias para a vila e para o bem estar da coletividade local, contribuindo nas festas locais religiosas, para suprir as necessidades de alguns dos colegas pescadores ou de seus familiares que estejam passando por dificuldades.

No processo de comercialização do pescado, os pescadores comercializam os peixes capturados nos seguintes locais e destinos: diretamente com as geleiras que ancoram na praia de Cajuúna, principalmente nos períodos de safra da tainha; nas próprias vilas de Céu e Cajuúna com os marreteiros para abastecer os comércios e mercado de Soure; em Belém, na feira do Ver-o-Peso e, esporadicamente, quando o comércio em Belém está saturado; o pescado é levado para ser comercializado na cidade de Vigia. Ver gráfico - 05.

GRÁFICO 05: Locais de comercialização dos produtos da pesca capturados pelos pescadores cajuunenses e ceuenses.



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2008.

Nos últimos anos, as geleiras têm feito ponto nas praias das localidades, somente no período de fevereiro ao final de julho, pois é nesse período que geralmente ocorrem às grandes safras de tainha e pratigueira, possibilitando a pescaria de zangaria e rabiola na beira. Todavia, muitos dos barcos geleiros que fazem ponto nesses locais são da sede municipal de Soure e levam consigo seus próprios pescadores e instrumentos de pesca para não dependerem dos pescadores locais. Por essa razão, poucas vezes os pescadores locais vendem suas produções aos barcos geleiros locais, gerando certa animosidade entre pescadores das vilas e os pescadores que vem de outros lugares. Isto acontece porque os pescadores cajuunenses e ceuenses reclamam direitos de uso exclusivo de seus territórios de exploração do pescado e os de fora alegam que os ambientes aquáticos são territórios onde todos podem igualmente fazer uso por pertencerem à União.

Atualmente, boa parte dos pescadores das localidades Céu e Cajuúna comercializam seus produtos com os marreteiros que chegam até as vilas. Esses deslocam-se de Belém ou da cidade de Soure em busca de peixe a um valor que possa lhes garantir uma boa margem de lucros. Não obstante, algumas vezes os marreteiros não compram toda a produção local, haja

vista, os meios de transporte e de conservação do pescado por eles utilizados não possibilitam um grande volume de carga. Nessas condições, muitos pescadores preferem organizar-se para levarem suas produções até a cidade de Belém do Pará, onde as possibilidades de lucros são maiores.

Os pescadores afirmam que o período de comércio mais intenso nas praias das vilas acontece no período da safra da tainha, mas é o período que o peixe tem menor valor comercial, porque coincide com a safra da Gó, peixe capturado na zona do salgado, aumentando a oferta de pescado nos mercados locais e em Belém. Esse processo provoca a diminuição do valor do peixe. Assim sendo, muito embora seja capturada individualmente diariamente na safra da tainha uma média variável entre oitenta a duzentos quilos de peixe, isto não significa para o pescador maiores vantagens econômicas em função do preço que neste período declina chegando a ser comercializado a R\$ 0,80 (oitenta centavos) e R\$ 1,0 (um real) o quilo do pescado.

Essa realidade vivenciada na comercialização no período da safra do pescado acaba desestimulando principalmente os novos pescadores que não acreditam que a pesca possibilite um futuro promissor e buscam alternativas para as situações, por meio da migração geralmente para Soure ou para Belém. Em contraposição, os pescadores mais experientes mesmo vendo seu trabalho pouco valorizado buscam na tradição força para continuar desenvolvendo a atividade pesqueira. Pescam menos para forçar um possível aumento do valor comercial do pescado; coletam caranguejos ou turu com o objetivo de não submeterem o produto do trabalho aos baixos valores ofertados pelos marreteiros.

3.4 TERRITÓRIO DE PESCADORES: RECORTE ESPACIAL DOS CONFLITOS DE TERRITORIALIDADES

Ao longo desse trabalho, temos desenvolvido nosso entendimento e análises fundadas no conceito de território, entendido como expressão de poder no espaço (já demonstrado no Capítulo I). Não obstante, a temática exposta propõe buscar o entendimento geográfico do recorte espacial, delimitado e apropriado pelas coletividades de pescadores, definido no primeiro capítulo desse trabalho como “Território de Pescadores”. O território é compreendido como resultado das práticas sociais espacializadas no curso da história humana, por meio da atividade pesqueira, podendo ser entendido como determinada fração do espaço²⁶

²⁶ Vale ressaltar que os limites por estes atores sociais definidos implicam na superposição de territórios, dessa forma, os diferentes conflitos que tem surgidos no interior da pesca vêm demonstrar que os interesses dos sujeitos são diversos, portanto, os conflitos de territorialidades são inerentes nas dinâmicas da pesca.

delimitado, sobre a qual as coletividades de pescadores exercem algum tipo de domínio, apropriação, uso e controle; mesmo que seus territórios não sejam reconhecidos pelas diferentes esferas da sociedade.

Além disso, a estabilidade, “durabilidade,” sustentabilidade bem como o desenvolvimento dos territórios de pescadores só podem ser expressos na consolidação da coesão social, condição indispensável para coesão dos territórios. Nesse sentido, os territórios desses atores sociais, no contexto amazônico, não são neutros constituídos apenas por fatores naturais, mas são também constituídos de dotações humanas, por laços informais e relações que se processam ao longo da formação histórico-geográfico da região, “fontes” de uma identidade coletiva e produto das dinâmicas desses grupos sociais no processo de territorialização por meio do trabalho da pesca.

As coletividades de pescadores das localidades Céu e Cajuúna são populações tradicionais que ao longo da história organizam-se socialmente e economicamente através da atividade da pesca, apropriando-se de frações do espaço e construindo seus territórios fundados na tradição pesqueira. Todavia, como já exposto no Capítulo II, essas coletividades interagem com outros grupos do meio rural e da cidade de onde provêm as “inovações”, contribuindo para transformações no espaço local. Essa sociedade tradicional do meio rural interage com a cidade através de trocas comerciais, das quais em grande parte dependem para sua reprodução social, cultural, econômica e política, uma vez que politicamente essas populações rurais são marginalizadas e não participam dos processos e decisões de grande envergadura da sociedade nacional.

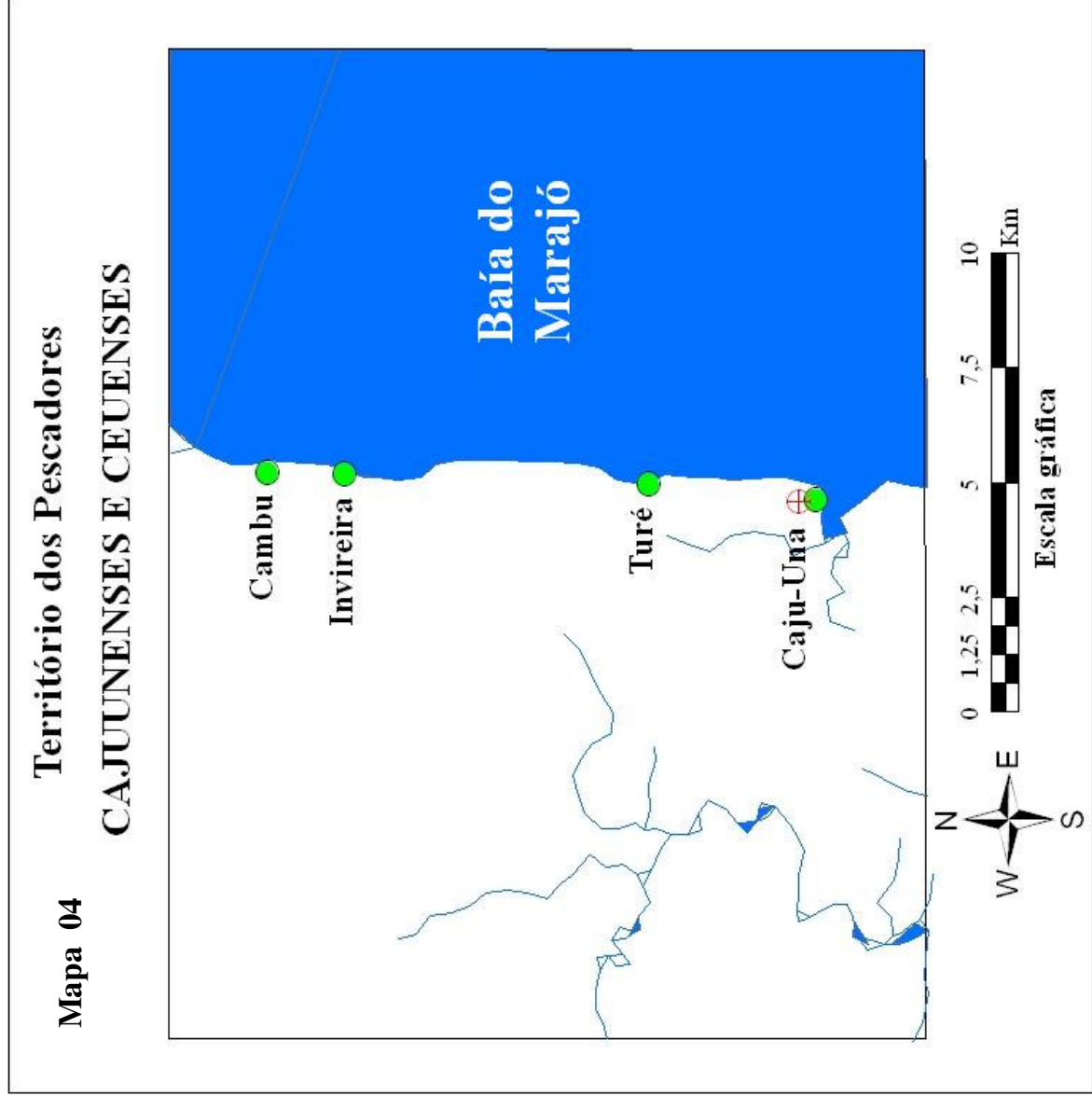
A geografia desses grupos foi sendo construída na relação com a natureza em um processo de simbiose com os ecossistemas aquáticos e terrestres. Sendo esse lugar de sociabilidade e morada do pescador e aquele seus territórios da produção, onde são explorados os recursos naturais pesqueiros. O equilíbrio entre população, recurso e território foi mantido durante um longo período num passado não muito distante, já destacado no primeiro capítulo desse trabalho. Mas as pressões externas à região que cobravam maior produção, bem como a pesca na forma industrial trouxeram um conjunto complexo de padrões e comportamentos, marcado por valores de mercado, impondo uma relativa reestruturação dos antigos valores éticos tradicionais, historicamente, estabelecidos pelas populações tradicionais de pescadores.

Contudo, nessas vilas rurais de pescadores, junto à cultura tradicional, está associado o modo próprio de produção, definida pela perspectiva e interpretação marxista como relações

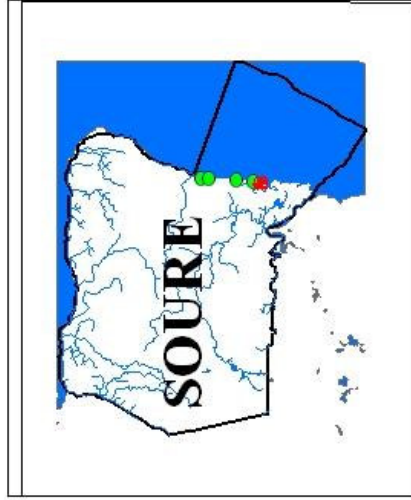
de trabalho pré-capitalista, em que o trabalhador não usa sua força de trabalho como mercadoria, existe uma dependência parcial do mercado materializada na comercialização do pescado. Mas os ciclos da natureza e dos recursos naturais pesqueiros são elementos determinantes na dependência dos trabalhadores da pesca para manutenção da piscosidade dos territórios dos pescadores. Assim sendo, a produção dessas coletividades não visa o lucro direto, mas principalmente a reprodução social do grupo marcada pela associação da natureza e a dependência de seus ciclos para garantir a reprodução material e espiritual dos trabalhadores da pesca.

A continuidade e manutenção dos gêneros de vida das populações tradicionais das vilas de Céu e Cajuúna está diretamente ligada aos seus territórios de produção do pescado. Pois, essa fração da natureza garante a natureza humana condições de subsistência, meios de trabalho e instrumentos materiais e espirituais para construção estrutural de relações sociais fundadas nos laços de parentesco. Nesse sentido, no companheirismo entre os pescadores e na solidariedade intra-grupo é uma demonstração de que o território para os humanos não é resultado apenas do meio físico-biótico, mas, sobretudo um construto social na relação com a natureza.

Os territórios de pescadores têm seus limites definidos no meio aquático, portanto, tem sua configuração imprecisa e por ser vasto, sua “posse” é muito fluida em função da dinâmica sazonal do pescado. São pontos de pesca pelos pescadores descobertos e identificados pela boa produtividade e locais de morada do peixe. Uma vez localizados, os territórios passam a integrar o universo do pescador, enquanto locais de trabalho. Esses territórios são marcados fisicamente pelos acidentes geográficos e pelos aspectos do alcance da visão, isto é, uma ilha próxima, um farol, um leito mais ou menos raso do mar ou mesmo de forma invisível, através da construção mental das localizações orientadas pela dinâmica das águas e fluxos das marés. Quando descobertos por alguns pescadores locais, esses territórios de abundância de peixe, não são divulgados para os que não fazem parte do grupo, garantindo, desse modo, seus territórios produtivos. A lei do respeito existente entre as coletividades garante a posse, o domínio, o uso e o controle dessa fração da natureza. Vale ressaltar que esses territórios são ricos em recursos, pois o território não é algo neutro e esta é a razão para inerências dos conflitos entre os pescadores de grupos distintos.



SITUAÇÃO



Convenções/Legenda:

- Território dos pescadores
- ⊕ Área de pesca proibida
- ~ Rios

Fonte: Base Digital do IBGE 2001.
Dados de campo: GUEDES (2008).
Execução: Jurandir Regis

Março de 2009

O mapa 4 localiza no município de Soure alguns territórios de pescadores das vilas rurais Céu e Cajuúna. São nesses espaços que os pescadores locais realizam suas práticas das pescarias. Observa-se que todos (Cajuúna, Turé, Invireira e Cambu) estão localizados próximos à beira, onde se realizam as pescarias de zangaria e rabiola. Todavia, em parte do território Cajuúna a pesca não é praticada, pois os pescadores locais guardam como garantia de permanência da piscosidade nas áreas próximas. A razão da não pescaria em parte desse território surgiu através da criação de normas e regras estabelecidas pelos próprios pescadores, proibindo a pesca nas áreas de banco de areia nas proximidades do mangue por tratar-se de um ambiente altamente produtivo e a sobrepesca levaria ao esgotamento do pescado, comprometendo a reprodução da vida das coletividades locais.

Como já enfatizado na introdução desse trabalho, não foi possível nas nossas visitas de campo localizar, identificar e marcar com o GPS (Global Position System) todos os territórios dos pescadores. Porém, além desses territórios demonstrados no mapa 04, seguindo a costa norte do território municipal de Soure e também parte de Chaves, existem vários territórios de pescadores, como Ponta fina, Pacoval, Bebedor, Ilhas dos Machados e outros que não são explorados somente pelos moradores das vilas locais, mas são usados por pescadores de diferentes municípios, tanto do arquipélago marajoara quanto da região do salgado.

Os usos desses espaços acompanham o regime de vazão do Rio Amazonas, que determina o fluxo sazonal dos pescadores na direção norte-sul e sul-norte, dependendo da época do ano e do regime das marés. Esta é a área do estuário receptora da descarga do Amazonas e seus tributários, caracterizando esses ambientes de grande volume hídrico como verdadeiro berçário ecológico de reprodução das diferentes vidas aquáticas, daí a riqueza ictiológica desses territórios e sua importância para os pescadores das variadas regiões.

Além disso, os pescadores locais fazem uso de outros territórios que estão localizados distantes da beira, por essa razão são definidos pelos pescadores cajuunenses e ceuenses de áreas da pesca para fora, isto é, são frações do espaço apropriadas e usadas pelos pescadores nas águas mais profundas, onde se desenvolvem principalmente a pescaria nas pedras e a pesca de bubuia. Esses territórios são usados no período da estiagem quando as águas da costa norte do Marajó concentram maior quantidade de sal, atraindo para si os cardumes que têm seus ambientes de vida mais comum nas águas salgadas.

Os conflitos existentes no interior da pesca envolvem atores sociais distintos com objetivos e interesses diversos em torno da apropriação e uso dos territórios, pois nos últimos anos houve significativas mudanças nessa atividade, aumentando consideravelmente o

número de pescadores e diminuindo a quantidade de peixe em função da maior pressão em torno desse recurso. Além disso, há um conflito latente entre a pesca artesanal e a industrial, que não é exclusivo dos pescadores das localidades Céu e Cajuúna, mas de toda a Amazônia paraense que tem grandes repercussões na vida dos pescadores locais. É freqüente também, reclamações dos pescadores sobre furtos e roubos de seus instrumentos de pesca fazendo surgir conflitos internos.

Segundo Maneschy (1999), a produção pesqueira no Pará caiu nos últimos anos, atingindo tanto o setor industrial quanto o artesanal (este com mais intensidade), contribuindo para a ocorrência de conflitos, envolvendo os atores sociais que praticam essas diferentes modalidades de pesca. Esses conflitos são decorrentes da superposição de territórios de atuação e da depredação dos estoques pesqueiros. A superposição da pesca industrial sobre os territórios tradicionalmente explorados pelos pescadores artesanais vem estabelecendo uma grave disputa pelo mesmo, restringindo o espaço de produção e convertendo as “águas férteis” estuarinas em territórios econômicos e políticos, onde se enfrentam pescadores industriais e artesanais em condições desiguais. Ainda segundo Maneschy (1999), há na verdade, um avanço das frotas industriais para as proximidades da costa, onde, antigamente, só atuava o pescador artesanal, provocando um conflito pelos territórios pesqueiros.

Na fase inicial de implantação das empresas industriais, eles só dedicavam-se à captura de camarão em alto mar, em zonas distantes da costa. No entanto, alguns fatores levaram as empresas a redirecionarem seus negócios, e com eles seus territórios de atuação “(...) a linha imaginária retraiu-se até o paralelo de 0°0 e o meridiano de 48° W (...), que na prática pescam aquém desta linha” (Loureiro, 1985, p 132 e141). Dentre esses fatores pode-se citar: a crise do combustível (que encareceu o custo da pesca mais distante); o desconhecimento da localização dos cardumes de camarão; a falta de experiência na região concernente à pesca do camarão em alto mar; a ausência de pescadores-pilotos capazes de conduzir os novos tipos de barcos e de manejar seus aparelhos; somados à isso, a experiência de aceitação nos Estados Unidos da América de uma espécie de pescado – a piramutaba – abundante na área. Portanto, a atuação dos pescadores de “fora” provocou surgimento de conflitos, visto que nos moldes tradicionais artesanais a pesca praticada por pequenos produtores com instrumentos simples de trabalho de maneira sazonal não traria relevantes alterações sociais para as coletividades de pescadores.

Todavia, na medida em que a atividade pesqueira apresenta alterações significativas na estrutura social, nas relações entre o homem e a natureza e nas formas de acesso aos

territórios da pesca passa a despertar maior fluxo de interesse, que se materializam nos conflitos de territorialidade com grandes prejuízos para os pescadores artesanais das vilas estudadas, tanto na perda de seus instrumentos de pesca quanto na diminuição da quantidade do pescado, dado o caráter predatório das frotas industriais, destruindo grande quantidade de espécies identificada como fauna acompanhante.

Como já destacado nesse trabalho, é relevante enfatizar que ao lado do conflito e da competição entre os dois setores está o Estado, enquanto mediador dos conflitos no interior desse setor, mostrando-se inoperante e revelando-se pouco eficiente no sentido de estabelecer normas e controle que limite o acesso, cerceando as práticas de capturas lesivas a reprodução das espécies e criando políticas de ordenamento da pesca.

Os estudos de Loureiro (1985) demonstram que historicamente o Estado posiciona-se de maneira claramente favorável aos empresários capitalistas, seja omitindo-se em uma luta clara entre segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos de classe, reforçando a dominação dos empresários da pesca industrial sobre os pequenos produtores artesanais.

O Estado, através de estratégias induzidas, provocou um aumento da concentração de capitais ao investir maciçamente nas grandes empresas, ignorando, ainda, a riqueza e a complexidade das formas organizativas endógenas da pequena produção, como as colônias de pescadores, por exemplo, tomando o requisito dualista antigo (pesca artesanal) versus moderno (pesca industrial) como esferas independentes de atividades. O Estado também considerou o pequeno pescador como um indivíduo reacionário, inculto, incapaz de assimilar os padrões tecnológicos aspirados pelo poder estatal e pelas regras de mercado (Loureiro, 1985). Em consequência, decorrentes da superposição dos territórios da pesca industrial sobre a artesanal surgiram visivelmente e de forma latente os conflitos de territorialidades.

Resultantes desse processo, foi possível identificarmos, por meio de conversas informais com pescadores, quatro consequências para os trabalhadores da pesca das vilas Céu e Cajuúna. Eles reclamam pela presença das frotas industriais atuantes nos seus territórios e afirmam que tais consequências são: primeiro, provocam grande mortalidade de espécies jovens capturadas nos estuários, que constituem boa parte das espécies capturadas pelos pescadores artesanais locais; segundo, são responsáveis pelo aumento da jornada de trabalho para compensar a redução da produtividade, pois a “disputa” das águas estuarinas fez aumentar o trabalho diário dos pescadores tradicionais consideravelmente, passando um tempo maior no desenvolvimento da prática das pescarias; terceiro, tem provocado muitas

vezes quebra e/ou interrupção da cadeia biológica que, sustenta o equilíbrio ecológico no estuário em função da destruição do habitat de alevinos que servem como alimento de muitas espécies aquáticas pelos pescadores locais conhecidos como áreas de “cumidia”; quarto, a perda dos instrumentos de pesca e meios de produção, desestruturando a produção pesqueira dos pequenos pescadores, pois quando passam as frotas da pesca industrial nos territórios dos pescadores locais levam de arrastão suas armadilhas, deixando-os desprovidos por um longo período dos instrumentos indispensáveis para garantir sua sobrevivência.

Além desses, outros conflitos mais gerais existem no interior da pesca entre os dois setores destacados. Na pesquisa de campo, foi possível identificarmos uma série de conflitos envolvendo não apenas atores sociais ligados à atividade pesqueira, mas também proprietários de terras que proíbem a pesca nos seus domínios. Esses conflitos ocorrem nos lagos ou corpos d’água localizados em terrenos particulares, cujos proprietários são fazendeiros que não permitem o acesso de pescadores locais e, muitas vezes, desejam cobrar em moedas pela pescaria desenvolvida em sua propriedade. Além disso, há os conflitos entre os pescadores comerciais (monovalentes) e os pescadores de subsistência (polivalentes) que brigam pela exploração do pescado em águas de lagos próximos às suas residências.

Há, ainda, os conflitos envolvendo fazendeiros criadores de búfalos e os moradores vizinhos. Tais conflitos são frequentes, pois nos campos naturais de Soure existem grandes lagos, concentrando espécies de peixes de água doce que sempre foram explorados pelas populações locais. Não obstante, a intensificação da criação de gados bufalinos vem destruindo esses territórios de pescadores, pois a natureza do próprio búfalo provoca erosão, diminuindo as possibilidades da pesca de subsistência das populações locais. Fato que provoca intensos conflitos como os que ocorrem na fazenda da proprietária Eva Abufaiad. Essa proprietária contrata seguranças para vigiar os lagos e córregos de água da sua fazenda, impedindo a pescaria das coletividades ceuenses e cajuunenses que historicamente sempre exploraram esses territórios. É a propriedade privada privando os humanos de suprir suas necessidades de existências materiais.

Não obstante, o conflito de maior envergadura local reside nos desrespeitos às leis e normas estabelecidas historicamente pelos pescadores locais nos territórios guardados para reprodução do pescado localizado na foz do Rio Cajuúna.

Segundo o senhor Antônio Gama do Nascimento 73 anos de idade, uma das preocupações dos antigos pescadores locais era quanto à delimitação de um território onde a pescar fosse proibida na jusante do Rio Cajuúna, pois eles sabiam que a grande quantidade de

peixes existente nos bancos de areias no início do ecossistema de mangue deveria ser preservada para garantir a piscosidade dos territórios nas proximidades. Por isso as pescarias nesses ambientes só teriam êxito com a manutenção do local de moradia e comida do peixe. Portanto, a solução seria delimitar uma área de proibição da pesca.

Ou ainda, como afirma Valdomiro Gama que a necessidade dessa delimitação da área proibida:

(...) era em virtude dos cardumes permanecerem no igarapé no período completo de duração da safra, porque a pesca aqui na boca do igarapé Cajuúna afugenta os cardumes fazendo a safra terminar antes do esperado. Isto causava certo desconforto pro pescador que aproveitava a safra pra ganhar um dinheirinho e se equipa comprando os instrumentos necessários pra pescar e também pagarem suas dívidas no comercio que às vezes já tinha seis sete meses atrasado. (Fonte: trabalho de campo/julho de 2008. Entrevista concedida pelo pescador Valdomiro Gama).

Diante dessa questão, muitos pescadores locais mobilizaram-se, procurando uma possível solução para tal situação, mas ao mesmo tempo outros pescadores não se importaram com a conjuntura e continuavam desenvolvendo a pesca nesse território em função da facilidade de captura do pescado. Dessa forma, esses pescadores pouco se importaram com a duração da safra, mesmo sabendo que a pesca nesse igarapé traria prejuízos comuns a todos. Contudo, depois de muitas lutas dos pescadores cajuunenses e ceuenses, junto a Colônia de Pescadores de Soure Z1, criaram-se um acordo que não está escrito na forma da lei, mas é legitimado pelos pescadores, proibindo a pesca com rede nesse território e para ratificar este feito foi delimitado através de balizas (marco colocado pelas coletividades locais para delimitar áreas) o território de pesca proibida e as áreas sujeitas à pesca com cacuris e tarrafas.

Nesse território de pesca proibida, todos os pescadores são responsáveis pela fiscalização dos possíveis contraventores do acordo da pesca no território proibido. Mesmo assim, desde o início da criação do acordo da pesca proibida têm sido constantes os casos em que alguns pescadores tentam infringir o acordo, desenvolvendo a pesca nesses territórios que pelos constantes conflitos já ocorridos, ao logo do tempo, as coletividades locais denominaram de “ponta da encrenca”. São nesse espaço que há mais de cem anos são apreendidos os instrumentos de pesca dos contraventores e levados até a vila Cajuúna, onde são queimados, cortados e extraviados na presença do pescador que descumpriu o acordo de proibição.

Vale ressaltar que o enfraquecimento da pesca nos últimos anos tem contribuído para certo relaxamento por parte dos pescadores locais mais novos quanto à fiscalização e punição

de infratores do acordo historicamente estabelecido, alegando que tal acordo já deveria ser ratificado em forma da lei e quem teria força suficiente para resolver essa questão problema é a Colônia Z1, a qual tem se mostrado inoperante nos últimos anos, segundo dizem os pescadores mais jovens. Não obstante, para os pescadores mais idosos a lei já existe e todos devem respeitá-la independentemente do apoio ou não da Colônia de Pescadores de Soure Z1, porque o acordo da pesca proibida foi criado pelos pescadores mais antigos que sabiam da importância da preservação desse território.

Essa proibição acho que tem mais de duzentos anos, eu já tenho cinquenta e cinco anos quando me entender meu pai já falava muito dessa proibição e me falava que o pai dele, meu avô, quando viveu aqui também já encontrou esta lei. Então nós têm mesmo é que respeitar porque se os mais velhos guardavam esse garapé e não pescavam de rede é porque com certeza sabiam que era bom pra nós. Agora eu fico muito com raiva quando, quer disser nós daqui de Cajuúna e Céu, fazermos tudo pra respeitar essa lei, porque pra nós isto é uma lei, e outros de fora vêm pescar aqui no nosso “terreiro” é por isso que tem briga e eles dizem que eu sou brabo, mas é por isso a falta de respeito com esta lei que já é antiga. (fonte: trabalho de campo realizado por meio de entrevista no dia 12/11/2008 concedida pelo Sr. Juvêncio Monteiro Ferreira Neto. Pescador de 55 anos de idade).

No relato desse pescador, fica claro qual o significado e a importância do acordo de proibição da pesca na foz do Rio Cajuúna, que mesmo não estando estabelecido na forma da lei deve ser respeitado, uma vez que sua validade desse acordo reside na historicidade da sua vigência.

Na realidade, bem sabem os pescadores mais idosos que a manutenção de tal acordo representa para as coletividades locais possibilidades de continuação das formas tradicionais de viver, produzindo seus espaços a partir da relação com a natureza e desenvolvendo a atividade pesqueira. Portanto, o interesse em manter esse território da pesca proibida é porque os pescadores mais idosos e experientes reconhecem estas frações dos espaços como moradia e comida dos cardumes, os quais se localizam nos bancos de areias, próximo ao mangue. Sendo que a pesca desenvolvida nesse local afasta o pescado, impossibilitando a pescaria nos territórios mais próximos, daí a importância do acordo, o qual gera descontentamento e conflitos inseparáveis.

Todos esses conflitos que ocorrem no interior da pesca são resultantes da maior demanda pela procura do pescado e das mudanças tecnológicas introduzidas nas últimas décadas na região Amazônica, contribuindo para a intensificação da exploração, e concomitantemente, com a diminuição da abundância dos principais estoques pesqueiros.

QUADRO 01: Conflitos de Territorialidade Existentes no Interior da Pesca nas localidades Céu e Cajuúna Marajó/PA.

Atores Sociais	Causa	Consequências
Pescador industrial versus Pescador artesanal itinerante.	• Superposição de territórios; • Territorialidades conflitantes; • Reivindicação de uso exclusivo dos recursos pesqueiros.	Brigas, destruição de equipamentos, aumento da jornada de trabalho, destruição da comida dos peixes.
Pescador de subsistência versus Pescador Comercial.	• Possuem poderes de pesca diferentes (técnica e economicamente).	Brigas, destruição de equipamentos. Roubo de equipamentos e roubo de peixe das armadilhas alheias.
Pescador itinerante de subsistência e comerciais versus Fazendeiros.	• Posse da terra; • Existência de territórios de pescadores; • Uso histórico dessas frações do espaço (terras públicas pela legislação federal).	Proibição de pesca nesses territórios; cobrança de taxas de pesca. Brigas pessoais e rixas entre indivíduos.
Pescador de subsistência versus Criador de búfalo.	• O búfalo invade os territórios de pescadores (lagos, córregos, etc. habitat de peixes) erodindo o solo.	Brigas, protestos e rixas entre vizinhos.
Pescadores locais versus Pescadores locais.	• Desrespeitos às leis e normas de pesca estabelecidas localmente em alguns territórios guardados historicamente para reprodução do pescado.	Brigas de poder, apreensão de equipamentos, queima de equipamentos, apreensão dos peixes capturados.

Fonte: Trabalho de campo (Eneias Guedes, novembro de 2008) adaptado de Viana, Isaac e Batista. Exploração e Manejo dos Recursos Pesqueiros da Amazônia *in*: A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia Brasileira. 2004.

O Estado, enquanto gestor do território e dos recursos pesqueiros tem se mostrado pouco eficiente em função da exclusão da pesca das prioridades governamentais de gestão, permitindo o aumento da exploração sem o devido controle e levando ao surgimento de conflitos sociais. É um grande desafio aos pescadores, através da organização política via colônia, cobrar do poder público maior atenção no processo de ordenamento e gestão da pesca nesses territórios que historicamente tiveram grande dinamismo, mas hoje vive um relativo declínio; fato que compromete o futuro das populações tradicionais de pescadores.

O desenvolvimento futuro dos territórios de pescadores das localidades Céu e Cajuúna e do município de Soure, bem como o dinamismo da atividade pesqueira local necessitam de ações conjuntas entre o poder público e as ações dos pescadores locais, através da organização política da Colônia dos Pescadores de Soure Z1.

Os peixes são recursos naturais renováveis e altamente produtivos, mas vêm apresentando, no atual contexto, um problema e uma oportunidade para o desenvolvimento ou declínio. Primeiro, em função da natureza renovável do peixe a oportunidade de crescimento desse setor da economia sourense perpassa pela necessidade de gestão desse recurso, integrando as populações locais que exploram os recursos, pois eles podem contribuir muito para a efetivação das políticas públicas por meio do conhecimento que eles têm sobre os ecossistemas e os territórios de pescadores da região. Segundo, caso esse recurso continue sendo explorado, seguindo o mesmo modelo das últimas quatro décadas, de forma não sustentável e sem a participação conjunta entre poder público e as populações locais, a intensificação da pesca pode levar a degradação dos ecossistemas e a finitude dos territórios de exploração do pescado e, conseqüentemente, a marginalização dos pescadores locais.

A atual legislação pesqueira é muito ampla, prevalecendo o regime de livre acesso, incentivando os pescadores a explorarem o recurso sem se preocupar em manter sua produtividade em longo prazo. Portanto, os esforços das populações tradicionais de pescadores juntamente com o poder público representam uma oportunidade de desenvolvimento contínuo da atividade pesqueira no contexto regional e local, assumindo o controle através da gestão racional da natureza com a técnica do manejo dos recursos naturais pesqueiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas de campo por nós realizados durante os dois últimos anos nas vilas rurais Céu e Cajuúna foram providenciais para a realização desse trabalho e para a avaliação de alguns resultados, pois as análises dos territórios dos pescadores, no contexto marajoara, nos permitiram vislumbrar os processos de desenvolvimento das atividades pesqueiras, as formas de apropriação dos recursos naturais pesqueiros, as estratégias de apropriação, o domínio, a delimitação, o controle e o uso desses recortes espaciais no meio aquático, os conflitos deles decorrentes, bem como a ação do Estado no processo de ordenamento e gestão das pescarias.

Esses grupos de pescadores locais realizam seus trabalhos por meio da capacidade e do limite dos saberes da coletividade, estabelecendo formas de agir sobre o território. Apropriam-se dos recursos naturais pesqueiros sob padrões de seletividade e sob uma unicidade entre técnica de produção e de campo simbólico sendo possível percebermos uma atribuição dentro dessas organizações sociais de tempos que integram a vida econômica, produtiva e religiosa numa relação indissociável, fazendo parte da cadeia de sociabilidade do grupo.

Nas formas de organização da vida dos pescadores tradicionais das localidades estudadas, o trabalho não está desvinculado das festividades, dos rituais sagrados realizados intra-grupo, mas ao contrário, são elementos fundamentais na integração das relações de sociabilidade dos pescadores, fundamentando e dando sentido a territorialidade desses grupos. Essas formas coletivas de manifestações estão ligadas aos seus territórios de produção, e a reprodução das espécies de pescado, destacando o regime das águas e o ritmo da natureza. Portanto, são manifestações fantásticas e diversas do conhecimento empírico desses “povos da água” construídos e acumulados em seus territórios ao longo do tempo, caracterizando hoje a geografia dessas coletividades.

A diversidade e a extensão dos saberes acumulados instrumentalizaram os pescadores com técnicas para apropriarem-se dos recursos pesqueiros da natureza e adaptá-los às suas necessidades de existência (MORAES, 2007). Esses saberes são, na realidade, práticos de experiências históricas construídos no âmbito local, representando o agir sobre o território que em processo continuo alimentam suas necessidades cotidianas de vontade e desejo de reprodução social por meio da pesca. Ressaltam-se esses saberes acumulados sobre o território como responsáveis no processo de realização do trabalho e adaptação dos grupos de

pescadores cajuunenses e ceuenses ao ecossistema aquático enquanto ambiente de trabalho e a terra como local de moradia.

Suas atividades são organizadas em função da acessibilidade aos recursos e constitui formas múltiplas de relacionamentos com os recursos pesqueiros, sendo justamente essa variedade de práticas realizadas no território aquático que assegura oportunidades de reprodução do grupo, construindo cultura e saberes integrados à natureza.

Esses elementos dão identidade aos pescadores locais que unem as orientações de suas ações políticas em seus territórios, traduzindo-se muitas vezes em conflitos com outros atores, devido as lutas no processo de apropriação dos recursos pesqueiros, os quais são a base da sobrevivência dessas coletividades. Todavia, o território para os pescadores tem um significado que não se reduz a dimensão econômica, mas encerra a própria vida desses grupos sociais, enquanto sujeito da história. Portanto, pode-se dizer que os conflitos pela apropriação do território estão em relação direta com as necessidades de manutenção de sua territorialidade, colocando a posse desse recorte espacial (o território) como fundamental para assegurar o futuro do grupo.

Porém, as pesquisas desenvolvidas ao longo desse trabalho permitiram compreender os efeitos das decisões políticas com interesses econômicos tomadas nas décadas anteriores pelos grupos dominantes. Essas decisões têm refletido diretamente nas estratégias e nos gêneros de vida das coletividades de pescadores no âmbito local, o que exige pensarmos com certa urgência nos recursos naturais pesqueiros e nos direitos dessas populações tradicionais como campo de reflexão e de ações das políticas de ordenamento e gestão das pescarias. Compreendemos que as relações entre os diferentes grupos de pescadores e a natureza exigem do Estado esforços nas resoluções dessa complexidade de interesses, os quais se contradizem com as reais possibilidades de suporte dos estoques pesqueiros da região amazônica.

É sabido que a extração dos recursos vivos (o peixe) do meio aquático na região amazônica tem sido desenvolvida e conhecida pelos diferentes grupos humanos há centenas de anos. Contudo, nas últimas décadas esta atividade vem acontecendo com maior intensidade, de forma desordenada e mal planejada. Dessa forma, a pesca está quase ou sempre centrada na exploração dos recursos sem preocupação com os estoques, na capacidade de suporte dos ecossistemas e na condição de dependência desses recursos de muitas das populações tradicionais locais, caracterizando uma situação evidente de sobrepesca.

Essa sobrepesca provocou, nas últimas décadas do século passado, um aumento vertiginoso da produção pesqueira na região graças à intensificação da pesca comercial e à

criação da Lei nacional nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que promoveu a chegada das frotas de pesca industrial na região amazônica, quando o Estado passou a conceder incentivos fiscais e créditos aos grandes proprietários que investiam nesse ramo da economia regional e local (MELLO, 1985). Não obstante, esse surto de crescimento tem deixado na região suas marcas negativas, devido a diminuição e, em certos territórios de pescadores artesanais, o esgotamento dos estoques pesqueiros disponíveis. Fato esse que é decorrente do superdimensionamento das frotas, principalmente na sua forma industrial, que atuam na região costeira e contribuem para uma sensível e já notável desaceleração da produção regional do pescado nos territórios de exploração.

No contexto amazônico, o esgotamento dos estoques ocorre tanto nos territórios da pesca do interior do território, nas águas continentais, quanto naqueles das águas costeiras, o que permite falarmos que a diminuição da piscosidade dos territórios deve-se não apenas à pesca excessiva, mas também às formas predatórias de captura do pescado que muitas das vezes contrariam as atuais medidas de ordenamento do setor como, por exemplo, a captura de indivíduos jovens e fora do tamanho ideal de consumo, ou ainda, o uso de técnicas de pesca que comprometem e prejudicam a sustentabilidade dos estoques.

Além disso, outro fenômeno provocado pelas ações antrópicas com grande efeito deletério para as práticas das pescarias na região é a degradação dos ecossistemas costeiros dos quais os cardumes dependem fundamentalmente para sua reprodução. Porém, a ocupação desordenada das áreas litorâneas tem resultado na destruição dos manguezais, os quais constituem ambientes fundamentais para o desenvolvimento do ciclo da vida de inúmeras espécies do meio aquático, caracterizando o mangue como berçário ecológico, mas sua degradação compromete as reais possibilidades de desenvolvimento e continuação dessa atividade.

Somam-se ainda, as condições dos estoques pesqueiros submetidos ao intenso esforço da pesca, aos métodos de capturas dos cardumes, aos instrumentos de trabalho dos pescadores, aos tipos de pescarias e aos fins a que os pescados destinam-se. Esses destinos são diferentes na região, não permitindo uma análise com dados estatísticos consistentes sobre a realidade da atividade pesqueira no Pará e na Amazônia brasileira, dificultando um levantamento e diagnóstico adequado da real condição dos estoques e do próprio processo de exploração do pescado.

Pensamos que, mesmo nos dias atuais, os suportes de informações técnico-científicos são cada vez mais precisos e eficientes no processo produtivo, auxiliando nas interpretações

para tomadas de decisões políticas nas mais diferentes esferas da sociedade moderna. No contexto amazônico, os órgãos que atuam no setor pesqueiro não contam com ferramentas modernas que possa gerar um sistema de dados capazes de garantir o ordenamento e gestão das pescarias. Assim sendo, persistem a necessidade de obtenção e distribuição de dados nos órgãos públicos e privados que subsidiem, constantemente, esse setor nas decisões que afetam direta e indiretamente a pesca regional e o potencial sustentável dos estoques pesqueiros.

Acreditamos que todos esses efeitos negativos resultantes desses processos descritos, colocam em relevo a inexistência de um sistema de levantamento e monitoramento dos recursos pesqueiros com dados acurados e confiáveis, dificultando e, praticamente impedindo uma administração eficiente de sua exploração. Nesse sentido, muitas vezes consistentes teoricamente, mas inoperante na sua praticidade, as ações e medidas de ordenamento esbarram em realidades que dificultam suas reais “implementações”. Tais medidas e ações são sempre provocadas pelas condições diferenciadas de cada região ou mesmo causadas pela própria condição dos órgãos competentes no processo de fiscalização e controle das práticas das pescarias.

Todas essas questões problemas geradas no interior da pesca nas últimas décadas têm gerado impactos diretos sobre as condições humanas das populações locais que praticam atividades pesqueiras na sua forma artesanal na Amazônia paraense, visto que seus territórios de exploração são afetados pela sobrepesca, prejudicando os estoques pesqueiros e impedindo a captura, pois as condições técnicas desses atores sociais dificultam, na atual conjuntura, as oportunidades e possibilidades de reprodução dos gêneros de vidas dessas coletividades, a partir da atividade da pesca.

Constata-se que, praticamente, não há mais possibilidades de expansão das capturas na região, no seguimento da pesca continental e da costeira regional, graças às expansões descritas ocorridas nas últimas décadas, e à condição de esgotamento dos estoques nos diferentes territórios. Em outras palavras, não temos condições reais de aumentar a produtividade nos ambientes naturais sem recuperação do setor por meios de aprimoramento dos instrumentos de ordenamento e gestão, assegurando a sustentabilidade da atividade pesqueira que no contexto amazônico não representa apenas um setor da economia, mas meios de existência e a principal fonte de alimento para inúmeras coletividades locais de pescadores. Portanto, faz-se necessário uma estratégia de gestão e ordenamento desse recurso por parte do Estado, para garantir não somente a dinâmica econômica, mas assegurar também

as formas tradicionais de apropriação da natureza desses humanos com garantia de manutenção dos seus gêneros de vida.

Entendemos que as políticas públicas para a pesca não vêm garantindo um ordenamento dos territórios de pescadores, pois só levam em consideração os recursos - pescado - desconsiderando os fatores sociais na territorialização dos diferentes grupos sociais envolvidos nesse processo. E isso tem permitido, de alguma maneira, o surgimento de grupos econômicos que atuam no setor pesqueiro com exploração predatória, provocando superposições dos territórios, inscrevendo realidades políticas de interesses divergentes e caracterizando lutas que materializam em conflitos latentes no interior da pesca regional.

As lutas recém travadas têm, de certa forma, demonstrado as conquistas e reconhecimento de direito das populações tradicionais de pescadores sobre seus territórios de vivência e produção, permitindo a visibilidade de um processo no qual os grupos estão garantindo apresentarem-se, assegurados pelo aval de sua história, perante as modernas sociedades com experiências de exploração dos recursos pesqueiros da natureza sem, contudo, comprometer a sustentabilidade dos estoques.

É nesse sentido que destacamos a necessidade de ordenamento e gestão das pescarias no contexto amazônico, a partir das ações do Estado, considerando e respeitando as tradicionais formas de apropriação da natureza dos pescadores tradicionais, os saberes historicamente produzidos e apropriados por esse grupo e, fundamentalmente, considerando a escala do território dos pescadores enquanto recorte espacial de ação política e não somente de retirada dos recursos naturais pesqueiros.

Em muitos territórios de pescadores locais como, por exemplo, das coletividades das vilas de Cajuúna são observadas normas estabelecidas pelos próprios usuários, as quais são fundamentais no processo de manutenção dos estoques do pescado. Na maioria das vezes, essas normas são frutos do conhecimento local sobre o funcionamento do ecossistema e da reprodução do peixe. Esses esforços representam as regras de uso intrínsecas definidas pelo poder da territorialidade dos pescadores locais com objetivo de evitar um possível colapso ou esgotamento provável dos recursos pesqueiros.

Assim, entendemos que a identificação e mapeamento dos territórios dos pescadores com reconhecimento das regras de uso já estabelecidas pelos usuários pode ser um instrumento inicial valioso para o Estado elaborar suas estratégias de ordenamento e gestão da pesca. Pode-se inferir, ainda, que os territórios dos pescadores são reconhecidos pelos diferentes usuários e praticantes da atividade da pesca, sendo possível a construção pelos

próprios pescadores de uma “cartografia mental” destes recortes espaciais em função da percepção territorial destes indivíduos e seus padrões de atuação na captura do pescado. Estes saberes podem ser muito úteis na construção de uma cartografia da pesca e certamente garantiria uma melhor gestão dos recursos pesqueiros.

Compreendemos que esses processos não podem ser implementados sem que leve em consideração os fatores de territorialização dos diferentes atores sociais ligados a esse setor da economia regional e local. Portanto, o ordenamento e gestão necessariamente perpassam pelos interesses do Estado, isso porque até mesmo os próprios pescadores locais, descumpridores das tradicionais regras estabelecidas passariam a respeitar as normas e regras de uso, como ocorrem nas localidades por nós estudadas, levando por vezes ao surgimento de conflitos, devido a legitimidade que tem o Estado diante da sociedade.

Trata-se de afirmar, no meio aquático, outra escala de territorialidade e de manifestação do poder: a escala de ação do Estado. O território deverá por ele ser gestado, tendo como pressupostos o argumento de que os interesses individuais dos grupos hegemônicos que atuam na pesca regional não podem estar acima dos anseios das coletividades.

Portanto, acreditamos que reconhecer a dimensão territorial da pesca pode ser um instrumento necessário e eficaz para o ordenamento e gestão das pescarias, fazendo uso da escala dos territórios de pescadores que se apresentam como categoria por excelência a ser empregada na gestão dos recursos pesqueiros. Reconhecer também essa escala de análise geográfica e reservar aos pescadores locais (enquanto coletividades) o uso dos seus territórios para suas práticas pode vir a ser um instrumento que garanta a reprodução social desses grupos, garantindo o desenvolvimento econômico da região, bem como minimizar os conflitos latentes no interior dessa atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. G da G (Barão do Marajó). **As regiões amazônicas**: estudos chorographicos dos estados do Grão Pará e Amazonas. Belém: Secult, 1992. (Texto original de 1985).

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios ensaio sobre a ordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Piaget, 1996.

BERCKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro Número Especial, n. 50, t. 2, p. 99-125, IBGE, 1988.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática:1993.

BETTO, **O que é comunidade eclesial de base**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos n. 19).

_____. **Áreas, pontos de pesca, pesqueiro e territórios na pesca artesanal**. In: BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-255.

BERNARDI, C. Costa. **Conflitos Sócio-Ambientais Decorrentes da Bubalinocultura em Territórios Pesqueiros Artesanais: O caso Olinda Nova do Maranhão** - Brasília: PPPGA/PUC,2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BOURDIN, Alan. **A questão local**; tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL.,**Decreto-Lei nº221, de 28 de fevereiro de 1967**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1967.

_____, **Constituição Federal. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1988**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº3179, de 21 de setembro de 1999**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1999.

_____. Diário oficial da União. Ed. nº 1 de 01/01/2003. **Instrução Normativa nº29, de 31 de dezembro de 2002**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2002.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº34, de 18 de junho de 2004**. Brasília, 2004.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº56, de 23 de novembro de 2004**. Brasília, 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da pesca 2005**. Brasília, 2007.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (Cepnor)** Disponível em: <HTTP: //www. ibama.gov.br/cepnor>. Acesso em Fevereiro de 2008.

BRITO, Rosyan C. Caldas et alli. **A pesca Empresarial no Pará**. Belém, IDESP, 1975. (Monografias, 20).

CARDOSO, E. Schiavone. **Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº14, pp. 119-125, 2003.

CARDOSO, E. S. **Vitoneiros e monteiros: Ilhéus do litoral norte paulista**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2001.

CASTRO, F. **Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros**. In: BEGOSSI, A. (org). Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 255-284.

CLAVAL, P. **O território na transição da Pós-modernidade**. Geographia, Paris, ano I, n. 2, Sorboné Université, 1999.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

_____. **Espaço: um conceito chave da geografia**. In: CASTRO, I. E. C., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIEGUES, A. C. **o Mito Moderno da Natureza Intocada**. 4ª ed.- SP: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2004.

FABRÉ, N. N ALONSO, J. C. 1998. **Recursos icticos no Alto Amazonas; sua importância para as populações ribeirinhas**. Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi; série zool. 14 (1): 19-55 p.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. RJ: ed. Graad, 1979.

FURTADO, L.G. 1980. **Currallistas e Redeiros de Marudá; pescadores do litoral do Pará**. SP. USP. (Tese de mestrado. Mimeog.), 1980. p. 369.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: MPEG, 1993a.

FURTADO, L. G, WILMA Leitão e ALEX Fiúza de Mello (org.): **Povos das Águas: Realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L.G. 1993: **Pescadores do Rio Amazonas: Um Estudo Antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica** – Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. **Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia**; Fotografia de Janduari Simões: Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.

_____. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do médio Amazonas. In: GONÇALVES, L. G; LEITÃO, W; MELLO, A. F (eds). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993b. p. 243-276.

_____. **Comunidades tradicionais**: sobrevivência e preservação ambiental. In: D’INCAO, M. A; SILVEIRA, J. M (orgs). **Amazônia e a crise da modernidade**. Belém: MPEG, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Meio Ambiente, ciência e poder**: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos (org). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 135-161.

_____. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GUEDES. Eneias Barbosa. **Economia da pesca no município de Soure**. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura plena e bacharelado em geografia) – Belém:IFCH/UFPA,2006.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: Castro, et alli. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. ed.contextos, São Paulo: 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**. “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000b.

IBAMA. **Projeto Iara**. – Administração dos recursos pesqueiros do médio Amazonas: Estado do Pará e Amazonas. IBAMA. Coleção Meio Ambiente. Serie estudo da pesca, (15): 100 p.

IBAMA. 2000. **Estatística da pesca 2000**. 16 p. acessado e impresso em 20 de Abril de 2003 do site <http://www.ibama.gov.br/recursospesqueiros/downloads/estatística-02.zip>.

ISAAC, V.J; ROCHA, V. L; MOTA, S. **Considerações sobre a legislação da “Piracema e outras restrições da pesca da região do médio Amazonas**. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, Wilma (org). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.p. 187-212.

ISAAC, V. J; BARTHEIM, R. B. **Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Boletim do Museu Emilio Goeldi, Belém: MPEG, 1995, p. 295-339.

ISAAC, V. R. A.; SANTARÉM, J. V .A. **A pesca no estado do Amapá**: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável. Belém: IEPA, 2000.

ISAAC, V. J. **Reflexões Sobre uma Política de Desenvolvimento da Pesca na Amazônia**, In: Belém das Águas e das Ilhas/ Edna, c. (org.). Belém: CEJUP, 2006.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de geografia humana**. 2. Ed. [S. l.]: Cosmos, 1954.

LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia**. Belém: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ – Museu Paraense Emilio Goeldi, 1985.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: CFCH/UFPA, 1993.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidade**. Belém: Cejup, 1999.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

MCGRATH, D. G. **Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas**. In: GONÇALVES, L. G; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds). Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993.

MCGRATH, D. G; CÂMARA, E. P. L. **A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém: MPEG, 1995, p. 87-132.

MEGAM, **Relatório do projeto: estudos das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.

_____. **Pescadores da indústria: o complexo de Icoaraci**. In. FURTADO, L. G; LEITÃO, Wilma (org). Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. p. 83-100.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org). RATZEL, Freidrich. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Sérgio C. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**/Belém:EDUFPA, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos n. 48).

MOREIRA, E, S; ROCHA, Rossilan M. **Pesca estuarina**: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém: MPEG, 1995, p. 57-86.

NERY, A. C. **Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia**: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: MPEG, 1995, p. 199-294.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. **Território de pesca no estuário marajoara**: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará). 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, exploração e conflitos. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O cabloco e o brabo**. In: SILVEIRA, Énio et al. Revista Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1979, p. 89-100.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. In: Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39; n. 01, p. 11-37, Unicamp, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**; tradução de Francisco Silva; Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PENNER, M. E. Soares. **A Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico**; - Belém; Universidade Federal do Pará, 1984.

RAFFESTIN, Cloude. **Por Uma Geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.

RUFFINO, Mauro Luis (Coord). **A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURZTIN, Marcel (org). Para pensar o desenvolvimento sustentável. Brasília: Brasiliense, 1993. p. 45-68.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**: São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. SP: HUCITEC, 1996.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo. Hucitec, 1998.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004a. (Coleção Milton Santos), v.2).

SAUER, Carl. **A noção de modo de vida:** exposição e crítica. In: SAUER, Carl. Os pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1995. p. 169-201.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. **Uso dos recursos por ribeirinhos no médio rio Negro.** In: BEGOSSI, A. (org). Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 89-148.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidade e Modo de Vida de Pescadores do Rio Ituguara,** Breves – PA – Belém: PPGEU/UFPA, 2006.

SILVA, Jaciete Carvalho. **Comunidade de Pescadores do Município de Soure:** Um Estudo de Traços Dialectais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura plena em letras – habilitação em língua portuguesa) – Campus Universitário de Soure, Universidade Federal do Pará.

SIMONIAN, L. (org). **Mulheres da floresta amazônica:** entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

SORRE, Max. **Geografia.** (Tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984.

_____. **A noção de gênero de vida e seu valor atual.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENHAHL, Z. Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 15-62.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

TORRES, M. F.; SILVA, M. L.; YUIMACHI, N. B. **O gerenciamento de estoques pesqueiros:** o caso da piramutaba. In: XIMENES, T. (org). Políticas pesqueiras nos países amazônicos. Belém: UNAMAZ/NAEaf*a, 1996. p. 279-363.

TORRES, Vera Lúcia Scaramuzzini. **Envelhecimento e pesca:** redes sociais no estuário amazônico. Belém: Cejup, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta:** uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILISOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A ATIVIDADE PESQUEIRA APLICADO NAS
LOCALIDADES CÉU E CAJUÚNA - SOURE-PA

- 1)- Nome:_____ Idade_____
- 2) - Áreas de pesca: Marítima () Flúvio – Marítima () Continental ()
- 3) - Atividade da pesca: Subsistência () Comercial () Industrial ()
- 4) -Tipo de pescado:_____
- 5) -Utensílios de pesca: malhadeiras () Curral () Espinhel () linhas de mão e anzol () tarrafa ().
- 6) -Tipos de embarcações: Canoa remo () Canoa a vela () barcos motorizados () Pequeno porte () Grande porte ().
- 7) - Propriedade da embarcação: Própria () Terceiros ().
- 8) - Para onde se escoia e comercializa sua produção pesqueira:_____
- 9) - Como se dá a relação de trabalho? Autônomo () Assalariado () Parceria () Aluguel ().
- 10) - Você exerce outra atividade de trabalho além da pesca? Sim () Não ()
Qual?_____Qual o período _____.
- 11) - Você é associado a colônia dos pescadores: Sim () Não ()
A Quanto tempo?_____.
- 12) - Você recebe salário defeso: Sim () Não (). Há quanto tempo?_____.
- 13) - Você tem algum tipo de financiamento: Sim () Não () Qual?_____.
- 14) - Caso você receba financiamento, isto tem contribuído para o desenvolvimento da sua atividade pesqueira: Sim () Não ().
- 15) - Qual sua produção: Semanal_____ Mensal_____ Anual _____

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO APLICADO NAS LOCALIDADES CÉU E
CAJUÚNA – SOURE-PA

1) - Nome: _____.

2) - Idade: _____.

3) - Escolaridade: Fundamental () Médio () Superior () Nenhuma ().

4) - Quantas pessoas moram na sua casa? _____.

5) - Sua casa é própria? Sim () Não ().

6) - A quanto tempo você mora nela? _____.

7) - Estado civil: solteiro () casado () divorciado (a) () viúvo (a) ().

8) - Religião: Católico () Protestante () outros ().

9) - Qual sua profissão? _____.

10) - Exerce outra atividade remunerada: Sim () Não (). Qual? _____.

11) - Qual a renda mensal de sua família? _____.

12) - Quantas pessoas exercem atividade remunerada? _____.

13) - Uso de fossa: Negra () Séptica () outras ().

14) - tipo de casa: Madeira () alvenaria ().

15) – Qual a água que você faz uso para o consumo?

R _____

ANEXO II
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILISOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

ROTÉIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM PESCADORES DAS LOCALIDADES
CÉU E CAJUÚNA – SOURE-PA

Nome: _____ Idade: _____

- 01) – Você é morador desta localidade? A quanto tempo?
- 02) – Você se considera um profissional da pesca?
- 03) – Qual a importância da atividade da pesca para você?
- 04) – A pesca que você realiza é para subsistência ou para comercializar?
- 05) – Quais são seus instrumentos de pesca? Esses instrumentos lhe garantem boa produtividade?
- 06) – As pescarias que você realiza são nas áreas próximas ou distante da beira?
- 07) – Quais as épocas do ano melhores para prática das pescarias?
- 08) – Quais os instrumentos que vocês pescadores usam para localizar os cardumes de peixes?
- 09) – As pescarias podem ser praticadas em uma mesma área por muitos anos ou os peixes mudam constantemente de moradia e comida?
- 10) – Como vocês pescadores fazem para localizar no meio das grandes águas os locais de pesca sem perde-lo em outros momentos?
- 11) - Seus instrumentos de pesca já foram arrastados pelas lanchas da pesca industrial ou roubados por outros pescadores? Qual sua reação diante desse fato?
- 11) – Já aconteceu que você se apropriou indevidamente dos instrumentos de pesca de outros?
- 12) – Ocorrem algumas vezes intrigas, desconfiança ou brigas entre os pescadores? Quais os motivos para acontecer estes desentendimentos?
- 13) – quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês pescadores destas vilas?
- 14) – Você gostaria de mudar de profissão ou esta feliz sendo pescador?

ANEXOS III

Tabela 1. Principais leis Federais (LF) e Estaduais (LE) aplicáveis direta ou indiretamente à pesca na Amazônia.

Número	Ano	Principais tópicos tratados
Diretas		
LF 6.938	1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
LF 7.356	1985	Define os pescadores sem vínculo empregatício, como autônomos, permitindo a sua inclusão no regime da Lei Orgânica da Previdência Social, garantindo a sua aposentadoria e outros seguros sociais.
LF 7.343	1987	Proíbe a pesca de cetáceos, golfinhos e outros mamíferos em águas de jurisdição brasileira.
LF 7.679	1988	Proíbe a pesca durante a desova ou reprodução da fauna, com exceção da pesca com linha e anzol. Determina a competência do Poder Executivo para estabelecer cotas, tamanhos mínimos, locais protegidos, etc, e que a fiscalização será feita em qualquer ponto da cadeia produtiva.
LF 8.287	1991	Estabelece a obrigatoriedade do seguro desemprego para os pescadores durante o período de defeso.
LF 8.665	1993	Cancela débitos de antigas penalidades determinadas pela extinta SUDEPE.
LF 9.445	1997	Estabelece a subvenção ao preço do óleo diesel para embarcações nacionais.
LF 9.605	1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
LF 2.049-24	2000	Repassa ao Ministério da Agricultura as atribuições sobre a gerência institucional dos recursos pesqueiros, principalmente no que diz respeito às questões de fomento.
LE AP 0142		Institui a Política Pesqueira no âmbito de todo o território do Estado do Amapá, e dá outras providências.
LE GO 13.025	1997	Dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção aquática e dá outras providências.
LE MT Nº 6.672	1995	Dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna e dá outras providências.
LE MS Nº 1.826	1998	Dispõe sobre a exploração de recursos pesqueiros e estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna e dá outras providências.
LE MG Nº 12.265	1996	Dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da agricultura no Estado e dá outras providências.
LE TO Compl. Nº13	1997	Dispõe sobre a regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências.
LE AM Nº 2.713	2001	Dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aquicultura sustentável.

Número	Ano	Principais tópicos tratados
Indiretas		
LF 4.771	1965	Institui o novo Código Florestal.
LF 4.829	1965	Institucionaliza o Crédito Rural.
LF 1.376	1974	Cria o fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM e o Fundo de Investimentos Setoriais-FISET como formas de incentivo das atividades na região e extrativistas, incluindo a pesca.
LF 6.938	1981	Constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente, como forma e implementar a Política Nacional de Meio Ambiente.
LF 7.661	1988	Lei do Gerenciamento Costeiro.
LF .797	1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para desenvolver projetos que visem o uso sustentável dos recursos naturais.
LF 8.171	1991	Cria o Conselho Nacional de Política Agrícola e define competências e objetivos desta política (incluindo, indiretamente, a atividade pesqueira).
LF 1.946	1996	Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF.
LF 9.605	1988	Estabelece uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e/ou multas para quem pescar em período e local proibido ou espécies proibidas ou em tamanhos e quantidades fora da legislação. Estabelece pena de 1 a 5 anos de prisão para o uso de explosivos ou venenos.
LF 9.985	2000	Estabelece as categorias de unidades de conservação que podem existir no Brasil, inclusive nos ambientes aquáticos, sendo estas de proteção integral (estações, reservas, parques, refúgios, etc.) ou de uso direto (áreas de proteção ambiental, florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, etc.). Nas primeiras não é permitida a pesca, nas últimas somente é permitida após planos de manejo aprovados pelo IBAMA.

Fonte: IBAMA.

Tabela 2. Principais decretos federais (DF) e estaduais (DE), aplicáveis direta ou indiretamente à pesca na Amazônia.

Número	Ano	Principais tópicos tratados
DF 24.643	1934	Decreto o Código de Águas.
DF 55.871	1965	Determina limites máximos (em partes por milhão – ppm) de tolerância para contaminantes inorgânicos que podem ser encontrados nos alimentos.
DF 221	1967	Código de Pesca.
DF 62.458	1968	Regulamenta os incentivos para investimentos da indústria pesqueira.
DF 64.618	1969	Regulamenta o trabalho a bordo de embarcações pesqueiras.
DF 96.000	1988	Regulamenta as atividades de pesquisa de barcos brasileiros e estrangeiros, na plataforma continental e em águas sob jurisdição brasileira.
DF 1.265	1994	Aprova a Política Marítima Nacional que define medidas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento de recursos do mar.
DF 1.625	1995	Regulamenta a atividade de aquicultura e dos registros dos aqüicultores.
DF 1.694	1995	Cria o Sistema Nacional de informação da Pesca e Aquicultura-SINPESQ.
DF 1.695	1995	Disposições para a atividade de aquicultura.
DF 1.697	1995	Cria o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro-GESPE subordinado à Câmara da Política dos Recursos Naturais de Conselho do Governo da Presidência da República.
DF 2.302	1997	Regulamenta a Lei 9445/97 indicando que a subvenção para o preço de óleo diesel deve ser de 12%. Existe portaria que anualmente determina a lista de beneficiários.
DF 2.840	1998	Regulamenta a forma de arrendamento de barcos pesqueiros estrangeiros estabelecendo algumas obrigações, como a de levar um técnico a bordo para observar a captura.
DF 2.869	1998	Regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aqüicultura, e dá outras providências.
DF 2.956	1999	Institui o plano Setorial de Recursos do Mar-PSRM que traça diretrizes e prioridade para o setor no período 1999-2003.
DF 3.059	1999	Regulamenta quadro de funções e estrutura administrativa IBAMA, alocando a pesca na Diretoria de Gestão de Recursos Naturais.
DF 3.152	1999	Regulamenta quadro de funções e estrutura administrativa do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério de Agricultura e Abastecimento.
DF 3.179	1999	Dispõe sobre multas e penalidades de crimes ambientais.
DE 22.747	2002	Regulamenta a pesca esportiva e de subsistência no Estado do Amazonas.

Tabela 3. Principais instruções normativas (IN) ou resoluções (RE), aplicáveis direta ou indiretamente à pesca na Amazônia, de caráter geral.

Número	Órgão	Ano	Principais tópicos tratados
IN 004	MAPA	1999	Exige o preenchimento de MAPA de Bordo nas embarcações de pesca.
IN 003	MAPA	1999	Regulamenta as formas de arrendamento de frota pesqueira estrangeira.
IN 001	IBAMA-AM	1999	Permite pesca, armazenagem e comercialização do pirarucu manejado da RDSM.
IN 008	MAPA	2000	Estipula taxas para licenciamento das embarcações pesqueiras.
RE N° 004	CONAMA	1985	Considera Reservas Ecológicas as formações florísticas e as áreas de florestas de preservação permanente.
RE N° 001	CONAMA	1986	Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam.
RE N° 011	CONAMA	1986	Alterar o inciso XVI e acrescentar o inciso XVII ao artigo 2º, da Resolução/CONAMA/nº 001, de 23 de janeiro de 1986.
RE N° 020	CONAMA	1986	Considerando ser a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa de seus níveis de qualidade, avaliados por parâmetros e indicadores específicos, de modo a assegurar seus usos preponderantes.
RE N° 013	CONAMA	1990	Necessidade de estabelecer-se, com urgência normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes.
RE N° 237	CONAMA	1997	Revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.

Fonte: IBAMA.

Tabela 4. Tamanho mínimo de captura por espécie (comprimento total) permitido na legislação de pesca na Amazônia brasileira.

Número	Ano	Nome	Espécie	Abrangência	Limite
008	1996	Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	B. Amazônica e Araguaia/Tocantins	150 cm
008	1996	Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	B. Amazônica, Araguaia/Tocantins	55 cm
008	1996	Surubim	<i>Pseudoplatysoma spp.</i>	B. Amazônica	80 cm

001	2001	Tucunaré	<i>Cichla spp.</i>	Estado do Amazonas	25 cm
001	2001	Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Estado do Amazonas	44 cm
001	2001		<i>Osteoglossum ferreraei</i>	Estado do Amazonas	40 cm
001	2001	Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	Estado do Amazonas	25 cm
001	2001	Jaraqui	<i>Semaprochilodus spp.</i>	Estado do Amazonas	20 cm
001	2001	Pacu	<i>Mylossoma spp.</i>	Estado do Amazonas	15 cm
027	1996	Surubim	<i>Pseudoplatystoma spp.</i>	Araguaia/Tocantins	80 cm
027	1996	Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>	Araguaia/Tocantins	25 cm
027	1996	Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	Araguaia/Tocantins	150 cm
027	1996	Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	Araguaia/Tocantins	20 cm
027	1996	Pescada	<i>Plagioscon spp.</i>	Araguaia/Tocantins	20 cm
027	1996	Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>	Araguaia/Tocantins	29 cm

Tabela 5. Principais Portarias (PO), de caráter geral aplicáveis direta ou indiretamente à pesca na Amazônia.

Número	Órgão	Ano	Principais tópicos tratados
PO Nº 001	SUDEP E	1997	As barragens que implicarem na alteração de cursos d'água serão construídas com a observância das medidas de proteção à fauna indicadas pela SUDEPE.
PO Nº 026	SUDEP E	1979	Estabelece quais pescadores e produtores que devem se registrar no RGP.
PO Nº 466	SUDEP E	1982	Altera a Portaria No. 662 1970, estabelecendo proibição para uso de redes de arrasto na pesca interior, tamanho mínimo de malha e dimensões e local de uso para malhadeiras, etc.
PO Nº 021-N	SUDEP E	1984	Estabelece normas para a permissão de pesca a embarcações e de inscrição no Registro Geral da Pesca.
PO Nº N-019	SUDEP E	1987	Limita o número de embarcações no Amazonas àquelas operando ou em fase de construção.
PO Nº N-024	SUDEP E	1987	Proíbe a pesca nos arredores dos tabuleiros durante a desova da Tartaruga-da-Amazônia (varia de acordo com estados e bacias).
PO Nº N-24	SUDEP E	1988	Estabelece que a SUDEPE tem o direito de fiscalizar produtos e atividades de pesca.

PO Nº 1581	IBAMA	1989	Estabelece normas para o registro de empresas de pesca.
PO Nº 1583	IBAMA	1989	Estabelece normas para a pesca amadora.
PO Nº 1624	IBAMA	1989	Estabelece normas para registro de PESCADOR PROFISSIONAL e de ARMADOR DE PESCA.
PO Nº 480	IBAMA	1991	Defeso pirarucu anual de 01/12 a 31/05.
PO Nº 062-N	IBAMA	1992	Permite a captura de 177 espécies ornamentais.
PO Nº 098-N	IBAMA	1992	Pagamento de taxa para o exercício da pesca amadora.
PO Nº 110-N	IBAMA	1992	Estabelece normas para o registro de pessoas jurídicas e físicas envolvidas em atividades de pesca e aquicultura.
PO Nº 014-N	IBAMA	1993	Estabelece comprimento de manta seca para comercialização.
PO Nº 090-N	IBAMA	1993	Altera Portaria N-21 revogando as PPPEC (Permissões Prévias de Pesca para Embarcações a Construir) exceto em alguns casos.
PO Nº 091	IBAMA	1993	Cria a Comissão de Licenciamento Ambiental para os projetos de salmonicultura na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira.
PO Nº 095	IBAMA	1993	Estabelece normas para o registro de aquicultor.
PO Nº 044	IBAMA	1994	Regulamenta as formas de fiscalização do IBAMA.
PO Nº 055-N	IBAMA	1994	Altera (isenta a cobrança) para a renovação da taxa anual para registro estabelecido na Portaria 110-N.
PO Nº 082	IBAMA	1994	Cadastramento de embarcações de pesca marítima.
PO Nº 093	IBAMA	1994	Delega às Superintendências Regionais o direito de baixarem portarias normativas de restrição à pesca (período, petrechos, locais, espécies, quotas) para o defeso da piracema e por um prazo máximo de 90 dias. Portarias Conjuntas no caso de rios contíguos.
PO Nº 142	IBAMA	1994	Proíbi a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas das seguintes espécies de peixes, nas áreas abrangidas pelas bacias dos rios Amazonas e Paraguai.
PO Nº 002	IBAMA-AM	1995	Proíbe uso de redes de arrasto de qualquer natureza, tarrafas no Lago Matupiri Grande (Manicoré) anualmente no período de maio a fevereiro do ano subsequente para reduzir conflitos entre comunidades e pescadores profissionais.
PO Nº 003	IBAMA-AM	1995	Limita o número de pescadores atuando no reservatório de Balbina a 150, e estabelece que apenas aqueles residentes em Presidente Figueiredo podem exercer a atividade no referido local empregando apenas anzol,

			arpão, espínhel e arco ou flecha.
PO Nº 070	IBAMA	1995	Altera prazo estabelecido na Portaria 110-N para a validade do registro de pescador de 1 para 5 anos.
PO Nº 088	IBAMA	1995	Revoga a Portaria 26/n.
PO Nº 52	DPC/M M	1995	Aprova as normas para a emissão de pareceres relativos à concessão de terrenos da União.
PO Nº 01	IBAMA -AM	1996	Proíbe pesca, comercialização pirarucu entre 1º. Julho 1996 a 30 de Novembro de 1996, com exceções.
PO Nº 004-N	IBAMA -AM	1996	Proíbe pesca no Lago da Pupunha (Humaitá) com malhadeiras, arrastões, redes ou redinhas durante os meses de Junho a Janeiro do ano subsequente (vazante) devido a conflitos entre ribeirinhos e pescadores profissionais.
PO Nº 005-N	IBAMA -AM	1996	Proíbe a pesca no Baixo Rio Manacapuru entre a localidade do Caiana até a localidade do Ena (Manacapuru) com malhadeiras, arrastões, redes ou redinhas durante os meses de Setembro a Dezembro (vazante) devido a conflito entre ribeirinhos e pescadores profissionais
PO Nº 007	IBAMA	1996	Delega às Superintendências Regionais de vários estados da região norte o direito de baixarem portarias normativas complementares à Portaria que estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia do Amazonas. Portarias Conjuntas no caso de rios/corpos d'água contíguos.
PO Nº 008	IBAMA	1996	Proíbe uso de redes de arrasto de qualquer natureza, armadilhas de tapagem, batção, tóxicos, explosivos, uso de malhadeiras em certas áreas, pesca elétrica, pesca em certos locais. Tamanho mínimo para Pirarucu, Surubim, Capari e Tambaqui.
PO Nº 004-N	IBAMA -AM	1996	Proíbe a pesca no Lago da Pupunha (Humaitá) com malhadeiras, arrastões, redes ou redinhas durante os meses de Junho a Janeiro do ano subsequente (vazante) devido a conflitos entre ribeirinhos e pescadores profissionais.
PO Nº 005-N	IBAMA -AM	1996	Proíbe a pesca no Baixo Rio Manacapuru entre a localidade do Caiana até a localidade do Ena (Manacapuru) com malhadeiras, arrastões, redes ou redinhas durante os meses de Setembro a Dezembro (vazante) devido a conflitos entre ribeirinhos e pescadores profissionais.
PO Nº 1747	IBAMA	1996	Delega competência aos superintendentes estaduais do IBAMA para, no âmbito de sua atuação, baixarem portaria normativa referente a coleta de sementes de moluscos bivalves em ambientes naturais.
PO Nº 006	IBAMA -AM	1996	Tambaqui e Matrinchã 15/11 a 28/02.
PO Nº 033	IBAMA -AM	1997	Limita No. de pescadores a 102, número de barcos a 17, e 5 toneladas por barco por mês no Rio e Lago Tefé entre 1/11/97 e 28/02/98.
PO Nº 006	IBAMA	1997	Proíbe a pesca comercial no Lago Catuaú (Municípios de Tefé e Coari), próximo à comunidade Santa Luzia

	-AM		do Bóia. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
PO Nº 007	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca comercial no Lago Cobrinha (Maraã), próximo à comunidade de Betel. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
PO Nº 008	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca comercial nos Lagos Furado e Urubu (Alvarães), próximo às comunidades Santa Helena e Laranjal. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
PO Nº 009	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca comercial nos Lagos Atravessado e Poço (Maraã), próximos à Comunidade de Manacabi. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
PO Nº 010	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca comercial nos Lagos Sabá, Pirarara e Jauarizinho e ressacas do Carvalho e Sérgio (Maraã), próximos à Comunidade Novo Pirapucu. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
PO Nº 011	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca comercial no Lago Manacapuru (Santo Antônio do Içá), próximo à Comunidade Nova Esperança. Permite a pesca artesanal para consumo realizada com anzol, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, zagaia, arpão, espínhel, arco e flecha e tarrafa.
Número	Órgão	Ano	Principais tópicos tratados
PO Nº 012	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca sob qualquer modalidade, exceto a de caráter científico quando autorizada, na bacia do Lago Marajá (Maraã), próxima à Comunidade de Betel.
PO Nº 013	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca sob qualquer modalidade, exceto a de caráter científico quando autorizada, na bacia do Lago Baixo (Maraã), próxima à Comunidade Santa Rosa do Repartimento.
PO Nº 014	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca sob qualquer modalidade, exceto a de caráter científico quando autorizada, na bacia do ecossistema aquático denominado Ressaca da Mata (Maraã), próxima à Comunidade Novo Pirapucu.
PO Nº 015	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca sob qualquer modalidade, exceto a de caráter científico quando autorizada, na bacia dos Lagos Ice e Cacau (Alvarães), próximo às Comunidades de Porto Nazaré e São Joaquim.
PO Nº 016	IBAMA -AM	1997	Proíbe a pesca sob qualquer modalidade, exceto a de caráter científico quando autorizada, na bacia dos Lagos Vai-Quem-Quer, Sardinha e Sacambu (Santo Antonio do Içá), próximo às Comunidades Nova Esperança, Santa Maria, Nossa Senhora de Nazaré e São Vicente.
PO Nº 451	SNVS/ MS	1997	Da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária/MS

PO Nº 119	IBAMA	1997	Proíbe introdução de espécies não ornamentais de água doce por 5 anos, e estabelece normas para o cultivo de espécies exóticas.
PO Conjunta Nº 001	IBAMA - PA/AM/AP	1997	PA/AP: Aracu, Pacu, Tambaqui, Curimatá, Pirapitinga, Matrinchã, Branquinha AM: Tambaqui 1/12 a 28/02.
PO Nº 113	IBAMA	1997	Registro no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
PO Nº 022	IBAMA	1998	Permite exportação em caráter experimental de arraías Potamotrygon (4 espécies).
PO Nº 03	IBAMA -AM	1998	Proíbe pesca, comercialização pirarucu entre 1º de Junho 1998 a 30 de Novembro de 2000.
PO Nº 136	IBAMA	1998	Estabelece normas para registro de Aquicultor e Pesque-pague no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
PO Nº 145/98	IBAMA	1998	Ocorrência de introduções, reintroduções e transferências de espécies aquáticas alóctones nas águas continentais e marítimas brasileiras para fins de aqüicultura.
PO Conjunta Nº 002	IBAMA - AM/PA/AP	1998	Defeso de espécies PA/AP=Aracu, Pacu, Tambaqui, Curimatá, Pirapitinga, Matrinchã, Branquinha AM=Tambaqui 1/12 a 28/02.
PO Nº 005	IBAMA -AM	1998	Defeso do Igarapé Simpatia (Juruá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO Nº 006	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Içá (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO Nº 007	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Jandiatuba (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO Nº 008	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Sapatini (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO Nº 009	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio do Breu (Juruá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999
PO Nº 010	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Acará (Madeira) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO Nº 011	IBAMA	1998	Defeso do Rio/Lago Aiapua e Igarapé Vieira (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.

	-AM		
PO N° 012	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Andirá (Juruá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 013	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Aripuanã (Madeira) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 014	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Atiparaná (Japurá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 015	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Jutai (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 016	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Coari (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 017	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Igarapé Grande (Juruá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 018	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Ipixuna (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 019	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Ituxi (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 020	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Juami (Japurá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 021	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Xerua (Juruá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 022	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Manacapuru (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 023	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Manicora (Madeira) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 024	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Mucum (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 025	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Pacia (Purus) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 026	IBAMA -AM	1998	Defeso do Rio Puruê (Japurá) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.
PO N° 028	IBAMA	1998	Defeso do Rio Miua (Solimões) 1/12 a 28/2 1998 e 1999.

	-AM		
PO Nº 04	IBAMA -AM	1998	Permite acesso aos lagos de Tefé, Uarini e Alvarães apenas às embarcações desses municípios e que não excedam a 5 TAB, e o pescado só pode ser comercializado nos próprios municípios. Expirou em 01/12/2001.
PO Nº 27	IBAMA -AM	2000	Permite a pesca, armazenagem e comercialização do pirarucu manejado da RDSM.
PO Nº 01	IBAMA -AM	2001	Determina o tamanho mínimo para Aruanã, Curimatá, Jaraqui, Pacu, Tucunaré.
PO Nº 05	IBAMA -AM	2001	Proíbe pesca, comercialização pirarucu entre 1o. Junho de 2001 e 30 de Novembro de 2002, com exceções.
PO Nº 142	IBAMA	2001	Defeso 2001/2002 no AM (Parte)/PA/AP=Aracu, Branquinha, Curimatá, Mapará, Pacu, Pirapitinga, Tambaqui 1/11 a 28/02.
PO Nº 143	IBAMA	2001	AM (Parte): Tambaqui. Proíbe a pesca comercial de todas as espécies nos seguintes locais: Rio/Lago Tefé. Rio Uarini, Alvarães, Igarapé Simpatia, Rio Iça, Rio Jandiatuba, Rio Sapatini, Rio Breu, Rio Acará, Lago do Aiapua, Rio Andirá, Rio Defeso 2001/2002 no Aripuanã, Rio Atiparaná, Rio Jutai, Lago/Rio Coari, Igarapé Grande, Rio Ipixuna, Rio Ituxi, Rio Juami, Rio Xerua, Rio Manacaparu, Rio Mucum, Rio Pacia, Rio Puruê, Rio Urubu, Rio Miuá, Rio Marmelo, Rio Ueré, Igarapé São Francisco e Lago dos Reis 1/11 a 28/02.
PO Nº 142	IBAMA	2002	Estabelece normas gerais e específicas para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, temporada 2002/2003, nas bacias hidrográficas federais. Proíbe a pesca de qualquer categoria, modalidade e petrecho, nas lagoas marginais de cada bacia hidrográfica, durante os períodos definidos na Portaria.

Fonte: IBAMA.